

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL 2008-2011



Ministério da Fazenda



**PLANO PLURIANUAL
2008-2011**

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

Ministério da Fazenda

EXERCÍCIO 2009

ANO BASE 2008

**Brasília
2009**

ÍNDICE

Apresentação

Sumário Executivo

Avaliação dos Programas

Administração Tributária e Aduaneira

Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais

Banco para Todos

Capacitação de Servidores Públicos em Finanças Públicas e Áreas Afins

Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários

Desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional

Desenvolvimento dos Mercados de Seguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização

Educação Fiscal

Fortalecimento da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios - PNAFM

Gestão da Política de Administração Financeira e Contábil da União

Gestão da Política de Regulação de Mercados

Gestão da Política Econômica

Gestão das Políticas Monetária, Cambial e de Crédito

Produção de Moeda e Documentos de Segurança

Recuperação de Créditos e Defesa da Fazenda Nacional

Anexo I - Execução Física e Financeira

APRESENTAÇÃO

A contínua melhoria da qualidade das políticas públicas e sua efetividade junto à sociedade é um princípio que eleva os desafios para a gestão pública e ressalta a importância da avaliação da ação governamental. Nesse sentido, os resultados apresentados no Relatório de Avaliação do PPA 2008-2011 devem ser debatidos, de modo a permitir o avanço da democracia na interação entre o Estado e a Sociedade.

A fim de cumprir o disposto no art. 19º da Lei nº 11.653, de 07 de abril de 2008 e o Decreto nº 6601 de 10 de outubro de 2008 que trata do modelo de gestão do Plano Plurianual 2008-20011, coube aos órgãos do Governo Federal elaborarem a avaliação dos Objetivos Setoriais e dos Programas sob sua responsabilidade. O produto do trabalho é resultado das atividades realizadas em conjunto com gerentes dos programas e equipes técnicas no âmbito dos órgãos responsáveis por programas de Governo, que são integrantes das Subsecretarias de Planejamento, Orçamento e Gestão (SPOA), das Unidades de Monitoramento e Avaliação (UMAs) e das Secretarias Executivas.

As avaliações versam sobre os resultados provenientes da implementação dos programas de cada órgão e incluem demonstrativos físicos e financeiros dos valores referentes às ações desenvolvidas, tanto no âmbito do próprio órgão responsável quanto em outros Ministérios, no caso dos programas multissetoriais. Esse relatório confere maior transparência em relação aos resultados da aplicação dos recursos públicos federais. Além disso, facilita a compreensão e a prestação de contas à sociedade, gerando assim informações para os debates necessários à promoção da melhoria da qualidade da ação pública e de seus resultados para a sociedade brasileira.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2008, do total previsto para o(a) Ministério da Fazenda (MF), foram utilizados **R\$ 155.970.058.845,80** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Autorizado (LOA + Créditos): R\$ 19.730.476.789,00	Empenho Liquidado:	R\$ 155.052.305.993,80
	Pago Estatais:	R\$917.752.852,00
	Total:	R\$ 155.970.058.845,80
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
R\$95.288.476.779,30	R\$138.070.761.531,80	

Além disso, do total de **R\$ 760.356.643,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2007, foram executados **R\$ 228.182.308,00**, ou seja, **30,01 %**.

Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade do(a) **Ministério da Fazenda (MF)**, no período do PPA 2008-2011, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados anualmente:

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2008		
		Previsto	Realizado *	%
Finalístico	0781 Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais	1.305.119.352,00	878.697.123,00	67,33
	8010 Educação Fiscal	581.000,00	368.906,00	63,50
Total Finalístico		1.305.700.352,00	879.066.029,00	65,41
Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	0770 Administração Tributária e Aduaneira	6.725.814.366,00	6.538.839.251,00	97,22
	0777 Capacitação de Servidores Públicos em Finanças Públicas e Áreas Afins	21.064.696,00	16.330.347,00	77,52
	0778 Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários	99.198.167,00	94.859.989,00	95,63
	0776 Desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional	1.333.306.832,00	1.293.259.987,00	97,00
	0779 Desenvolvimento	76.988.157,00	70.292.903,00	91,30

Relatório Anual de Avaliação

	dos Mercados de Seguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização			
	1172 Fortalecimento da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios - PNAFM	78.404.988,00	67.617.802,00	86,24
	0773 Gestão da Política de Administração Financeira e Contábil da União	361.903.476,00	264.754.672,00	73,16
	0780 Gestão da Política de Regulação de Mercados	4.483.428,00	3.422.102,00	76,33
	1266 Gestão da Política Econômica	11.305.887,00	7.447.110,00	65,87
	0771 Gestão das Políticas Monetária, Cambial e de Crédito	10.916.382,00	8.880.086,00	81,35
	0758 Produção de Moeda e Documentos de Segurança	52.000.000,00	39.495.224,00	75,95
	0775 Recuperação de Créditos e Defesa da Fazenda Nacional	358.694.578,00	341.722.429,00	95,27
Total Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais		9.134.080.957,00	8.746.921.902,00	84,40
Total Geral		10.439.781.309,00	9.625.987.931,00	81,69

* Valores Executados (liquidado) em 2008. No caso de programas multissetoriais são contemplados recursos provenientes de ações executadas por outros órgãos. Ressalta-se que no "valor total do órgão" são consideradas inclusive as ações implementadas em programas de outros órgãos.

AVALIAÇÃO SETORIAL

Objetivos Setoriais

Objetivo Setorial: Analisar e acompanhar os investimentos públicos em setores estratégicos da economia, em bases regionais

Objetivo de Governo Vinculado: Implantar uma infra-estrutura eficiente e integradora do Território Nacional

Indicador(es) do Objetivo Setorial/Unidade de	Índice de Referência		Meta para 2011
	Índice	Data de Apuração	
Índice de Execução Orçamentário-Financeira / %			

Comentários Adicionais

Indicador em Fase de Estruturação



Objetivo Setorial: Assegurar a estabilidade da política econômica

Objetivo de Governo Vinculado: Promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda

Indicador(es) do Objetivo Setorial/Unidade de	Índice de Referência		Meta para 2011
	Índice	Data de Apuração	
Índice de Inflação: Valor apurado ao final de 2008: 5,9 a.a. (dentro do intervalo previsto). / %	4,50	31/12/2008	Em Definição

Comentários Adicionais

Objetivo Setorial: Assegurar a gestão equilibrada das contas públicas

Objetivo de Governo Vinculado: Promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda

Indicador(es) do Objetivo Setorial/Unidade de	Índice de Referência		Meta para 2011
	Índice	Data de Apuração	
Resultado Primário do Governo Central: R\$ 71,3 bilhões / bilhões de reais (R\$)	2,46	30/01/2009	2,15

Comentários Adicionais

O Índice de referência do resultado primário realizado é 2,46% do PIB.
A Meta do Resultado Primário para o ano de 2011: 2,15% do PIB

Objetivo Setorial: Contribuir para o ajuste estrutural das contas externas

Objetivo de Governo Vinculado: Promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda

Indicador(es) do Objetivo Setorial/Unidade de	Índice de Referência		Meta para 2011
	Índice	Data de Apuração	
Corrente de Comércio / %			
Dívida Externa / %			

Comentários Adicionais

O Indicador ainda permanece em fase de estruturação.

Objetivo Setorial: Garantir a transparência e controle dos gastos públicos

Objetivo de Governo Vinculado: Fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos

Indicador(es) do Objetivo Setorial/Unidade de	Índice de Referência		Meta para 2011
	Índice	Data de Apuração	

Relatório Anual de Avaliação

Divulgação dos Relatórios de Gestão das Unidades do MF e demais Relatórios Específicos. / unidade			
---	--	--	--

Comentários Adicionais

Indicador em fase de revisão tendo em vista que não atende completamente as necessidades do Objetivo Setorial.

Principais Resultados

Os resultados obtidos com a execução do conjunto de programas do Ministério da Fazenda - MF no exercício de 2008 mostraram-se aderentes à política setorial, em especial aos Objetivos constantes do PPA 2008-2011 da inclusão social e redução das desigualdades sociais, do crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutora das desigualdades regionais e da promoção e expansão da cidadania e do fortalecimento da democracia. Com destaque para os resultados mais expressivos de acordo com os principais assuntos sob responsabilidade do MF.

Gestão das Políticas Monetária, Cambial e de Crédito

A Gestão da Política Monetária ao longo do ano permitiu a redução da inflação e a ancoragem das expectativas concomitante à flexibilização das taxas de juros. Assim, em 2008, deu-se continuidade ao ciclo de flexibilização das taxas de juros iniciado em exercícios anteriores. A taxa de juros básica, apesar da crise financeira internacional, situou-se em 13,75% a.a. ao final do exercício.

Apesar dos choques sofridos pela economia ao longo de 2008, a inflação acumulada ficou dentro do intervalo estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) pelo quinto ano consecutivo. Especificamente, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou variação de 5,90% no ano até dezembro, situando-se dentro do intervalo fixado pelo CMN, de 2,5% a 6,5%, com o centro da meta em 4,5%.

O volume total de crédito do sistema financeiro nacional atingiu R\$ 1.227,4 bilhões em dezembro de 2008, registrando expansão de 31,1% em doze meses. Tal volume foi equivalente a 41,3% do PIB, comparativamente à proporção de 34,2%, alcançada ao final de 2007.

No que diz respeito às taxas de juros praticadas, a incerteza originada nos mercados internacionais contribuiu para sua elevação. A taxa média nas principais modalidades de crédito com recursos livres apresentou elevação de 9,4 p.p., situando-se em 43,2% a.a. em dezembro. Nas operações com pessoas físicas, a taxa alcançou 58% a.a., enquanto que no segmento de pessoas jurídicas, 30,7% a.a. Por sua vez, o spread bancário atingiu 30,6% a.a., 8,3 p.p. acima do verificado em 2007.

Foram registrados ingressos líquidos de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) de US\$45,1 bilhões, nível recorde para a série histórica compilada desde 1947. Esse montante foi equivalente a 2,84% do PIB, distribuído de forma equilibrada entre diversos setores da atividade econômica.

O resultado do balanço de pagamentos no ano foi positivo em US\$ 3 bilhões, enquanto as transações correntes apresentaram déficit de US\$ 28,3 bilhões, equivalentes a 1,78% do PIB. O superávit comercial atingiu US\$ 24,7 bilhões em 2008, constituindo fonte relevante de financiamento do balanço de pagamentos.

A corrente de comércio registrou valor recorde de US\$ 371,1 bilhões, resultado de exportações de US\$ 197,9 bilhões e importações de US\$ 173,2 bilhões, representando crescimentos de 23,2% e de 43,6%, respectivamente, em relação a 2007.

No que se refere aos investimentos estrangeiros em Ações, ocorreram remessas líquidas de US\$ 7,6 bilhões no período analisado, com destaque para o expressivo volume negociado em bolsa no País, US\$ 436,4 bilhões, o que significou crescimento de 109,2% em relação a 2007. Por sua vez, os investimentos estrangeiros líquidos em títulos de renda fixa somaram US\$ 6,8 bilhões e contrabalançaram em grande parte a saída de

investimentos em Ações. Ressalte-se, contudo, o volume significativo de amortizações líquidas de títulos de curto prazo no último trimestre do ano, resultado da retração de crédito externo.

Ao final do primeiro semestre, as reservas internacionais superaram o patamar recorde de US\$ 200 bilhões. Nesse período, o Banco Central comprou US\$ 15,2 bilhões no mercado interno, e a taxa de câmbio se apreciou 10,1% em relação ao dólar norte-americano. Durante o segundo semestre, devido à reversão do cenário econômico internacional e a consequente retração da liquidez internacional, o Banco Central passou a prover recursos ao mercado, tendo vendido, em termos líquidos, US\$ 7,6 bilhões, no mercado interno à vista.

A política de acumulação de reservas internacionais contribuiu não só para que o Brasil atingisse grau de investimento, na avaliação das agências de classificação de risco, mas também viabilizou acordo de swap recíproco de moedas com o Banco Central dos Estados Unidos da América (EUA), no valor de US\$ 30 bilhões, anunciado em outubro.

Gestão de Regulação de Mercados

O Programa de Gestão de Regulação de Mercados, por sua vez, viabilizou a redução, em última instância, das tarifas e preços públicos. Com relação aos preços não administrados, o Programa também beneficia a redução de preços ao consumidor, pois uma política de defesa da concorrência efetiva aliada à existência de marcos regulatórios estáveis e consistentes contribui significativamente para o equilíbrio macroeconômico com a recuperação e sustentação do crescimento da renda, do trabalho e do emprego e para a criação de um ambiente econômico que favoreça os investimentos privados.

Além da regulação tarifária, esforços têm sido envidados no sentido de identificar falhas em estruturas regulatórias vigentes em diversos setores - falhas essas que induzem a um desempenho menos eficiente - e de promover a desregulamentação e, quando for o caso, a rerregulamentação. Trata-se, essencialmente, de remover entraves regulatórios à concorrência, quando esta é um instrumento factível para garantir eficiência, qualidade e preços condizentes com o nível de custos.

Por fim, cabe observar que as ações executadas são altamente benéficas do ponto de vista sócio-econômico, contribuindo para a consolidação da estabilidade macroeconômica, com crescimento sustentável, beneficiando consumidores e agentes econômicos.

Desenvolvimento de Mercado de Valores Mobiliários

A expansão extraordinária apresentada pelo mercado de capitais brasileiro nos últimos anos sofreu em 2008 um refluxo, decorrente da crise financeira internacional. Tal fato, no entanto, não deve alterar a tendência de médio e longo prazo em relação ao crescimento da importância da emissão de valores mobiliários no financiamento às empresas. Por isso, não se alterou também a percepção da Comissão de Valores Mobiliários-CVM sobre a necessidade de aprimorar seus mecanismos de atuação como órgão regulador. Nesse sentido, a CVM apresentou o seu primeiro Plano Bienal de Supervisão, para o biênio 2009-2010, que marca o início do planejamento de suas atividades segundo um modelo de supervisão baseada em risco, conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.427/06 e disciplinado pela Deliberação CVM nº 521/07. Com base nesse modelo de supervisão, o órgão regulador passa a destinar maior atenção a mercados, produtos e entidades supervisionadas que apresentam maior probabilidade de apresentar falhas em sua atuação e que, caso isso ocorra, representarão potencialmente um dano maior para os investidores ou para a integridade do mercado de valores mobiliários. De outro lado, áreas e entidades

supervisionadas que apresentam menor probabilidade de causar problemas e, caso um problema ocorra, tendam a causar potencialmente menor dano ao mercado, serão objeto de um monitoramento básico, significando menos recursos dedicados à sua supervisão. Esse modelo de atuação permitirá alcançar melhores resultados na execução de sua atribuição legal de proteção ao investidor.

O relacionamento da autarquia com outros órgãos e entidades da administração pública também foi aprofundado durante o ano, com destaque para o importante trabalho institucional conjunto coordenado com o Grupo de Trabalho sobre o Mercado de Capitais da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal – MPF, iniciado ao final de 2006. Esse trabalho redundou, além de iniciativas de sucesso na repressão a ilícitos de mercado, na assinatura de um Termo de Cooperação Técnica entre a CVM e o MPF.

Em termos de relações internacionais, a CVM obteve avanços no processo destinado à adesão do Brasil ao Memorando Multilateral de Entendimento da IOSCO (Organização Internacional das Comissões de Valores Mobiliários). A adesão a esse memorando ampliará sobremaneira a capacidade da autarquia de fornecer e receber ajuda de reguladores de outros países nas investigações que envolvam participantes estrangeiros ou que atuem em mais de uma jurisdição. Além disso, a CVM foi eleita para compor o Comitê Executivo da IOSCO, o que fortalece o Brasil no balanço regional de poder da Organização. Para o ano de 2009, o principal objetivo nessa área é garantir o ingresso do Brasil como membro do Comitê Técnico da IOSCO e, dessa forma, conquistar capacidade de influir de maneira mais decisiva na discussão das principais questões relacionadas à regulação internacional de valores mobiliários.

Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais

Para o Programa de Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais, o resultado alcançado em 2008 chegou próximo de 80% do valor projetado, sob influência das iniciativas do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, neste último caso em menor intensidade. Os investimentos em tecnologia e modernização dos pontos de atendimento proporcionam maior segurança e conforto para os clientes, além de estimular a utilização de meios não convencionais de atendimento, a exemplo da Internet, terminais de atendimento e os correspondentes bancários. No caso do Banco do Nordeste do Brasil S/A, cabe registrar que novas prioridades definidas pela administração superior do Banco, tais como a criação das Unidades e Recuperação de Crédito, Centrais de Retaguarda Operacional e Pontos de Atendimento Centralizados do PRONAF, no decorrer de 2007 e 2008, provocaram o retardamento na implementação de iniciativas vinculadas ao Programa.

Arrecadação de Tributos e demais Receitas

A arrecadação bruta dos impostos e contribuições administrados pela RFB, de janeiro a dezembro de 2008, atingiu a cifra de R\$ 660,201 bilhões. Mesmo ocorrendo desoneração tributária, estimada em R\$ 10,3 bilhões, houve crescimento nominal de 12,82% e crescimento real de 6,81% (considerando-se a variação do IPCA) em relação ao mesmo período do ano de 2007. Esse resultado foi decorrente, principalmente, de fatores ligados ao desempenho da economia, especialmente, até o mês de outubro/2008, e de ações administrativas desenvolvidas pela RFB e pela PGFN, com vistas à recuperação dos débitos em atraso e à manutenção do fluxo regular de arrecadação.

Foi cobrado pela RFB em 2008 um total de 1.418.935 contribuintes pessoa física, representando um montante de R\$ 4,535 bilhões. Em confronto com 2007, houve aumento

de 39,1% no quantitativo de contribuintes cobrados e redução de 22,5% nos valores. Isso se deve, sobretudo, ao fato de se ter, em 2007, enviado cobrança prioritariamente aos maiores devedores. Relativamente aos contribuintes pessoa jurídica, em 2008 foram emitidas pela RFB 755.002 cobranças, no montante de R\$ 6,524 bilhões, em contraposição às 1.821.229 cobranças emitidas em 2007, no montante de R\$ 24,016 bilhões. Dois fatores principais influenciaram os resultados das ações de cobrança de 2007 e 2008: a) a cobrança de 2008, que poderia ter apresentado resultado tão ou mais satisfatório que os de 2007 caso tivesse sido possível cumprir o cronograma programado, teve de ser refreada, especialmente no segundo semestre, para não comprometer o atendimento ao contribuinte, haja vista o esvaziamento provocado pelo retorno dos servidores previdenciários ao órgão de origem (INSS); b) os excelentes resultados do ano de 2007 se deveram ao grande esforço então realizado, com a finalidade de permitir o cumprimento do cronograma de remessas dos processos à PGFN.

A Fiscalização da Receita Federal do Brasil encerrou o ano de 2008, relativamente aos tributos internos, com 616 mil contribuintes fiscalizados e R\$ 73 bilhões em créditos tributários lançados, o que representou crescimento de 18% no quantitativo e decréscimo de 32% no volume de autuações, quando comparado com o ano de 2007. Foram intensificadas ações de fiscalização em todos os segmentos, em especial nas áreas de revisão de declarações de pessoas jurídicas e pessoas físicas. O aprimoramento constante dos instrumentos de fiscalização permitiu que se pudesse elevar a presença fiscal, especialmente junto aos contribuintes de maior porte, mesmo com o impacto do movimento paredista dos Auditores-Fiscais durante o primeiro semestre do ano.

No ano de 2008, as empresas brasileiras exportaram US\$ 197,942 bilhões e importaram US\$ 173,207 bilhões, valores que representam recordes históricos para ambas as operações, totalizando uma corrente de comércio de US\$ 371,149 bilhões e resultando em um superávit de US\$ 24,735 bilhões. Todo esse crescimento se refletiu num expressivo aumento nas atividades de controle aduaneiro, principalmente na quantidade de desembarços de mercadorias processados. Ressalte-se que, apesar do grande incremento nas atividades relacionadas ao comércio exterior, as ações de fiscalização e controle sobre tais operações foram realizadas sem maiores prejuízos para a agilidade no fluxo de cargas nas fronteiras, portos e aeroportos.

Em 2008, foram prestados aproximadamente 20,6 milhões de serviços aos contribuintes nas unidades de atendimento da RFB, resultado 16,8% superior ao registrado em 2007, quando foram realizados 17,3 milhões de atendimentos. Quanto à meta do tempo médio Brasil de espera para atendimento presencial, a RFB registrou tempo médio de 26 minutos e 04 segundos, um pouco superior à meta estabelecida, de 25 minutos, porém bem inferior ao tempo médio verificado em 2007, de 29 minutos e 30 segundos.

A apreensão de mercadorias em decorrência da fiscalização e controle sobre o comércio exterior exercido pela RFB totalizou R\$ 1,04 bilhão, no período de janeiro a dezembro de 2008, um pouco inferior ao valor apreendido em 2007 que foi de R\$ 1,05.

Quanto à recuperação de créditos da Fazenda Nacional, que visa aumentar constantemente a recuperação de receitas inadimplidas da União, indispensáveis ao suporte de serviços públicos essenciais sem aumento da carga tributária, por intermédio da cobrança da Dívida Ativa da União, os índices demonstram uma crescente recuperação de valores devidos à Fazenda Nacional evidenciados no resultado superior a 9,25%, comparado ao índice apurado no exercício de 2007. Em virtude da criação da SRFB, a gestão da Dívida Ativa Previdenciária incorporou às atividades da PGFN. A sistematização das atividades visando a recuperação do crédito previdenciário impactou a arrecadação correspondente aos créditos previdenciários parcelados (REFIS, PAES, Órgão do Poder

Público, Parcelamento Convencional, Lei 11.196/05, Clube de Futebol, MP 303/03 e Honorários).

Em relação à Gestão de Obrigações da União em 2008, o Tesouro Nacional atuou ativamente visando ao aperfeiçoamento das atividades e mecanismos de gerenciamento da Dívida Pública Federal – DPF. Os riscos de refinanciamento foram reduzidos por meio da redução da parcela vincenda, valor a ser pago, em 12 meses e por meio do alongamento do prazo médio da dívida de 39,2 meses (2007) para 42,0 meses (2008). Além disso, houve melhora significativa na composição da dívida interna, em especial no aumento da participação dos títulos remunerados por índices de preços, instrumentos de financiamento de mais longo prazo, com prazos superiores aos dos demais títulos, proporcionando uma folga maior nos desembolsos.

Já no mercado externo, seguindo sua política de atuação e as condições vigentes no mercado internacional em 2008, o Tesouro Nacional efetuou somente uma operação externa, a reabertura do Global 2017, registrando a menor taxa de juros historicamente paga por um título brasileiro em dólares com prazo de 10 anos. Essa emissão foi considerada a melhor emissão soberana de 2008 na América Latina, por duas entidades especializadas de renome internacional (*Emerging Markets e International Finance Review –IFR*). Ademais, em 2008, a dívida externa de longo prazo do Brasil foi avaliada como grau de investimento por duas das principais agências de classificação de risco - Standard and Poor's e Fitch Ratings. Apesar de o Brasil já ser considerado investment grade na dívida interna, que representa mais de 90% da dívida pública federal, muitos investidores se pautam para decidir quanto à aplicação em um país, a partir da classificação de "risco" do emissor em relação à dívida externa.

Destacamos ainda os resultados alcançados no aumento da base de investidores domésticos e estrangeiros, bem como os resultados do Tesouro Direto, programa que possibilita a aquisição de títulos públicos por pessoas físicas via internet. Tal Programa atingiu, em dezembro de 2008, a marca de 145.939 investidores cadastrados, o que representa aumento de 41,7% sobre o total acumulado até o ano anterior. A ampliação do programa Tesouro Direto fortalece a cultura financeira do cidadão, ao permitir a cada brasileiro financiar diretamente as ações do Governo Federal.

Ao longo de 2008, a Secretaria do Tesouro Nacional exerceu com eficiência o controle e a gestão dos haveres da União, garantindo o recebimento dos valores devidos no exercício e a recuperação parcial dos recursos anteriormente despendidos.

Os haveres financeiros compõem-se, sobretudo, de ativos resultantes do processo de assunção e refinanciamento de obrigações de Estados e Municípios; contratos financeiros transferidos em decorrência da extinção ou liquidação de empresas estatais; a aquisição ou permuta de ativos por meio de operações estruturadas; a absorção de créditos de instituições financeiras federais em programas de saneamento financeiro; ou ainda os empréstimos concedidos para atendimento às políticas de crédito rural, agroindustrial e de incentivo às exportações.

Destacam-se também os haveres mobiliários, constituídos sobretudo pelas participações acionárias representativas do capital das empresas estatais federais e o recebimento dos dividendos gerados com a sua atividade econômica.

A gestão dos haveres pelo Tesouro Nacional em 2008 proporcionou o recebimento de recursos orçamentários da ordem de R\$ 49 bilhões. Ressalta-se a importância da administração dos haveres para o equilíbrio econômico financeiro do País, considerando não somente a sua representatividade na composição da dívida líquida da União, mas também os valores da receita arrecadada, cuja destinação, em sua quase totalidade, é estabelecida em lei para amortização da dívida pública mobiliária federal interna.

Adicionalmente, no que tange à Gestão da Dívida Pública, no exercício de 2008 foram geridos em média 73 contratos. Os contratos são geridos concomitantemente e decorrem de atividades relacionadas à administração da Dívida Pública Federal, incluindo a contratação de agentes fiscais e de pagamento, no Brasil e no exterior, empresas de rating, escritório de advocacia no exterior, centrais de custódia, agências de informações, registro em bolsas de valores e órgãos de controle de valores mobiliários, dentre outros. O orçamento aprovado para

2008 foi de R\$ 13.678.439, e o valor autorizado até dezembro de 2008 foi de R\$ 7.808.439. Como se trata de despesas correntes, o mérito não está em se executar o orçamento integralmente, mas sim em assegurar que todos os compromissos assumidos no contexto da gestão da dívida pública federal sejam cumpridos, buscando o menor custo possível. A execução financeira está diretamente ligada à quantidade de emissões de títulos feitas em cada exercício financeiro, em especial as ocorridas no mercado externo, emissões estas que dependem das necessidades de financiamento do País e, principalmente, das condições do mercado financeiro. Assim sendo, os recursos financeiros liberados foram suficientes, permitindo o cumprimento da estratégia definida no Plano Anual de Financiamento – PAF 2008, sendo fundamental para a continuidade e a sustentabilidade dos programas de administração da dívida pública brasileira.

Banco para Todos

O Banco para Todos promoveu inclusão da população de baixa renda ao sistema bancário por meio da abertura de 2,81 milhões de contas simplificadas, ampliando as oportunidades de acesso ao crédito bancário e comercial para essa faixa da população. A abertura de contas ficou acima da meta em 149% e encontra-se numa perspectiva de ampliação contínua. Na Concessão de Crédito à População de Baixa Renda, atingiu-se o desempenho de R\$ 195,97 milhões de empréstimos, o que representa 160,05% da meta financeira. No Micropenhor, crédito para consumo e fomento ao mercado por meio da penhora de jóias e pedras preciosas, foram concedidos R\$ 1,01 bilhão (141% da meta financeira), em 3,13 milhões de contratos (102% da meta física). Foram realizadas outras quatro ações: 1. Consórcio de Eletroeletrônicos e Demais Bens Duráveis; 2. Crédito Facilitado para Aposentados e Pensionistas do INSS; 3. Plano de Previdência Complementar Aberta e; 4. Seguro de Vida para Pessoas de Baixa Renda, cujo desempenho total foi de R\$ 523,74 milhões (49,18% da meta financeira) e 648,25 mil contratações (83,42% do previsto para meta física).

Capacitação

Houve uma ampla superação da meta da ação Capacitação de Disseminadores de Educação Fiscal. Estava prevista a capacitação de 5.000 disseminadores e foram capacitados 13.617. A superação da meta deveu-se, principalmente, ao trabalho desempenhado pelos Grupos de Educação Fiscal dos Estados – GEFES. Dessa forma, percebe-se que a expectativa de manutenção da previsão feita no início do Planejamento Estratégico (1.000 para cada ano) foi subestimada e sua revisão, em 2006, (cinco mil vagas para o exercício de 2008) foi amplamente superada.

Na área de educação, a meta de atendimento estabelecida para alunos do ensino fundamental foi atingida, devendo ser considerado também a larga margem de atendimento a alunos do ensino médio. Mais de 4 milhões de crianças, em mais de dois mil municípios brasileiros foram atendidas. Outro destaque em 2008, foi a formação, pela ESAF, de mais 12 mil novos disseminadores de educação fiscal por meio do ensino a distância.

Supervisão do Mercado de Seguros e Companhias Abertas

O modelo de supervisão baseado em riscos e controles internos foi adotado a partir da edição da Circular SUSEP Nº 249, de 20 de fevereiro de 2004. A metodologia vem se mostrando eficaz, estimulando as próprias empresas a identificar seus riscos e pontos críticos de controle. Dessa forma, o próprio mercado busca soluções de melhoria em seus processos e controles internos para mitigar, prudencialmente, os riscos mapeados. No novo modelo de supervisão, a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) deixou de atuar apenas no apontamento de descumprimento de regras e conseqüente aplicação de penalidades, passando também a buscar, proativamente, o compromisso das empresas no sentido de correção dos problemas e deficiências identificadas. Trata-se, portanto, de uma valorização das melhores práticas da governança corporativa do mercado segurador brasileiro.

Em paralelo à supervisão baseada em riscos e controles, destacam-se as novas regras de solvência, que passaram a vigorar a partir de janeiro de 2008, pelas quais a exigência de

capital deverá retratar mais adequadamente os impactos financeiros dos riscos assumidos pelas empresas. O novo modelo proposto pela SUSEP foi colocado em vigor pelas Resoluções CNSP N.ºs 155 a 158/2006 e 178/2007, e segue os padrões que estão sendo implementados na Europa e Estados Unidos, ou seja, prevê uma regulação amparada em princípios de gerenciamento de risco. O projeto relativo ao capital baseado nos riscos de subscrição foi orientado pelo arcabouço proposto pela International Actuaries Association IAA para as bases quantitativas de capital das seguradoras.

A SUSEP, por meio de seu Departamento Técnico Atuarial – DETEC, implementou rotina denominada Acompanhamento da Solvência do Mercado Segurador que, atualizada mensalmente, permite acompanhar a evolução da situação de solvência das companhias seguradoras. Assim, a cada mês é possível verificar os percentuais de companhias em situação de conformidade, seja com base percentual em relação ao quantitativo de seguradoras, seja em relação ao montante de PLA, ou em relação ao montante de prêmio. Como os gráficos gerados permitem a visualização da série histórica desde 2005, tem-se a evolução do comportamento do mercado de forma geral.

Esse trabalho é evolução de um projeto anterior denominado Avaliação do Impacto das Normas de Capital, que acompanhava a evolução mensal da situação de solvência do mercado desde 2005, já sob a perspectiva das normas que entrariam em vigor em 2008, provendo informações sobre a movimentação do mercado para se adequar às novas exigências de capital que estavam por vir. Agora, atualizado com os dados de 2008, permite verificar a distribuição real de empresas em relação a diferentes situações de solvência previstas, ensejando diferentes níveis de ação por parte da SUSEP.

Além da evolução geral do mercado segurador, esse trabalho ainda realiza o acompanhamento individualizado por companhia, permitindo uma avaliação mais detalhada da movimentação das empresas entre as situações de solvência. O acompanhamento individualizado ainda tem a importante função de permitir a conferência, a partir de janeiro de 2008, dos valores relativos à exigência de capital calculados pelo sistema FIPSUSEP quando as empresas realizam o procedimento de validação do preenchimento do FIP para envio à SUSEP, dando suporte à identificação dos motivos para o desvio no cálculo de tais valores.

Outro importante passo dado foi a finalização do modelo de Análise de Risco de Subscrição Agregado de Companhias Seguradoras.

Nesse trabalho, os analistas do DETEC utilizaram as mais modernas técnicas estatísticas e atuariais, como uso de cópulas para agregação de riscos, além de reamostragem para captura da incerteza na estimação dos parâmetros, modelos ARIMA com tendência e sazonalidade, GLM, com funções de verossimilhança Gamma, Log-Normal e Poisson. O modelo permite a análise diagnóstica dos ajustes estatísticos efetuados, além de gerar gráficos com projeções das principais variáveis com intervalos de confiança, além do cálculo de medidas de risco (VaR e TVaR). O modelo é alimentado com dados dos quadros estatísticos, quadros do FIP, taxas de juros e inflação de mercado e dados macro econômicos.

Com o uso desse modelo, relatórios de companhias seguradoras poderão ser gerados de forma individual. Aliás, na análise de Planos de Recuperação, o modelo desenvolvido está sendo empregado para análise de carteiras e do perfil do risco de subscrição.

A partir da metade do ano, o Departamento passou a se dedicar ao desenvolvimento de modelos de avaliação do risco de subscrição em operações de seguros de vida individual e previdência. Como resultado colateral dessa atuação, foi possível aperfeiçoar o quadro

estatístico utilizado para construção de triângulos de run-off de pagamentos.

Dentro do novo modelo de supervisão baseada em riscos, o DETEC trabalhou também na elaboração de normativo pioneiro que estabelece regras para estruturação e envio da nota técnica atuarial da carteira para ramos específicos. Esse trabalho começou pelo ramo de automóveis e teve sua conclusão com a publicação da Circular SUSEP N° 368/2008.

No que se refere às ações de fiscalização externa, foram disciplinadas a fiscalização e a supervisão contínua, no âmbito do Departamento de Fiscalização – DEFIS, com a padronização de procedimentos a serem observados pelos inspetores e coordenadores das gerências de fiscalização. Também foram divulgados os procedimentos para elaboração, apresentação, aprovação e controle dos manuais do DEFIS.

Assim, em todos os trabalhos de fiscalização inicialmente programados para o exercício de 2008, foram utilizados questionários padronizados sobre governança corporativa e controles internos, subscrição e prevenção à lavagem de dinheiro, cuja elaboração considerou os conceitos do modelo de supervisão baseada em riscos, sem prejuízo da avaliação de solvência. Deve-se ressaltar que todos os inspetores do DEFIS foram treinados previamente à utilização dos questionários.

No que se refere à abertura do mercado de resseguros, a Lei Complementar N.º 126, sancionada em 15 de janeiro de 2007, introduziu um novo marco regulatório para o setor, transferindo as funções de regulamentação e fiscalização do mercado de resseguros do IRB-Brasil Re para a SUSEP. Essa lei instituiu três tipos de resseguradores - locais, admitidos e eventuais - além da oferta preferencial de resseguro para os resseguradores locais. Os principais benefícios esperados com o processo de abertura do mercado ressegurador são a redução de custo para o consumidor final, maior capacidade de subscrição, disponibilidade de produtos mais abrangentes e incremento da competição entre as seguradoras.

Em que pese o cenário de crise internacional, a procura pelo resseguro deverá ser incrementada pela necessidade de garantia dos grandes projetos de investimento contidos no Plano de Aceleração do Crescimento – PAC. Nesse sentido, estima-se um crescimento da demanda por novas coberturas ou segmentos, tais como seguro-garantia, de crédito, de crédito à exportação, de responsabilidade civil ambiental e o seguro rural.

Em janeiro de 2008, a SUSEP editou a Circular SUSEP N.º 359/2008, estabelecendo os procedimentos para o cadastramento de resseguradores admitidos no País e para obtenção de autorização prévia da SUSEP para instalação de escritório de representação. Esse normativo deu início efetivo ao processo de homologação dos pedidos de autorização para funcionamento como ressegurador local e de cadastramento como resseguradores admitidos ou eventuais. Nesse mesmo período, foram ministradas palestras apresentando o marco regulatório do mercado brasileiro de resseguros a empresas estrangeiras, em alguns dos principais centros resseguradores internacionais: Londres, Miami, Paris, Seul e Tóquio.

No que se refere ao arcabouço normativo infralegal, ao longo de 2008 foram propostas normas complementando a regulamentação da matéria, em especial no que se refere a aspectos operacionais do processo de abertura do mercado de resseguros. Destacam-se as Resoluções CNSP N.ºs 197 e 194, que regulamentaram a contratação de seguro em moeda estrangeira, a contratação do seguro no exterior e o cadastramento de ressegurador eventual especializado em riscos nucleares.

Por outro lado, encontra-se concluída a elaboração do projeto de lei instituindo a taxa de

fiscalização para o mercado de resseguros, já encaminhado para análise do Ministério da Fazenda.

Por fim, é importante registrar a participação da SUSEP nas discussões com o Ministério da Fazenda, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, mercado segurador e ressegurador, acerca da criação de um fundo para garantir a cobertura de eventos catastróficos de riscos rurais, em substituição ao atual Fundo de Estabilidade do Seguro Rural - FESR. Terminados os trabalhos, elaborou-se projeto que foi encaminhado pelo Poder Executivo à Câmara dos Deputados (PLP-374/2008) e encontra-se em análise pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

Quanto aos Microseguros, atendendo às diretrizes governamentais para incentivar a criação de produtos e serviços financeiros adaptados à realidade da população de baixa renda e dos micro-empresendedores formais e informais, a SUSEP, desde o final de 2003 tem implementado ações para incentivar a comercialização de seguros simplificados e de baixo custo voltados para estes segmentos.

Deve ser ressaltado que a preocupação com a situação das populações menos favorecidas é uma tendência mundial, não apenas pelas questões humanitárias envolvidas, mas pelas conseqüências sociais, econômicas, políticas e, até mesmo, ecológicas geradas pela desigualdade e pela miséria, sendo o tema recorrente nos mais importantes fóruns de discussão internacionais, mobilizando especialistas de todas as áreas na busca de soluções que promovam a diminuição da pobreza e a inclusão social e financeira.

De acordo com recentes pesquisas realizadas por conceituadas instituições internacionais, enquanto nos países desenvolvidos a maior parte da população está coberta por algum tipo de seguro, nos 100 países mais pobres do mundo pouco menos de 3% da população possui algum tipo de cobertura. No entanto, são as famílias pobres que estão especialmente vulneráveis aos riscos, tanto aqueles causados pela natureza, tanto quanto os causados por ocorrências do cotidiano.

No Brasil não é diferente, pois as classes menos favorecidas estão mais expostas a estes riscos em função da natureza de suas atividades e do ambiente em que vivem. Estas ocorrências, além dos impactos sociais e econômicos causados aos mais carentes, geram a cada período uma série de gastos extraordinários para o Governo, cujos recursos poderiam ser mais bem empregados caso houvesse algum tipo de mecanismo que oferecesse uma proteção adequada para os segmentos mais pobres da população.

Nesse contexto, o Microseguro – o seguro voltado para as necessidades da população de baixa renda – surge como alternativa para beneficiar o crescimento econômico e o desenvolvimento humano, desempenhando papel fundamental, já que se encontra na fronteira entre os serviços financeiros e a proteção social, constituindo-se em importante e poderosa ferramenta de inclusão social.

A SUSEP, em consonância com esta tendência mundial e em atendimento às diretrizes governamentais, vem implementando ações para incentivar a comercialização de seguros voltados para a realidade da população de baixa renda e dos micro-empresendedores formais e informais e, em 2008, o estímulo aos microsseguros tornou-se uma de suas prioridades. Por esta razão, em 15/04/2008, o CNSP criou a Comissão Consultiva de Microseguros (Ato CNSP Nº 10/2008), presidida pelo Superintendente da SUSEP e composta por representantes dos setores público (Ministério da Fazenda, SUSEP, Banco Central e Ministério da Previdência Social) e privado (Federação Nacional de Empresas de Seguros Privados e Capitalização – FENASEG, Federação Nacional dos Corretores de Seguros Privados e de Resseguros, de Capitalização, de Previdência Privada, e das

Empresas Corretoras de Seguros e de Resseguros – FENACOR e Escola Nacional de Seguros – FUNENSEG), com o objetivo de promover estudos sobre microsseguros e assessorar ao CNSP no que se refere aos seus aspectos técnicos e operacionais. Por sua composição, a criação da Comissão é um passo fundamental para a formação de uma estrutura regulatória adequada para o desenvolvimento do microsseguro no país. A participação de outros Órgãos Governamentais, além da SUSEP, possibilita o aumento da consciência das autoridades responsáveis pela definição das políticas do setor - recomendação básica para a obtenção do alinhamento de práticas de regulação e supervisão voltadas para as características particulares dos microsseguros, além de facilitar o diálogo, especialmente sobre as questões fiscais e sociais. Por outro lado, a iniciativa privada contribui com sua experiência e conhecimento mercadológico, ajudando a estabelecer critérios mais consistentes para a elaboração de pesquisas específicas sobre o potencial mercado consumidor, suas características e demandas.

No cenário internacional, a SUSEP continua sua ativa participação em fóruns de discussão sobre o assunto, presidindo o “IAIS-CGAP Joint Working Group on Microinsurance (JWG-MI)”, o mais conceituado Grupo de Trabalho internacional sobre o tema, formado por membros da IAIS e do CGAP (Consultative Group to Assist the Poor). Entre as contribuições mais relevantes da SUSEP, destacam-se o apoio para a realização de eventos de capacitação para supervisores e a tradução para o português, em parceria com a FUNENSEG, do documento “Issues in Regulation and Supervision of Microinsurance” (ou “Questões de Regulação e Supervisão de Microseguros”) e que hoje é utilizado por todos os supervisores de seguros de expressão lusófona.

A SUSEP preside também o recém-criado Grupo de Trabalho de Microseguros da ASSAL (Associação de Supervisores de Seguros da América Latina), sendo responsável pela elaboração de seu programa de trabalho e pela coordenação das atividades, iniciada com pesquisa sobre as atividades de microsseguros existentes nos países da América Latina. Foram muitos os eventos, nacionais e internacionais, nos quais os representantes da Autarquia participaram como palestrantes em 2008. Entre estes, destacam-se: i) o discurso de abertura da Conferência sobre Integração do Microseguro ao Sistema Financeiro (Basiléia, Suíça), organizado pelo Financial Stability Institute/Bank for International Settlement com apoio da IAIS e CGAP; ii) palestra na IV Conferência Internacional de Microseguros, organizado pelo CGAP e a Munich Re Foundation (Cartagena, Colômbia); iii) palestra na Reunião Anual da ASEL - Associação de Supervisores de Expressão Lusófona (Macau); iv) palestra no Seminário de Capacitação da ASSAL (San Salvador, El Salvador); v) palestra no Seminário “Microseguros no Brasil” (São Paulo), organizado pela FGV/SP; e vi) pronunciamento do Superintendente da SUSEP durante a Assembléia Anual da ASSAL (Madrid, Espanha) e que resultou na criação de grupo de trabalho específico daquela associação.

As ações da SUSEP e a divulgação do trabalho vêm a cada dia mais despertando o interesse de agências de desenvolvimento e instituições conceituadas, nacionais e internacionais, interessadas em estabelecer parcerias com a Autarquia e fornecer recursos para pesquisas que auxiliem no desenvolvimento do mercado de microsseguros no país. Entre estas, destacam-se: o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Banco Mundial, o CGAP, a Fundação Getúlio Vargas/SP e a FIPECAF/USP.

Destas parcerias e como resultado direto da atuação da Comissão Consultiva do CNSP, destaca-se, em novembro último, a aprovação pela Diretoria da Escola Nacional de Seguros da criação de um fundo específico no valor de R\$ 1.500.000,00 (hum milhão e meio de reais) para apoio ao desenvolvimento e estudo sobre o potencial dos microsseguros no país.

Reestruturação dos Estados e Municípios na Área Fiscal

O Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM) é voltado para o aperfeiçoamento da Gestão Administrativa Fiscal em todo o País. Ao fomentar condições para que as administrações municipais possam alcançar maior autonomia no financiamento dos gastos públicos por meio de receitas próprias e melhorar o desempenho de suas funções sociais, especialmente no atendimento ao cidadão e ao contribuinte, o PNAFM dá importante contribuição para a gestão equilíbrio das contas públicas e de garantir a transparência e controle dos gastos públicos, por meio do financiamento de investimentos na modernização da gestão tributária, administrativa e fiscal. Contribui ainda para que sejam minimizadas as disparidades técnicas e operacionais atualmente existentes entre as várias administrações fiscais municipais e para que se estabeleçam as bases para a integração dos diferentes sistemas fiscais prevista na Emenda Constitucional nº42/2003 que inseriu o inciso XXII no Art.37 da Constituição Federal determinando prioridade para as ações integradoras dos fiscos da União, dos Estados e dos Municípios.

O programa foi iniciado em 2001 com a assinatura do contrato de empréstimo junto ao BID e apresentou em 2008 os principais resultados a seguir:

- a) Contratação de 16 projetos de modernização municipal no montante de R\$ 66 milhões em 2008 equivalentes a US\$ 40 milhões, encerrando a fase de comprometimento dos recursos da Primeira Fase do PANFM, quando foi atingindo o montante R\$ 515 milhões equivalentes US\$ 222 milhões;
- b) Divulgação do Relatório de Avaliação da Primeira Fase do PNAFM, com expressivos resultados alcançados tanto nos indicadores de eficiência quanto de transparência, habilitando o Programa ao início das negociações visando a implementação da Segunda Fase;
- c) Consolidação definitiva do PNAFM como programa estruturante para os municípios, fruto de significativo reforço institucional, além do patrocínio estratégico da alta direção do Governo e do MF;
- d) Início formal no primeiro semestre de 2008 da implementação da Segunda Fase do PNAFM, com a construção conjunta UCP/BID da Carta-Consulta da Segunda Fase do PNAFM;
- e) Reforço estratégico do Programa, ampliando sua credibilidade institucional, e contribuindo para a reformulação da Visão de Governo conduzida pela SAF/CAF sobre a Gestão Pública Municipal;
- f) Realização do VIII Encontro Nacional em Cuiabá, com enfoque nas boas práticas de execução dos Projetos, alavancando os desembolsos e aprimorando os mecanismos de contratação, e ainda a realização do I Encontro Regional do PNAFM em Recife;
- g) Melhoria nos indicadores de execução físicos e financeiros do programa, num processo de aperfeiçoamento contínuo.

Políticas Fiscal e Monetária

O novo cenário mundial evidenciado em 2008 impôs uma nova atuação do Estado no sentido de induzir o investimento e reconduzir as expectativas num rumo favorável. Desde o início da crise, o governo brasileiro tomou algumas medidas para enfrentá-la, tais como:

redução do compulsório no mercado interbancário e a agilização das operações de redesconto, como forma de superar o estancamento do crédito interno. Simultaneamente, foram tomadas medidas específicas para melhorar a situação nos mercados cambiais e de exportação, como leilões de dólares e swap de moedas com outros bancos centrais, além da aplicação de parte das reservas internacionais na ampliação do financiamento das empresas brasileiras.

Outras medidas setoriais mais específicas se seguiram, seja para o financiamento da agricultura (antecipação de desembolsos do Banco do Brasil, aumento de recursos e do crédito direcionado, garantias de preço), ou para o financiamento do investimento e da produção. Neste último grupo, cabe destacar as medidas do governo mantendo a TJLP, alocando recursos ao Fundo da Marinha Mercante (mais R\$ 10 bilhões) e alocando outros R\$ 10 bilhões para o financiamento do capital de giro, pré-embarque das exportações e empréstimos-ponte. Ainda em relação ao investimento e à produção, o governo tem procurado manter as metas recordes de desembolso do BNDES, repassando em 2008 uma linha de R\$ 5 bilhões do Banco Mundial. Setores intensivos em emprego, como a construção civil e o setor automobilístico também foram favorecidos. Na construção, foram colocadas novas linhas de crédito (por exemplo, capital de giro da Caixa Econômica Federal) e ampliados os limites de financiamento. No setor automobilístico, o IPI incidente sobre veículos também foi diminuído. O Banco do Brasil forneceu adicionalmente financiamento aos bancos de montadoras, e ao setor de autopeças.

A política tributária também ofereceu contribuição destacada nas medidas para enfrentar a crise, via postergação do pagamento de impostos, aceleração da devolução de créditos tributários, reduções do IOF (para aplicação de capital estrangeiro em renda fixa, e sobre crédito direto a pessoa física) e, especialmente, criação de alíquotas intermediárias (7,5% e 22,5%) para o Imposto de Renda das Pessoas Físicas. Podem-se destacar as seguintes medidas:

a) Medidas de Desonerações Tributárias: redução temporária da alíquota do IPI sobre carros populares e de 50% sobre carros de 1 mil a 2 mil cc. Desoneração estimada: R\$ 1 bilhão (11/dez/08); novas alíquotas do Imposto de Renda das Pessoas Físicas (de 7,5% e de 22,5%) e reajuste de 4,5% nas faixas salariais. Total: R\$ 4,9 bilhões (11/dez/08); redução de IOF sobre crédito geral ao consumidor, de 0,0081% ao dia para 0,0041% ao dia. Total: R\$ 2,5 bilhões (11/dez/08); redução do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) em 1,5% para aplicação de capital estrangeiro em renda fixa (out/08), além de redução para crédito direto a pessoa física (11/dez/08); redução de IOF sobre operações de crédito, câmbio e seguro e relativas a títulos e valores mobiliários para estimular oferta de moeda estrangeira (Decreto 6.613/08);

b) Medidas de incentivo à produção e melhoria da poupança e crédito: alteração da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e Simples Nacional; instituição da figura do microempreendedor individual – pessoas com rendimento anual até R\$ 36 mil (31/dez/08); ampliação do limite de financiamento, via Caixa, para aquisição de material de construção para R\$ 25 mil (nov/08). Ampliação do Fundo da Marinha Mercante: mais R\$ 10 bilhões para financiamento da indústria naval (7/out/08); destinação de Recursos de R\$ 4 bilhões do Banco do Brasil para bancos de montadoras (dez/08); destinados R\$ 3 bilhões do Banco do Brasil para capital de giro no setor de autopeças e operação de crédito consignado a financiamento imobiliário (19/dez/08); criação do Fundo Soberano do Brasil. Objetivos: (I) mais recursos para formar a poupança pública; (II) mitigar efeitos dos ciclos econômicos; (III) promover investimentos em ativos; e (IV) fomentar projetos de interesse estratégico no exterior (18/dez/08); estabelecimento de Linha de financiamento imobiliário, por parte do BB e da Caixa, para servidores públicos da União (até R\$ 4 bilhões de cada instituição, nov/08); estabelecimento de Linha de capital de giro da Caixa com R\$ 3 bilhões, com recursos da poupança habitacional e garantia da União (out/08); permissão para aplicação até 5% dos depósitos de poupança em operações de capital de giro para construção (out/08);

c) Medidas na área agrícola: Linha de R\$ 500 milhões para produtores do Centro-Oeste; ampliação do limite de Empréstimos do Governo Federal (EGF), de R\$ 10 milhões para R\$ 20 milhões (nov/08); antecipação de desembolsos do BB e aporte de recursos adicionais de vários fundos (R\$ 5 bilhões); aumento do crédito direcionado com compulsório (de 25% para 30% – mais R\$ 5,5 bilhões) e direcionamento de recursos da poupança rural para agricultura (de 65% para 70% – mais R\$ 2,5 bilhões, out/08); ampliação de prazo para renegociação de dívidas (após a Lei 11.775/2008).

Fiscalização e regulamentação do Sistema Financeiro Nacional (SFN)

Foram examinados e decididos 4.223 processos relativos aos diversos assuntos que compõem a Ação de Organização do Sistema Financeiro. Editadas 281 normativas. O número de normas editadas deve-se principalmente à edição da Lei nº 11.775, de 2008, que dispõe sobre medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário; aos ajustes que vêm sendo realizados nas normas contábeis aplicáveis às instituições financeiras em decorrência da alteração trazida pela Lei nº 11.638, de 2007, que altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras; e principalmente à crise financeira mundial, com maior ênfase no último semestre do ano.

Também foram realizadas 2.592 ações de supervisão. Foco na supervisão sob a ótica de riscos incorridos, na verificação do cumprimento tempestivo das normas e no aperfeiçoamento do atendimento prestado pelas instituições a clientes e usuários de produtos e serviços bancários.

No que concerne ao controle e análise de processos administrativos punitivos, foram decididos 1.714 processos, que resultaram na aplicação de 1.751 penalidades e em 312 arquivamentos.

Quanto ao atendimento de denúncias e reclamações do cidadão, 86.892 atendimentos, sendo 76.178 denúncias e 10.714 reclamações contra instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central.

No combate a ilícitos financeiros, o Banco Central enviou aos órgãos competentes, em 2008, 117 relatos de indícios de crimes detectados durante os trabalhos de supervisão do sistema financeiro. O BCB também comunicou 23 irregularidades de natureza tributária à Secretaria da Receita Federal e 82 indícios de crimes contra o Sistema Financeiro Nacional ao Ministério Público. Doze relatos de operações suspeitas de lavagem de dinheiro ou de financiamento do terrorismo foram encaminhados ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), além das comunicações feitas diretamente pelas instituições àquele Conselho. BacenJud: o Banco Central atendeu a mais de 3,67 milhões de pedidos provenientes do Poder Judiciário.

CONSIDERAÇÕES

Na avaliação dos programas sob responsabilidades do MF pôde-se perceber que, apesar dos choques sofridos pela economia em 2008 em função da crise internacional, com o empenho na gestão adequada dos recursos e no arranjo temporal das atividades e dos projetos, de forma a obter economias de escopo, foi possível adequar os desembolsos financeiros efetivos e maximizar os resultados alcançados.

No geral, é possível considerar que a execução dos programas foi satisfatória contribuindo sobremaneira para a política setorial do MF.



AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Relatório Anual de Avaliação

Administração Tributária e Aduaneira

GERENTE DO PROGRAMA

OBJETIVO

Promover a arrecadação de tributos e realizar o controle aduaneiro, cumprindo e fazendo cumprir a legislação

PÚBLICO-ALVO

Governo Federal

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$6.725.814.366,0	Empenhado Liquidado: R\$6.538.839.251,00
	Pago Estatais: -
	Total: R\$6.538.839.251,00
Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Ações de Caráter Sigiloso - 2866 (-/-)	0,00	0,00	-	479.000,00	97.517,00	0,20
Arrecadação Tributária e Aduaneira - 2238 (Tributo arrecadado/R\$ bilhão)	598,00	629,69	1,05	159.816.000,00	144.045.811,00	0,90
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - 2004 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	30.592,00	31.724,00	1,04	15.418.408,00	15.417.404,00	1,00
Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados - 2010 (criança atendida/UNIDADE)	3.595,00	2.909,00	0,81	3.494.496,00	2.961.790,00	0,85
Auditoria e Fiscalização Tributária e Aduaneira - 2237 (Ação fiscal realizada/UNIDADE)	30.000,00	616.404,00	20,55	259.022.383,00	175.847.616,00	0,68
Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - 2012 (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	24.095,00	25.433,00	1,06	39.901.976,00	39.901.977,00	1,00
Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados - 2011 (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	4.080,00	5.777,00	1,42	6.952.006,00	6.952.007,00	1,00

Construção do Edifício-Sede da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Natal - RN - 10B3 (Edifício construído/% de execução)	22,00	0,00	0,00	6.120.000,00	6.120.000,00	1,00
Construção do Edifício-Sede da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Piracicaba - SP - 10B0 (Edifício construído/% de execução)	10,00	1,48	0,15	3.000.000,00	3.000.000,00	1,00
Construção do Edifício-Sede da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santos - SP - 10AX (Edifício construído/% de execução)	28,00	1,13	0,04	4.000.000,00	4.000.000,00	1,00
Construção do Edifício-Sede da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Taubaté - SP - 10B1 (Edifício construído/% de execução)	10,00	25,20	2,52	3.000.000,00	3.000.000,00	1,00
Construção do Edifício-Sede da Secretaria da Receita Federal do Brasil em Florianópolis - SC - 10B2 (Edifício construído/% de execução)	24,00	6,18	0,26	6.120.000,00	6.120.000,00	1,00
Construção do Edifício-Sede do Ministério da Fazenda em Goiânia - GO - 10A6 (Obra concluída/% de execução física)	16,00	7,75	0,48	4.096.000,00	4.096.000,00	1,00
Construção do Edifício-Sede do Ministério da Fazenda em Salvador - BA - 10AV (Obra concluída/% de execução física)	15,00	0,00	0,00	2.114.286,00	0,00	0,00
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - 09HB (-/-)	0,00	0,00	-	773.789.182,00	768.957.412,00	0,99
Funcionamento do Conselho de Contribuintes - 2013 (PROCESSO JULGADO/UNIDADE)	15.860,00	16.616,00	1,05	4.196.280,00	2.805.544,00	0,67
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	4.133.185.254,00	4.125.192.161,00	1,00
Modernização da Administração Tributária e Aduaneira - 114N (-/-)	0,00	0,00	-	60.000.000,00	0,00	0,00
Reforma de prédio para instalação da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Belo Horizonte - MG - 10AW (OBRA REALIZADA/% de execução física)	45,00	0,00	0,00	2.020.000,00	0,00	0,00

Relatório Anual de Avaliação

Remuneração dos Agentes Prestadores de Serviços pelo Recolhimento da Guia de Recolhimento do Fundo de garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP - 20BI (-/-)	0,00	0,00	-	66.900.000,00	66.900.000,00	1,00
Remuneração por Serviço de Arrecadação - 2242 (Darf recebido/UNIDADE)	194.900.000,00	210.729.123,34	1,08	223.308.200,00	223.308.198,00	1,00
Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX - 2247 (sistema mantido/UNIDADE)	20,00	19,00	0,95	171.613.990,00	171.613.991,00	1,00
Sistema Integrado de Informações - SINTEGRA - 2B93 (sistema mantido/UNIDADE)	29,00	29,00	1,00	13.200.000,00	5.040.312,00	0,38
Sistemas Informatizados da Secretaria da Receita Federal - 2248 (sistema mantido/UNIDADE)	320,00	337,00	1,05	630.941.916,00	630.941.915,00	1,00
Sistemas Informatizados dos Conselhos de Contribuintes - 2085 (sistema mantido/UNIDADE)	1,00	1,00	1,00	2.198.873,00	1.593.479,00	0,72
Sistemas Informatizados Previdenciários - 2D75 (sistema mantido/UNIDADE)	34,00	35,00	1,03	130.926.116,00	130.926.117,00	1,00
Índice médio geral de realização			1,74			0,78

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2007) Arrecadação Tributária e Aduaneira - 2238 (Tributo arrecadado/R\$ bilhão)	-	-	-	6.603.301,00	5.394.556,00	0,82
(RAP 2007) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - 2004 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	-	-	-	503.688,00	0,00	0,00
(RAP 2007) Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados - 2010 (criança de 0 a 6 anos atendida/UNIDADE)	-	-	-	152.191,00	0,00	0,00

(RAP 2007) Auditoria e Fiscalização Tributária e Aduaneira - 2237 (Ação fiscal realizada/UNIDADE)	-	-	-	37.155.778,00	21.301.403,00	0,57
(RAP 2007) Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - 09HB (-/-)	-	-	-	40.421.587,00	0,00	0,00
(RAP 2007) Funcionamento do Conselho de Contribuintes - 2013 (PROCESSO JULGADO/UNIDADE)	-	-	-	962.597,00	245.826,00	0,26
(RAP 2007) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	104.883.559,00	93.066.422,00	0,89
(RAP 2007) Remuneração por Serviço de Arrecadação - 2242 (Darf recebido/UNIDADE)	-	-	-	6.624.602,00	5.412.966,00	0,82
(RAP 2007) Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX - 2247 (-/-)	-	-	-	1.626.409,00	0,00	0,00
(RAP 2007) Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX - 2247 (sistema mantido/UNIDADE)	-	-	-	1.626.409,00	0,00	0,00
(RAP 2007) Sistema Integrado de Informações - SINTEGRA - 2B93 (sistema mantido/UNIDADE)	-	-	-	574.352,00	230.082,00	0,40
(RAP 2007) Sistemas Informatizados da Secretaria da Receita Federal - 2248 (sistema mantido/UNIDADE)	-	-	-	504,00	0,00	0,00
Índice médio geral de realização						0,31

INDICADOR(ES)

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2008		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Taxa de Realização da Receita Administrada, inclusive a Destinada à Previdência Social, pela Receita Federal do Brasil - PERCENTAGEM	110,000	31/12/2006	105,300	12/2008	109,000	Média

Fonte: MP/SPS e Copat/SRF/MF

Medidas corretivas necessárias: O comportamento da arrecadação, em que se pese a importância da atuação do fisco, é bastante suscetível à parâmetros da economia como inflação, emprego e renda. Tais indicadores, assim como a própria arrecadação, são objetos de metas. As metas são revistas toda vez que haja um conjunto premissas que se alterem com o tempo. O PPA consolida um conjunto de norteadores que irão orientar as políticas para os próximos quatro anos, mas as metas estabelecidas por ele o foram para uma situação que existiu num dado momento do tempo, situação esta que já se alterou. Em relação aos anos de 2007 e 2008 a atividade econômica se realizou com variações dos indicadores acima das projeções utilizadas no PPA. Nesse caso, tais alterações podem ser consideradas como externalidades positivas já que promoveram um crescimento da arrecadação maior que o esperado. Já o ano de 2009 apresenta uma situação de mudança na trajetória dos crescimentos recentes, podendo, mesmo, representar frustração de receitas para a União. Além disto, o cenário aponta para uma série de novas desonerações tributárias que trarão como consequência menor crescimento da arrecadação. A mudança dessa trajetória negativa (crise econômica mundial) ainda é incerta e pode acarretar o não atingimento da meta em 2011.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O programa possibilitará a arrecadação de recursos para o financiamento das ações do Estado.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2008

PRINCIPAIS RESULTADOS HIERARQUIZADOS:

1 - 1 - A arrecadação bruta dos impostos e contribuições administrados pela RFB, de janeiro a dezembro de 2008, atingiu a cifra de R\$ 660,201 bilhões. Mesmo ocorrendo desoneração tributária, estimada em R\$ 10,3 bilhões, houve crescimento nominal de 12,82% e crescimento real de 6,81% (considerando-se a variação do IPCA) em relação ao mesmo período do ano de 2007. Esse resultado foi decorrente, principalmente, de fatores ligados ao desempenho da economia, especialmente, até o mês de outubro/2008, e de ações administrativas desenvolvidas pela RFB e pela PGFN, com vistas à recuperação dos débitos em atraso e à manutenção do fluxo regular de arrecadação.

2 - 2 - Foi cobrado pela RFB em 2008 um total de 1.418.935 contribuintes pessoa física, representando um montante de R\$ 4,535 bilhões. Em confronto com 2007, houve aumento de 39,1% no quantitativo de contribuintes cobrados e redução de 22,5% nos valores. Isso se deve, sobretudo, ao fato de se ter, em 2007, enviado cobrança prioritariamente aos maiores devedores. Relativamente aos contribuintes pessoa jurídica, em 2008 foram emitidas pela RFB 755.002 cobranças, no montante de R\$ 6,524 bilhões, em contraposição às 1.821.229 cobranças emitidas em 2007, no montante de R\$ 24,016 bilhões. Dois fatores principais influenciaram os resultados das ações de cobrança de 2007 e 2008: a) a cobrança de 2008, que poderia ter apresentado resultado tão ou mais satisfatório que os de 2007 caso tivesse sido possível cumprir o cronograma programado, teve de ser refreada, especialmente no segundo semestre, para não comprometer o atendimento ao contribuinte, haja vista o esvaziamento provocado pelo retorno dos servidores previdenciários ao órgão de origem (INSS); b) os excelentes resultados do ano de 2007 se deveram ao grande esforço então realizado, com a finalidade de permitir o cumprimento do cronograma de remessas dos processos à PGFN.

3 - 3 - A Fiscalização da Receita Federal do Brasil encerrou o ano de 2008, relativamente aos tributos internos, com 616 mil contribuintes fiscalizados e R\$ 73 bilhões em créditos tributários lançados, o que representou crescimento de 18% no quantitativo e decréscimo de 32% no volume de autuações, quando comparado com o ano de 2007. Foram intensificadas ações de fiscalização em todos os segmentos, em especial nas áreas de revisão de declarações de pessoas jurídicas e pessoas físicas. O aprimoramento constante dos instrumentos de fiscalização permitiu que se pudesse elevar a presença fiscal, especialmente junto aos contribuintes de maior porte, mesmo com o impacto do movimento paredista dos Auditores-Fiscais durante o primeiro semestre do ano.

4 - 4 - No ano de 2008, as empresas brasileiras exportaram US\$ 197,942 bilhões e importaram US\$ 173,207 bilhões, valores que representam recordes históricos para ambas as operações, totalizando uma corrente de comércio de US\$ 371,149 bilhões e resultando em um superávit de US\$ 24,735 bilhões. Todo esse crescimento se refletiu num expressivo aumento nas atividades de controle aduaneiro desenvolvidas pela RFB, principalmente na quantidade de desembaraços de mercadorias processados. Ressalte-se que, apesar do grande incremento nas atividades relacionadas ao comércio exterior, as ações de fiscalização e controle sobre tais operações foram realizadas sem maiores prejuízos para a agilidade no fluxo de cargas nas fronteiras, portos e aeroportos.

5 - 5 - No ano de 2008, foram prestados aproximadamente 20,6 milhões de serviços aos contribuintes nas unidades de atendimento da RFB, resultado 16,8% superior ao registrado em 2007, quando foram realizados 17,3 milhões de atendimentos. Quanto à meta do tempo médio Brasil de espera para atendimento presencial, a RFB registrou tempo médio de 26 minutos e 04 segundos, um pouco superior à meta estabelecida, de 25 minutos, porém bem inferior ao tempo médio verificado em 2007, de 29 minutos e 30 segundos.

6 - 6 - A apreensão de mercadorias em decorrência da fiscalização e controle sobre o comércio exterior exercido pela RFB totalizou R\$ 1,04 bilhão, no período de janeiro a dezembro de 2008, um pouco inferior ao valor apreendido em 2007 que foi de R\$ 1,05 bilhão.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Acima do esperado

JUSTIFICATIVA: A administração tributária e aduaneira constitui-se num conjunto de ações e atividades, integradas e complementares entre si, que visam garantir o cumprimento pela sociedade da legislação tributária e do comércio exterior e que se materializam numa presença fiscal ampla e atuante, quer seja no âmbito da facilitação do cumprimento das obrigações tributárias, quer seja na construção e manutenção de uma forte percepção de risco pelos contribuintes faltosos.

Essas ações e atividades se sustentam no subsídio à normatização da legislação tributária e do comércio exterior e num conjunto integrado de sistemas de informação, alimentados por informações cadastrais e econômico-fiscais fornecidas ao Fisco pelos próprios contribuintes ou por terceiros, mediante a apresentação de diversas modalidades de declarações. Assim, todas as ações que compõem o Programa da RFB representam um único fluxo de trabalho, voltado para a obtenção de dois resultados ou produtos finais básicos: a arrecadação aos cofres da União de tributos e contribuições e o controle fiscal e aduaneiro do comércio exterior.

2. GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL

Objetivo Setorial Vinculado ao Programa: Assegurar a gestão equilibrada das contas públicas

GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL: Acima do esperado

JUSTIFICATIVA: Esta RFB, por intermédio do seu corpo funcional, trabalha com afinco para cumprir sua Missão Institucional: "Exercer a administração tributária e o controle aduaneiro, com justiça fiscal e respeito ao cidadão, em benefício da sociedade", buscando, portanto, prover o Estado de recursos para o financiamento dos gastos públicos e do regime de previdência social, aplicando e garantindo a efetividade do Sistema Tributário Nacional observando a capacidade dos contribuintes.

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Dentro do esperado

JUSTIFICATIVA: Esta RFB, por intermédio do seu corpo funcional, trabalha com afinco para cumprir sua Missão Institucional: "Exercer a administração tributária e o controle aduaneiro, com justiça fiscal e respeito ao cidadão, em benefício da sociedade"

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Não

DIFICULDADES PARA AVALIAR A SATISFAÇÃO DO BENEFICIÁRIO: Esta RFB, no seu processo de construção do planejamento estratégico institucional, está definindo dois indicadores, que a partir de pesquisas de opinião irão avaliar a satisfação dos nossos beneficiários: 1) Índice de percepção da contribuição da RFB para o desenvolvimento econômico e social do País (medição da neutralidade da tributação e da melhoria do ambiente de negócios.) 2) Índice de satisfação com o atendimento (pesquisa de satisfação do cidadão sobre a qualidade e conclusividade dos serviços prestados pela RFB.)

5. DESENHO DO PROGRAMA QUANTO AOS TEMAS TRANSVERSAIS (RAÇA, GÊNERO, PESSOA COM DEFICIÊNCIA E/OU CRIANÇA E JUVENTUDE)

OS TEMAS TRANSVERSAIS ESTÃO CONTEMPLADOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA? Não

6. MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sim

Ouvidoria: No ano de 2008 A ouvidoria passou a fazer parte da estrutura do gabinete da secretária da RFB, com o objetivo de atuar com maior eficácia e independência.

CONTRIBUIÇÕES DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA OS RESULTADOS DO PROGRAMA: Contribui, principalmente, com a melhoria do atendimento aos contribuintes.

Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais

GERENTE DO PROGRAMA

OBJETIVO

Melhorar a capacidade de atendimento aos clientes e facilitar à população o acesso ao crédito e aos serviços bancários

PÚBLICO-ALVO

Clientela, os clientes em potencial, o setor produtivo, e ainda os beneficiários dos serviços de responsabilidade da União, viabilizados por intermédio da rede bancária das instituições financeiras federais

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$1.305.119.352,0	Empenhado Liquidado:	-
	Pago Estatais:	R\$878.697.123,00
	Total:	R\$878.697.123,00
Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário	
-	-	

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - 3252 (Ponto de Atendimento Instalado/UNIDADE)	1.019,00	774,00	0,76	226.916.604,00	89.322.753,00	0,39
Manutenção da Infra-Estrutura de Atendimento - 4106 (-/-)	0,00	0,00	-	1.078.202.748,00	789.374.370,00	0,73
Índice médio geral de realização			0,76			0,56

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Esse programa não possui ações RAP						

INDICADOR(ES)

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2008		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Taxa de Variação das Transações das Instituições Financeiras Oficiais - %	0,000		92,110	12/2008	0,000	Muito Baixa

Fonte: Bancos Federais

Medidas corretivas necessárias: Modificar o nome do Indicador do Programa "Taxa de Variação das Transações das Instituições Financeiras Oficiais", para a denominação de "Índice de Representatividade das Transações em Canais não Convencionais", com a indicação de meta 92,11%, para 2011, sob o entendimento de que acompanhamento da evolução, via série histórica, das transações em canais não convencionais evidencia a modernização na capacidade de atendimento aos clientes e ampliação do acesso aos serviços bancários.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O crescente aumento das exigências dos clientes e do mercado torna imprescindível a ampliação e modernização das instituições financeiras oficiais a fim de lhes permitir competir em igualdade de condições com as empresas privadas e atender as demandas dos clientes.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2008

PRINCIPAIS RESULTADOS HIERARQUIZADOS:

1 - 3252 - Instalação de Pontos de Atendimento Bancário

O Banco do Brasil S/A previu a instalação de 892 pontos de atendimento em 2008, dos quais 120 são agências; desse total, foram inaugurados 733 novos pontos (82,17% do previsto), dentre os quais 52 novas agências, com ênfase para estruturas de menor porte e custo;

A Caixa Econômica Federal inaugurou 41 unidades, sendo 15 agências e 26 Postos de Atendimento Bancário, correspondendo a 33,88% da meta projetada para 2008.

O Banco do Nordeste do Brasil S/A instalou apenas uma agência em 2008 (Agência de Uruçuí-PI), sendo que os investimentos correspondentes foram efetivados ao longo de 2007. As três agências programadas para 2008 (Valença - BA, Conceição do Coité - BA e Parnamirim - RN) não puderam ser instaladas, por vários motivos, dentre os quais se destacam: demora na pesquisa para encontrar os imóveis adequados e retardamento na construção dos prédios das futuras agências;

O Banco da Amazônia S/A previu a instalação de 4 pontos de atendimento em 2007, tendo realizado 44% da meta financeira correspondente, e inaugurou apenas um ponto de atendimento, com aplicação de investimentos relativos ao orçamento de 2007.

Ação 4106 - Manutenção da Infra-Estrutura de Atendimento

O Banco do Brasil S/A realizou 6.631 eventos de obras de pequeno e médio valor, obras de acessibilidade em 2.150 dependências e concluídas 287 obras de reformas, além das realocações de agências da rede varejo do Banco;

A Caixa Econômica Federal realizou R\$ 240.699 mil dos R\$ 337.072 mil programados; os investimentos foram utilizados na aquisição de equipamentos de segurança e telefonia em 837 pontos de venda; adequação e manutenção dos imóveis, substituição e/ou complementação de equipamentos de uso e mobiliário em 2.126 agências; atualização dos equipamentos (hardware e software) do auto-atendimento e pontos de venda, com modernização do parque tecnológico.

O Banco do Nordeste do Brasil S/A realizou investimentos no valor de R\$ 9.594 mil, relativamente a mobiliário; sistema de ar condicionado; grupos de geradores, nobreak's e estabilizadores, elevadores e plataformas elevatórias, bem como instalações prediais das agências e pontos de atendimento PRONAF;

O Banco da Amazônia S/A realizou 56% da meta financeira, contemplando todos os pontos de atendimento.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Abaixo do esperado

JUSTIFICATIVA: O resultado alcançado em 2008 chegou próximo de 80% do valor



projetado, sob influência das iniciativas do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, neste último caso em menor intensidade. O destaque ficou com as iniciativas vinculadas à Ação 4106. Os investimentos em tecnologia e modernização dos pontos de atendimento proporcionam maior segurança e conforto para os clientes, além de estimular a utilização de meios não convencionais de atendimento, a exemplo da Internet, terminais de atendimento e os correspondentes bancários. No caso do Banco do Nordeste do Brasil S/A, cabe registrar que novas prioridades definidas pela administração superior do Banco, tais como a criação das Unidades e Recuperação de Crédito, Centrais de Retaguarda Operacional e Pontos de Atendimento Centralizados do PRONAF, no decorrer de 2007 e 2008, provocaram o retardamento na implementação de iniciativas vinculadas ao Programa.

2. GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL

Objetivo Setorial Vinculado ao Programa: Assegurar a estabilidade da política econômica

GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL: Abaixo do esperado

JUSTIFICATIVA: Verifica-se que a modernização da infra-estrutura de atendimento cria condições favoráveis para o aumento do volume de crédito aplicado pelas instituições financeiras oficiais e o oferecimento de maiores conveniências aos clientes e maior oferta de produtos e serviços bancários. Os investimentos abrangeram todos os estados brasileiros, contribuindo para a geração de emprego e renda, mediante a utilização de mão-de-obra local, aquisição de equipamentos, maquinários, além de móveis para os pontos de atendimento, com possíveis impactos positivos no aumento da oferta de crédito e na qualidade dos serviços bancários oferecidos aos clientes das instituições financeiras oficiais.

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Dentro do esperado

JUSTIFICATIVA: Os investimentos em novos pontos de atendimento e os destinados à manutenção e melhoria da rede instalada trouxeram reflexos diretos no aumento da capacidade de atender a um número maior de clientes, aumentando portanto a capacidade de atingir o público-alvo. Nesse sentido, o Banco do Brasil S/A registrou evolução de 10,5% no número de contas correntes, em relação ao ano anterior, atingindo ao final de 2008 30,3 milhões de contas. A Caixa Econômica Federal, por sua vez, experimentou, em 2008, um incremento de 185 milhões de transações bancárias em relação a 2007 e um aumento de 2,3 milhões de contas CAIXA AQUI FÁCIL. O Banco do Nordeste do Brasil S/A atingiu, em 2008, o percentual de 98% na cobertura dos 1.950 municípios atendidos pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, com ampliação da base de clientes. O Banco da Amazônia S/A ampliou sua base de clientes, em 38%.

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Sim

GRAU DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO: Satisfeito

JUSTIFICATIVA: As instituições financeiras oficiais realizam periodicamente pesquisa para aferir a satisfação do cliente, como é o caso do Banco do Brasil S/A, cujo índice em 2008 apontou 77% de satisfação dos clientes. A pesquisa de satisfação do cliente realizada pela Caixa Econômica Federal revelou que 72,58% de seus clientes estão satisfeitos com os serviços de atendimento da Instituição. O Banco do Nordeste do Brasil S/A obteve o índice de 93,3% de satisfação do cliente em pesquisa realizada junto a micro e pequenas empresas, em 2008. A pesquisa de avaliação dos serviços prestados pelo Banco da Amazônia S/A indicou que 86% de seus clientes consideram os serviços prestados Excelentes e Bons.

MECANISMOS UTILIZADOS E CONSEQÜÊNCIAS PARA O APERFEIÇOAMENTO DO PROGRAMA: Pesquisa junto aos clientes, conforme descrito no item anterior, cujos resultados são utilizados na composição de indicadores estratégicos corporativos e são considerados nas diretrizes de ampliação e modernização das instituições financeiras federais.

5. DESENHO DO PROGRAMA QUANTO AOS TEMAS TRANSVERSAIS (RAÇA, GÊNERO, PESSOA COM DEFICIÊNCIA E/OU CRIANÇA E JUVENTUDE)

OS TEMAS TRANSVERSAIS ESTÃO CONTEMPLADOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA? Sim

FORMA DE ABORDAGEM DOS TEMAS TRANSVERSAIS:

Raça: Não se aplica.

Pessoa com Deficiência: As melhorias das instalações visam, também, a facilitar o acesso aos recintos das agências e pontos de atendimento às pessoas idosas, bem como aos portadores de deficiências físicas. No caso da Caixa Econômica Federal, as máquinas de auto-atendimento estão adaptadas para portadores de necessidades audio-visuais.

Gênero: Não se aplica.

Criança e Juventude: Desenvolvimento de produtos para ampliar a base de clientes jovens nas instituições financeiras oficiais.

COMENTÁRIOS: Não há.

6. MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sim

Ouvidoria: Todas as instituições financeiras oficiais possuem ouvidorias, como canal de participação social.

Reunião com grupos de interesse: Há discussões em grupos de interesse para viabilizar melhorias nos sistemas de atendimento dos clientes.

COMENTÁRIOS ADICIONAIS: Não há.

CONTRIBUIÇÕES DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA OS RESULTADOS DO PROGRAMA: As questões levantadas no sistema de ouvidoria são levadas em conta pelas instituições financeiras oficiais com vistas à melhoria do atendimento a seus clientes.

Banco para Todos

GERENTE DO PROGRAMA

Tânia Cristina de Barros Aguiar

OBJETIVO

Permitir que a população desassistida dos serviços do sistema bancário seja incluída como usuária de produtos e serviços financeiros

PÚBLICO-ALVO

Pessoas físicas de baixa renda e microempreendedores da economia formal e informal

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): -	Empenhado Liquidado: -	Pago Estatais: -	Total: -
Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário		
R\$1.918.103.000,00	R\$1.761.301.687,75		

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Concessão de Crédito à População de Baixa Renda - 9758 (Empréstimo concedido/UNIDADE)	386.142,00	666.271,00	1,73	122.443.000,00	195.971.326,00	1,60
Consórcio de Eletroeletrônicos e Demais Bens Duráveis - 9A85 (Cliente atendido/UNIDADE)	3.600,00	5.860,00	1,63	0,00	0,00	-
Conta Simplificada - 9757 (Conta aberta/MILHAR)	223.000,00	159.403,85	0,71	10.660.000,00	26.569.671,00	2,49
Crédito Facilitado para Aposentados e Pensionistas do INSS - 9A91 (Empréstimo efetuado/R\$ milhão)	580.527,00	267.860,00	0,46	1.065.000.000,00	523.742.046,00	0,49
Micropehor - 9A04 (crédito concedido/UNIDADE)	3.088.966,00	3.137.066,00	1,02	720.000.000,00	1.015.018.644,75	1,41
Plano de Previdência Complementar Aberta - 9B07 (PESSOA ATENDIDA/UNIDADE)	150.000,00	180.085,00	1,20	0,00	0,00	-
Seguro de Vida para Pessoas de Baixa Renda - 90CE (Família segurada/UNIDADE)	43.000,00	194.448,00	4,52	0,00	0,00	-
Índice médio geral de realização			1,61			1,50

METAS FINANCEIRAS - RAP

Relatório Anual de Avaliação

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Esse programa não possui ações RAP						

INDICADOR(ES)

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2008		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Taxa de acesso de desassistidos a serviços bancários e ao crédito, direto, por intermédio das instituições financeiras federais - PERCENTAGEM	0,000		0,000		0,000	Alta
Fonte: FEBRABAN, SEBRAE e CAIXA						
Medidas corretivas necessárias: Não se aplica						

CONTEXTUALIZAÇÃO

Possibilitar o acesso da população de baixa renda e dos microempreendedores a produtos e serviços financeiros por meio das instituições financeiras oficiais.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2008

PRINCIPAIS RESULTADOS HIERARQUIZADOS:

1 - Em 2008 foram abertas 2,81 milhões de contas simplificadas, o que possibilitou a inclusão de seus titulares ao sistema bancário, ampliando seu acesso ao crédito bancário e comercial. O resultado ficou abaixo do projetado, pois o desempenho foi de 87,21% da meta, todavia dentro de uma perspectiva de ampliação contínua do produto.

2 - A ação de Concessão de Crédito à População de Baixa Renda, atingiu a performance de R\$ 195,97 milhões de empréstimos, o que representa 160,05% da meta. O Banco do Brasil realizou 48,9% da meta financeira (R\$ 43,02 milhões). O Banco da Amazônia atingiu 27,8% da meta financeira com R\$ 2,32 milhões contratados. A CAIXA superou sua meta financeira em 577,99% com R\$ 150,61 milhões emprestados.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Dentro do esperado

JUSTIFICATIVA: A estratégia de bancarização, inicialmente adotada pelo BB -Banco Popular do Brasil, permitiu crescimento representativo da sua base de clientes, acompanhando o crescimento da carteira de crédito. Entretanto, a adoção das ações de qualificação para a concessão do crédito trouxeram também, em seu contexto, conseqüente redução no volume de contratações de novas operações, repercutindo, por sua vez, na quantidade de contas e sendo determinantes os reflexos na prospecção de novos clientes e na abertura de novas contas. A partir de maio/2008, o Banco Popular passou a ter suas atividades integradas ao Banco do Brasil.

2. GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL

Objetivo Setorial Vinculado ao Programa: Assegurar a gestão equilibrada das contas públicas

GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL: Muito abaixo do esperado

JUSTIFICATIVA: A bancarização da população de baixa renda não assegura o equilíbrio das contas públicas.

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Acima do esperado

JUSTIFICATIVA: O programa prevê a bancarização da população de baixa renda, esse público é o alvo de todas as ações vinculadas ao programa, tanto de concessão de crédito quanto a abertura de contas simplificadas.

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Sim

GRAU DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO: Satisfeito

JUSTIFICATIVA: Cada instituição financeira participante realiza pesquisa de satisfação de seus clientes para direcionar ações de melhoria do atendimento e fidelização da clientela.

MECANISMOS UTILIZADOS E CONSEQÜÊNCIAS PARA O APERFEIÇOAMENTO DO PROGRAMA: O Banco do Brasil, por exemplo, realizou em 2008 pesquisa de avaliação pelo Instituto Larc Pesquisa de Marketing.

5. DESENHO DO PROGRAMA QUANTO AOS TEMAS TRANSVERSAIS (RAÇA, GÊNERO, PESSOA COM DEFICIÊNCIA E/OU CRIANÇA E JUVENTUDE)

OS TEMAS TRANSVERSAIS ESTÃO CONTEMPLADOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA? Sim

FORMA DE ABORDAGEM DOS TEMAS TRANSVERSAIS:

Raça: A conta simplificada é um instrumento de inclusão bancária que contempla como beneficiários pessoas de todas as raças sem distinção.

Pessoa com Deficiência: A conta simplificada é um instrumento de inclusão bancária que contempla como beneficiários pessoas com ou sem deficiências físicas.

Gênero: A conta simplificada é um instrumento de inclusão bancária que contempla como beneficiários pessoas de todos os gêneros.

Criança e Juventude: A conta simplificada é um instrumento de inclusão bancária que contempla como beneficiários pessoas de todas as idades, no entanto o Código Civil Brasileiro estabelece idade mínima para o indivíduo ter conta num banco.

COMENTÁRIOS: A conta simplificada é um instrumento de inclusão bancária que contempla como beneficiários pessoas de todas as raças, gêneros, idade (observando idades mínimas do Código Civil) com ou sem deficiências físicas.

6. MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Não

DIFICULDADES PARA IMPLEMENTAÇÃO DE MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL: Não há possibilidade de participação social no programa, pois as instituições atuam num mercado altamente competitivo.

Capacitação de Servidores Públicos em Finanças Públicas e Áreas Afins

GERENTE DO PROGRAMA

Mauro Sérgio Bogéa Soares

OBJETIVO

Desenvolver recursos humanos mediante formação e educação continuada de servidores e profissionais, visando a capacitação por competências individuais

PÚBLICO-ALVO

Servidores públicos e profissionais voltados ao aprimoramento do sistema tributário, do sistema de execução orçamentária e financeira, do sistema de controle e de áreas afins

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$21.064.696,00	Empenhado Liquidado: R\$16.330.347,00
	Pago Estatais: -
	Total: R\$16.330.347,00
Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Capacitação de Servidores Públicos e Profissionais - 6227 (PESSOA CAPACITADA/UNIDADE)	36.000,00	62.784,00	1,74	9.693.607,00	8.900.146,00	0,92
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	3.197.688,00	2.840.114,00	0,89
Seleção e Formação de Recursos Humanos em Finanças Públicas e Áreas Afins - 2250 (Candidato selecionado/UNIDADE)	2.000,00	544,00	0,27	8.173.401,00	4.590.087,00	0,56
Índice médio geral de realização			1,01			0,79

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2007) Capacitação de Recursos Humanos em Finanças Públicas e Áreas Afins - 6227 (SERVIDOR CAPACITADO/UNIDADE)	-	-	-	994.651,00	556.560,00	0,56
(RAP 2007) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	145.982,00	138.468,00	0,95

Relatório Anual de Avaliação

(RAP 2007) Seleção e Formação de Recursos Humanos em Finanças Públicas e Áreas Afins - 2250 (Candidato selecionado/UNIDADE)	-	-	-	225.992,00	28.758,00	0,13
Índice médio geral de realização			-			0,55

INDICADOR(ES)

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2008		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Grau de Satisfação dos Alunos - PERCENTAGEM	76,000	31/12/1999	90,000	04/2009	90,000	Alta

Fonte: ESAF

Medidas corretivas necessárias:

Grau de Satisfação dos Contratantes - PERCENTAGEM	85,000	31/12/1999	88,000	04/2009	0,000	Alta
---	--------	------------	--------	---------	-------	------

Fonte: ESAF

Medidas corretivas necessárias:

CONTEXTUALIZAÇÃO

Suprir a administração pública com pessoal especializado para o aprimoramento do sistema tributário, do sistema de execução orçamentária e financeira, do sistema de controle e de áreas afins.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2008

PRINCIPAIS RESULTADOS HIERARQUIZADOS:

1 - Expansão considerável no número de capacitações, que totalizou, em 2008, 16.509, sendo 15.526 desenvolvidos e coordenados pela ESAF sede. Contribuiu ainda para a superação da meta física a descentralização de recursos orçamentários, por parte dos órgãos clientes.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Acima do esperado

JUSTIFICATIVA: Grande demanda de participação nas ações do programa e superação das metas.

2. GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL

Objetivo Setorial Vinculado ao Programa: Assegurar a gestão equilibrada das contas públicas

GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL: Acima do esperado

JUSTIFICATIVA: Esforço e empenho da equipe em acumular e desempenhar tarefas. Possibilidade de a ESAF trabalhar por projeto, o que lhe proporciona contar com

mão-de-obra contratada por tempo determinado, além de colaboradores terceirizados. A ESAF tem buscado, ao longo de sua existência, funcionar como centro de produção e difusão do conhecimento, aberto às mais diversas perspectivas de investigação e debates na área das finanças públicas o que propicia o desenvolvimento profissional do servidor público brasileiro.

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Acima do esperado

JUSTIFICATIVA: A intensificação do ensino a distância propiciou uma expansão considerável no número de capacitações, que totalizou, em 2008, 16.509, sendo 15.526 desenvolvidos e coordenados pela ESAF sede. Contribuiu ainda para a superação da meta física a descentralização de recursos orçamentários, por parte dos órgãos clientes. Foram formados, em 2ª etapa da seleção por concurso público, 475 servidores para a Controladoria-Geral da União (397), Secretaria do Tesouro Nacional (13) e Agência Nacional de Energia Elétrica (65).

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Sim

GRAU DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO: Muito Satisfeito

JUSTIFICATIVA: - melhoria/otimização de recursos orçamentários na relação entre a quantidade de serviços/produtos prestados/oferecidos

MECANISMOS UTILIZADOS E CONSEQÜÊNCIAS PARA O APERFEIÇOAMENTO DO PROGRAMA: - formulários de avaliação.
-manutenção da qualidadee e até aumento na capacidade de atendimento.

5. DESENHO DO PROGRAMA QUANTO AOS TEMAS TRANSVERSAIS (RAÇA, GÊNERO, PESSOA COM DEFICIÊNCIA E/OU CRIANÇA E JUVENTUDE)

OS TEMAS TRANSVERSAIS ESTÃO CONTEMPLADOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA? Sim

FORMA DE ABORDAGEM DOS TEMAS TRANSVERSAIS:

Raça: A capacitação é para servidores independente de raça.

Pessoa com Deficiência: A capacitação é para servidores inclusive PNEs

Gênero: A capacitação é para servidores independente de gênero.

Criança e Juventude: Não aplicável.

6. MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sim

Ouvidoria: O sistema de ouvidoria da ESAF representa um controle social da Escola .

CONTRIBUIÇÕES DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA OS RESULTADOS DO PROGRAMA: As críticas, sugestões e opiniões dos usuários da Ouvidoria, assim como desvios identificados nos

processos têm se constituído em fonte permanente de aperfeiçoamento de nossos serviços.

Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários

GERENTE DO PROGRAMA

Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana

OBJETIVO

Assegurar as condições para o aperfeiçoamento e desenvolvimento do mercado de valores mobiliários

PÚBLICO-ALVO

Agentes econômicos atuantes no mercado de valores mobiliários

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$99.198.167,00	Empenhado Liquidado:	R\$94.859.989,00
	Pago Estadais:	-
	Total:	R\$94.859.989,00
Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário	
-	-	

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - 2004 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	702,00	0,00	0,00	398.600,00	398.601,00	1,00
Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados - 2010 (criança atendida/UNIDADE)	67,00	0,00	0,00	71.503,00	54.726,00	0,77
Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - 2012 (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	447,00	0,00	0,00	773.096,00	731.621,00	0,95
Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados - 2011 (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	127,00	0,00	0,00	199.644,00	164.557,00	0,82
Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - 4572 (SERVIDOR CAPACITADO/UNIDADE)	161,00	38,83	0,24	438.420,00	433.495,00	0,99

Relatório Anual de Avaliação

Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - 09HB (-/-)	0,00	0,00	-	11.247.340,00	10.983.364,00	0,98
Disseminação de Informações e Regulamentação do Mercado de Valores Mobiliários - 2204 (informação disponibilizada/Gbyte)	170,00	816,73	4,80	2.161.856,00	1.701.686,00	0,79
Estudos para Aperfeiçoamento dos Instrumentos de Atuação da CVM junto ao Mercado de Capitais - 5089 (ESTUDO REALIZADO/UNIDADE)	2,00	0,00	0,00	3.299.877,00	2.215.579,00	0,67
Fiscalização do Mercado de Valores Mobiliários - 2203 (fiscalização realizada/UNIDADE)	3.900,00	4.515,00	1,16	1.569.040,00	934.792,00	0,60
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	68.729.443,00	68.212.302,00	0,99
Orientação e Defesa aos Investidores (Prodin) - 2205 (INVESTIDOR ATENDIDO/UNIDADE)	190.000,00	103.943,00	0,55	1.144.777,00	873.163,00	0,76
Reforma e Ampliação das Instalações da Comissão de Valores Mobiliários - 1068 (OBRA REALIZADA/% de execução física)	2,00	2,00	1,00	1.077.800,00	75.813,00	0,07
Sistema Informatizado da Comissão de Valores Mobiliários - 2210 (sistema mantido/UNIDADE)	25,00	0,00	0,00	8.086.771,00	8.080.290,00	1,00
Índice médio geral de realização			0,70			0,80

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2007) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - 2004 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	-	-	-	383.823,00	377.320,00	0,98
(RAP 2007) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - 2012 (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	-	-	-	144.594,00	1.080,00	0,01

(RAP 2007) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados - 2011 (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	-	-	-	36.934,00	3,00	0,00
(RAP 2007) Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - 4572 (SERVIDOR CAPACITADO/UNIDADE)	-	-	-	193.853,00	177.540,00	0,92
(RAP 2007) Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - 09HB (-/-)	-	-	-	168.419,00	13.218,00	0,08
(RAP 2007) Disseminação de Informações e Regulamentação do Mercado de Valores Mobiliários - 2204 (informação disponibilizada/Gbyte)	-	-	-	538.354,00	228.644,00	0,42
(RAP 2007) Fiscalização do Mercado de Valores Mobiliários - 2203 (fiscalização realizada/UNIDADE)	-	-	-	734.872,00	301.123,00	0,41
(RAP 2007) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	5.832.571,00	2.819.013,00	0,48
(RAP 2007) Orientação e Defesa aos Investidores (Prodin) - 2205 (INVESTIDOR ATENDIDO/UNIDADE)	-	-	-	91.103,00	68.746,00	0,75
(RAP 2007) Reforma e Ampliação das Instalações da Comissão de Valores Mobiliários - 1068 (OBRA REALIZADA/% de execução física)	-	-	-	88.198,00	74.523,00	0,84
(RAP 2007) Sistema Informatizado da Comissão de Valores Mobiliários - 2210 (sistema mantido/UNIDADE)	-	-	-	5.567.427,00	3.476.185,00	0,62
Índice médio geral de realização			-			0,50

INDICADOR(ES)

INDICADOR
(UNIDADE DE MEDIDA)

ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2008		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		

Relatório Anual de Avaliação

Taxa de Emissões Primárias da Economia - PERCENTAGEM	9,700	31/12/2002	23,500	12/2008	0,000	Alta
--	-------	------------	--------	---------	-------	------

Fonte: CVM e IBGE

Medidas corretivas necessárias:

Taxa de Participação das Companhias Abertas Listadas em Bolsa e em Balcão Organizado no Produto Interno Bruto (PIB) - PERCENTAGEM	34,000	31/12/2002	47,600	12/2008	0,000	Alta
---	--------	------------	--------	---------	-------	------

Fonte: Bolsa de Valores, Mercado de Balcão Organizado e IBGE

Medidas corretivas necessárias:

Número de Acessos à Home-Page da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) - UNIDADE	2.604.935,00	31/12/2002	5.023.344,00	12/2008	0,000	Alta
--	--------------	------------	--------------	---------	-------	------

Fonte: CVM

Medidas corretivas necessárias:

CONTEXTUALIZAÇÃO

O mercado de valores mobiliários vem se tornando um instrumento do governo federal para aumentar a taxa de poupança doméstica da economia, pelo apelo que possui quanto a expectativas de taxas de retorno mais elevadas, embora com maior risco, e de participação no lucro das empresas.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2008

PRINCIPAIS RESULTADOS HIERARQUIZADOS:

1 - A expansão extraordinária apresentada pelo mercado de capitais brasileiro nos últimos anos sofreu em 2008 um refluxo, decorrente da crise financeira internacional. Tal fato, no entanto, não deve alterar a tendência de médio e longo prazo em relação ao crescimento da importância da emissão de valores mobiliários no financiamento às empresas. Por isso, não se alterou também a percepção da CVM sobre a necessidade de aprimorar seus mecanismos de atuação como órgão regulador, com destaque para os eventos que apresentam maior risco para o cumprimento de seu mandato legal, e lidando com os demais de forma proporcional à sua magnitude e potencial impacto.

Nesse sentido, a CVM apresentou o seu primeiro Plano Bienal de Supervisão, para o biênio 2009-2010, que marca o início do planejamento de suas atividades segundo um modelo de supervisão baseada em risco, conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.427/06 e disciplinado pela Deliberação CVM nº 521/07. Com base nesse modelo de supervisão, o órgão regulador passa a destinar maior atenção a mercados, produtos e entidades supervisionadas que apresentam maior probabilidade de apresentar falhas em sua atuação e que, caso isso ocorra, representarão potencialmente um dano maior para os investidores ou para a integridade do mercado de valores mobiliários. De outro lado, áreas e entidades supervisionadas que apresentam menor probabilidade de causar problemas e, caso um problema ocorra, tendam a causar potencialmente menor dano ao mercado, serão objeto de um monitoramento básico, significando menos recursos dedicados à sua supervisão. Esse modelo de atuação permitirá à CVM alcançar melhores resultados na execução de sua atribuição legal de proteção ao investidor.

O relacionamento da autarquia com outros órgãos e entidades da administração pública também foi aprofundado durante o ano, com destaque para o importante trabalho institucional conjunto coordenado com o Grupo de Trabalho sobre o Mercado de Capitais da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal – MPF, iniciado ao final de 2006. Esse trabalho redundou, além de iniciativas de sucesso na repressão a ilícitos de mercado, na assinatura de um Termo de Cooperação Técnica entre a CVM e o MPF.

Em termos de relações internacionais, a CVM obteve avanços no processo destinado à adesão do Brasil ao Memorando Multilateral de Entendimento da IOSCO (Organização Internacional das Comissões de Valores Mobiliários). A adesão a esse memorando ampliará sobremaneira a capacidade da autarquia de fornecer e receber ajuda de reguladores de outros países nas investigações que envolvam participantes estrangeiros ou que atuem em mais de uma jurisdição. Além disso, a CVM foi eleita para compor o Comitê Executivo da IOSCO, o que fortalece o Brasil no balanço regional de poder da Organização. Para o ano de 2009, o principal objetivo nessa área é garantir o ingresso do Brasil como membro do Comitê Técnico da IOSCO e, dessa forma, conquistar capacidade de influir de maneira mais decisiva na discussão das principais questões relacionadas à regulação internacional de valores mobiliários.

No âmbito das ações de governo constantes do Plano Plurianual – PPA, especificamente no que se refere ao programa 0778 – Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários, sob a responsabilidade da Comissão de Valores Mobiliários, destacam-se as ações 2203 – Fiscalização do Mercado de Valores Mobiliários, 2204 – Disseminação de informações e regulamentação do Mercado de Valores Mobiliários e 2205 – Programa de Orientação e Proteção ao Investidor – PRODIN.

2 - A respeito das ações de Fiscalização do Mercado de Valores Mobiliários, temos que a grave crise financeira global ocasionou impactos diretos às atividades de registro de valores mobiliários, uma vez que o ano de 2008 foi marcado pela retração em 30% do número de registros de ofertas públicas de distribuição, as quais alcançaram o montante de R\$ 131 bilhões, patamar aproximado ao registrado em 2006, mas inferior em 22% ao atingido em 2007. Um reflexo claro desse movimento foi a redução do volume de ofertas públicas de distribuição de ações, as quais totalizaram R\$ 34 bilhões em 2008, cerca de metade do volume registrado no ano anterior. Em contrapartida, as ofertas de notas promissórias, títulos de dívida de curto prazo utilizados pelo mercado em períodos de instabilidade, atingiram um vigoroso crescimento em relação à 2007, passando de R\$ 9,7 para aproximadamente R\$ 26 bilhões em volume.

No que se refere aos fundos de investimento, em decorrência da crise iniciada no mercado dos EUA, foi registrado forte movimento de resgates, o que representou substancial desafio para os gestores, no que concerne à manutenção da liquidez dos fundos para fazer frente aos pedidos. A esse respeito, foram ativados filtros na base de dados de fundos de investimento e de fundos de investimento em direitos creditórios, com o objetivo de monitorar a adequação da liquidez desses fundos à liquidez de suas carteiras de ativos. Tal procedimento permitiu identificar os fundos com potencial de problemas de liquidez e habilitou a CVM a acompanhar semanalmente ou diariamente, dependendo da gravidade da situação apresentada, a performance de tais fundos no cumprimento de suas obrigações perante os cotistas. As atividades de supervisão de rotina foram responsáveis pela emissão de quase 500 comunicações eletrônicas intituladas "Ações de Fiscalização" em que, através da análise das informações diárias e mensais enviadas à CVM pelos administradores de fundos de investimento, são demandadas informações e esclarecimentos de administradores sobre pontos considerados em descumprimento com a legislação específica. Merece destaque a adoção pela CVM de medidas preventivas e orientadoras a seus regulados, nos termos da Deliberação CVM nº 542/08. Em consequência do novo procedimento foram enviados três ofícios de alerta a instituições administradoras de carteiras, com fundamento em inspeções de rotina realizadas nas mesmas, apontando um rol de não-conformidades observadas em relação às Instruções 306 e 409. Essas comunicações buscam permitir às instituições reguladas, ao tomar conhecimento dos pontos levantados pela CVM, aperfeiçoar seus mecanismos internos de maneira a evitar que tais problemas possam se repetir no futuro.

Quanto ao acompanhamento das bolsas de valores e de mercadorias e futuros e do mercado de balcão organizado, em decorrência da Instrução CVM nº 461/07, que introduziu mudanças muito relevantes nas regras para o funcionamento das entidades administradoras de mercados organizados de valores mobiliários, assim como no funcionamento da área de auto-regulação que tais entidades devem manter, a CVM conduziu e homologou o processo de adaptação de cada entidade às novas regras. No período, além disso, as próprias entidades sofreram transformações importantes, tendo as duas bolsas existentes se fundido e a entidade administradora do mercado de balcão organizado sido desmutualizada e se tornado sociedade anônima.

No âmbito dos trabalhos desenvolvidos pela fiscalização externa (in loco), foram efetuadas inspeções em 206 jurisdicionados da CVM. Deste total, 69 (33%) ocorreram em escritórios de pessoas não autorizadas a: (i) intermediar valores mobiliários (65), (ii) administrar carteira/fundo/clubes de investimentos (2), (iii) prestar consultoria no mercado de valores mobiliários (1), e (iv) emitir e/ou colocar publicamente valores mobiliários (1); 49 (24%) em Fundos de Investimentos e respectivos administradores; e 17 (8%) em entidades integrantes do sistema de distribuição (corretoras e distribuidoras).

Por fim em virtude da ampliação do grau de complexidade dos inquéritos nos últimos

anos, com um conseqüente impacto no prazo médio de instrução, em razão, principalmente, da grande incidência de casos tratando de uso de informação privilegiada e de intrincados conflitos societários e operações de Bolsa, foi criada, por meio do Decreto nº 6.382/08, a Superintendência de Processos Sancionadores - SPS, destinada ao aperfeiçoamento das atividades de enforcement da CVM. O novo componente organizacional será responsável pela condução dos inquéritos administrativos instaurados a fim de apurar atos ilegais ou violadores da regulamentação e práticas não-equitativas no mercado de valores mobiliários, nos termos do art. 9º, inciso V e parágrafo 2º, da Lei nº 6.385/76. A criação do componente objetiva a redução do tempo de tramitação dos processos administrativos sancionadores na CVM, cujo prazo médio anteriormente era de 2,2 anos, e melhorar a qualidade das acusações formuladas para julgamento pelo Colegiado da Autarquia.

3 - Na linha de ação de Disseminação de informações e regulamentação do Mercado de Valores Mobiliários, foram organizados pela CVM dois seminários. O primeiro ocorreu em São Paulo. Intitulado “Os Mercados Financeiro e de Capitais no Mundo Islâmico: Oportunidades e Desafios”, o evento teve o apoio da BM&FBOVESPA e contou com 78 participantes. O segundo, no Rio de Janeiro, foi promovido em conjunto com a Escola da Advocacia-Geral da União. Sob o título “1º Encontro Sobre a Advocacia Pública Federal e o Mercado de Capitais”, contou com 180 participantes. Ainda, a CVM apoiou a realização de um seminário conjunto em parceria com a ABRASCA, como resultado do convênio firmado entre as instituições ao final de 2007. O evento ocorreu em São Paulo e versou sobre a responsabilidade da diretoria, tendo a participação de vários palestrantes da CVM. Além dos seminários, foi realizada palestra técnica intitulada “Ativos Intangíveis – Avaliação e Mensuração no contexto de Private Equity e Venture Capital”. A palestra contou com 45 participantes de 24 diferentes instituições.

A celebração de convênios de cooperação técnica e acadêmica em torno de temas relacionados ao mercado de valores mobiliários foi ampliada em 2008. Foram celebrados convênios com o Instituto Brasileiro de Direito Empresarial – IBRADEMP, o Instituto Brasileiro de Relações com Investidores – IBRI e o Instituto Internacional de Estudos de Direito do Estado – IIEDE. Ademais, foram assinados dois termos aditivos ao convênio de cooperação com a Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ.

Ainda na linha de disseminação de informação, é de se destacar o Portal do Investidor, lançado em Maio de 2007, com conteúdo voltado, principalmente, para a formação do pequeno investidor. Desde seu lançamento, o Portal tem registrado, em média, cerca de 65.000 acessos por mês, ultrapassando mais de 780.000 acessos em 2008. Já o “Fale Conosco” do Portal tem recebido, em média, cerca de 104 e-mails por mês e já contabiliza mais de 2.450 consultas desde o lançamento.

A atividade de regulamentação do mercado trouxe a edição de importantes normativos, dentre os quais se destacam a Instrução CVM nº 471, que trata do procedimento simplificado para o registro de valores mobiliários, e a Instrução CVM nº 472, que aprimorou o mecanismo dos fundos de investimento imobiliário, que devem assim ter incrementado seu uso como importante instrumento de capitalização do setor imobiliário.

Também merece destaque a colocação em audiência pública, ao final do mês de dezembro, da minuta de instrução que estabelece as regras de registro de emissores de valores mobiliários admitidos à negociação em mercados regulamentados. A minuta propõe avanços significativos nas informações prestadas pelos emissores de valores mobiliários registrados na CVM. Em relação à maioria dos temas, são propostos níveis de informação semelhantes aos hoje exigidos pela Instrução CVM nº 400/03, mas em um formato que privilegia o melhor entendimento do investidor. Assim, sempre que possível, as informações são pedidas em forma de tabela para permitir que o investidor compare a situação de um emissor exercício a exercício, bem como o compare com os demais emissores. As regras contidas na Minuta, que quando transformada em norma substituirá a Instrução CVM nº 202/93, serão aplicáveis a todos os emissores de valores mobiliários admitidos à negociação em mercados regulamentados no Brasil, inclusive os estrangeiros, com exceção apenas dos fundos de investimento, clubes de investimento e sociedades beneficiárias de recursos oriundos de incentivos fiscais, que permanecem sujeitos à regulamentação específica da CVM.

Ainda, na área de regulamentação foi onde se encontrou o maior desafio enfrentado pela CVM em 2008, a partir da edição, no final de 2007, da Lei nº 11.638, que alterou diversas disposições da lei das sociedades por ações (Lei nº 6.404/76) que tratam de matéria contábil e determinou que toda regulação contábil emitida pela CVM para as

companhias abertas seja convergente com as normas contábeis internacionais. Em decorrência, a CVM estabeleceu e divulgou ao mercado, no início de 2008, uma agenda de trabalho conjunta com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, contemplando a emissão de normas acerca da regulação de todas as alterações promovidas pela referida lei. Em linha com essa agenda, durante o exercício de 2008 foram emitidos 19 atos normativos (16 deliberações aprovando pronunciamentos do CPC e 3 instruções, todas regulando as alterações da Lei nº 11.638/07).

4 - O Programa de Orientação e Proteção ao Investidor – PRODIN, lançado em março de 1998, tem como objetivo aprofundar o processo de interação dos investidores com a CVM, com foco nos pequenos e médios investidores, de menor poder econômico e, dessa forma, mais vulneráveis aos riscos inerentes ao mercado.

Nesse contexto, a atuação da CVM tem um papel relevante na orientação e proteção do investidor, contribuindo para a aumentar o grau de confiabilidade no mercado, bem como o aspecto educacional relativo aos direitos e deveres dos investidores em relação a emissores de títulos, agentes e intermediários. Dessa forma, procura-se reduzir a vulnerabilidade dos investidores a golpes e ofertas irregulares, bem como para uma maior eficiência, pois o investidor mais consciente e informado terá condições de avaliar as alternativas mais favoráveis e de menor custo para aplicação de sua poupança.

Os resultados do PRODIN em 2008 mostram: distribuição, ao público, de 57.714 exemplares de nossos cadernos e cartilhas de orientação; realização de 32 eventos do Circuito Universitário, que consiste na realização de palestras gratuitas em universidades em todo o País, bem como em outros eventos educacionais, mostrando o papel da CVM como órgão regulador e fiscalizador, atingindo diretamente cerca de 4.580 estudantes; realização de evento conjunto em Porto Alegre com ANBID, APIMEC-Sul, BM&FBOVESPA e IBRI, no qual os investidores e o público em geral puderam dirigir livremente perguntas e sugestões aos representantes da CVM. O público que compareceu ao evento foi superior a 1.000 pessoas e era composto, predominantemente, por estudantes (57%). Cabe citar, também, a participação da CVM na Expomoney, feira dirigida ao público investidor, com palestras realizadas em São Paulo, Curitiba, Recife, Fortaleza, Florianópolis, Porto Alegre, Brasília, Belo Horizonte, Vitória e Rio de Janeiro.

Outras ações educacionais foram objeto da atuação do Comitê Consultivo de Educação. Criado em 2006 pelo Colegiado com a finalidade de propor e apoiar projetos visando a melhores padrões de educação financeira da população e tendo em seus objetivos o desenvolvimento do mercado de valores mobiliários e a proposição de projetos de atos normativos que concorram para facilitar a compreensão, pelo público em geral, dos direitos dos investidores, bem como para fortalecer sua proteção, o Comitê é composto, além da CVM, por representantes das seguintes instituições: ABRASCA, ANBID, ANDIMA, APIMEC Nacional, BM&F, BOVESPA, IBRI e INI. Entre as principais ações do Comitê, que tiveram continuidade em 2008, destacam-se duas edições do Programa TOP (TOP IV e TOP V), o lançamento de um novo curso de Direito Societário e Mercado de Capitais, para magistrados do Rio de Janeiro, a criação do sítio do Comitê Consultivo de Educação na rede mundial de computadores (www.comitedeeducacao.cvm.gov.br) e, ainda, a 3ª edição do Prêmio Imprensa, que visa reconhecer e distinguir as matérias e reportagens que melhor desempenhem a função de orientar os investidores, esclarecendo as características, oportunidades e riscos inerentes ao mercado de capitais, com conteúdo educacional.

Ainda no que se refere às atividades educacionais, um dos principais projetos desenvolvidos pela CVM em 2008 está relacionado à Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). Trata-se de projeto realizado por Grupo de Trabalho constituído pelo COREMEC, criado pelo Decreto nº5.685/06. Esse Comitê, que reúne Banco Central, SPC, SUSEP e CVM, determinou a instituição de um GT a fim de propor uma Estratégia Nacional de Educação Financeira, no prazo inicial de 6 meses a partir da constituição do grupo, em 29.11.07. A iniciativa, coordenada pela CVM, teve grande desenvolvimento ao longo de 2008, especialmente pela participação do MEC que reuniu instituições de ensino federais e outras organizações do setor para apoiar uma das iniciativas da ENEF, a Educação Financeira na Escola. Assim, no âmbito da ENEF, que também prevê ações para adultos, foram concentrados esforços para a inclusão de

conteúdos financeiros nas diferentes disciplinas obrigatórias, de forma transversal, e observando-se uma abordagem não comercial e sem viés ideológico, religioso ou de qualquer outra natureza. Nesse particular, foi montado um Grupo de Apoio Pedagógico, com a participação do governo, do setor privado e do setor educacional, o qual logrou desenvolver uma metodologia para a Educação Financeira na Escola, a qual foi apresentada em Seminário internacional organizado pelo BACEN, em Setembro de 2008. Também houve o lançamento de um site sobre a iniciativa (www.vidaedinheiro.gov.br), por meio do qual está sendo realizado um inventário nacional das ações de educação financeira em todo país, e a contratação de um Instituto de Pesquisa que promoveu um levantamento do grau de educação financeira da população brasileira, o qual será provavelmente divulgado em 2009. O GT fez ainda um levantamento da experiência internacional de Estratégias Nacionais de Educação Financeira. A propósito, a iniciativa brasileira atraiu a atenção de outros países, tendo a CVM sido convidada a participar, juntamente com as demais instituições do COREMEC, da Rede Internacional de Educação Financeira lançada, em 2008, pela OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. A CVM foi também indicada a integrar o Advisory Board da rede, o qual fixará os rumos dessa iniciativa internacional.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Acima do esperado

JUSTIFICATIVA: As metas físicas das ações que mais contribuíram para a obtenção dos resultados do programa (2203, 2204 e 2205) foram superadas, na média, em mais de 100%.

2. GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL

Objetivo Setorial Vinculado ao Programa: Assegurar a estabilidade da política econômica

GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL: Acima do esperado

JUSTIFICATIVA: A atividade de regulamentação do mercado trouxe a edição de importantes normativos, dentre os quais se destacam a Instrução CVM nº 471, que trata do procedimento simplificado para o registro de valores mobiliários, e a Instrução CVM nº 472, que aprimorou o mecanismo dos fundos de investimento imobiliário, que devem assim ter incrementado seu uso como importante instrumento de capitalização do setor imobiliário. Outro destaque foi a divulgação do Edital de Audiência Pública Nº 05/2008, convertido em janeiro de 2009 na Instrução nº 476, que dispõe sobre as ofertas públicas de valores mobiliários distribuídas com esforços restritos e a negociação desses valores mobiliários nos mercados regulamentados. Tal medida regulatória teve por escopo a redução dos custos das ofertas públicas de esforços restritos, facilitando o acesso dos emissores ao mercado de valores mobiliários.

Ainda, na área de regulamentação foi onde se encontrou o maior desafio enfrentado pela CVM em 2008, a partir da edição, no final de 2007, da Lei nº 11.638, que alterou diversas disposições da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976) que tratam de matéria contábil e determinou que toda regulação contábil emitida pela CVM para as companhias abertas seja convergente com as normas contábeis internacionais. Em decorrência, a CVM estabeleceu e divulgou ao mercado, no início de 2008, uma agenda de trabalho conjunta com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, contemplando a emissão de normas acerca da regulação de todas as alterações promovidas pela referida Lei. Em linha com essa agenda, foram emitidos, em 2008, 15 deliberações e 3 Instruções regulando as alterações da Lei nº 11.638/2007. Apesar de não decorrer do processo de convergência contábil propriamente dito, com a

Deliberação nº 550, depois substituída pela Instrução nº 475, a CVM agiu para exigir que as companhias fossem mais transparentes quanto às suas práticas com instrumentos financeiros derivativos, ao regular a apresentação de informações referentes a esses instrumentos em nota explicativa às informações trimestrais e demonstrações financeiras. A convergência da contabilidade nacional aos padrões contábeis internacionais ditados pelo International Accounting Standards Board - IASB mostra-se de fundamental importância num ambiente de internacionalização dos mercados, com fluxos de investimentos multinacionais buscando boas oportunidades, pois facilita a interpretação das demonstrações financeiras das companhias abertas brasileiras, atraindo investimentos estrangeiros e ampliando, por consequência, a participação das Companhias Abertas listadas em Bolsa e em Balcão organizado no Produto Interno Bruto - PIB.

A Instrução CVM nº 461, editada em outubro de 2007, introduziu mudanças muito relevantes nas regras para o funcionamento das entidades administradoras de mercados organizados de valores mobiliários, assim como no funcionamento da área de autorregulação que tais entidades devem manter. No período, além disso, as próprias entidades sofreram transformações importantes, tendo as duas bolsas existentes se fundido e se tornado companhias abertas, e a entidade administradora do mercado de balcão organizado sido desmutualizada e se tornado sociedade anônima. Durante o ano de 2008, a CVM conduziu e homologou o processo de adaptação de cada entidade à nova regulamentação.

Por fim, o Colegiado da CVM atuou ao longo do ano para reduzir ainda mais o número de Processos Administrativos Sancionadores à espera de julgamento. Foram julgados 42 processos sancionadores, que devem ser somados a 47 outros processos arquivados em função de celebração de Termos de Compromisso com a autarquia, totalizando 89 processos encerrados durante o exercício. Além do esforço destinado à redução do número de processos à espera de julgamento, foi criada, por meio do Decreto nº 6.382/2008, a Superintendência de Processos Sancionadores - SPS, destinada ao aperfeiçoamento das atividades de enforcement da CVM e redução do tempo de tramitação dos processos.

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Não aplicável

JUSTIFICATIVA: O público-alvo do programa 0778 é constituído pelos agentes econômicos que atuam ou que possam atuar no mercado de valores mobiliários. Portanto, além de as ações adotadas pela CVM possuírem abrangência nacional, acreditamos que não há, considerando o estado da arte atual, metodologia destinada à avaliação do desempenho do programa no que diz respeito à cobertura do público-alvo, principalmente em razão de estarem estabelecidos como público-alvo agentes econômicos que "possam atuar no mercado", fato que torna altamente complexa a mensuração em termos quantitativos.

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Não

DIFICULDADES PARA AVALIAR A SATISFAÇÃO DO BENEFICIÁRIO: Apesar da ação "Orientação e Defesa do Investidor" - PRODIN - constituir-se em um canal importante para se aferir, de forma aproximada, o grau de satisfação dos usuários, pois há um

grande número de consultas e o índice de atendimento é alto, no que concerne a pesquisas de opinião, infelizmente, por razões orçamentárias, não foi possível promover tal iniciativa nos anos recentes. Isto porque, como o programa sob responsabilidade da CVM é de âmbito nacional, em face dos contingenciamentos, busca-se, naturalmente, priorizar a aplicação de recursos na execução do programa no atingimento de metas definidas.

5. DESENHO DO PROGRAMA QUANTO AOS TEMAS TRANSVERSAIS (RAÇA, GÊNERO, PESSOA COM DEFICIÊNCIA E/OU CRIANÇA E JUVENTUDE)

OS TEMAS TRANSVERSAIS ESTÃO CONTEMPLADOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA? Não

6. MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sim

Ouvidoria: A CVM possui a Ouvidoria que tem como objetivo de receber reclamações e denúncias da sociedade em relação aos serviços prestados e à atuação da autarquia, com eventuais ajustes, primando pela excelência no atendimento.

Audiência Pública: Mediante a disponibilização de minutas de atos normativos (Instruções, Deliberações, Parecer de orientação e etc..) em audiência pública e divulgação na imprensa e no sítio da CVM na internet (<http://www.cvm.gov.br/port/audi/encerradas.asp>) o Programa disponibiliza os mecanismos de participação social. No ano de 2008 foram realizadas 20 audiências públicas, sendo que 5 (cinco) se encontram em análise, 4 (quatro) resultaram em Instruções, 1 (uma) em parecer de Orientação e 10 em Deliberações.

Consulta Pública: Analogamente à audiência pública de suas normas, a CVM também, em algumas ocasiões, inicia consultas públicas a respeito de assuntos de interesse do mercado de capitais, e sujeitos à sua competência, com a finalidade de colher subsídios dos agentes de mercado sobre suas atividades e regulamentação.

Reunião com grupos de interesse: A sociedade tem uma participação ativa no programa, decorrente, especialmente, das parcerias montadas com instituições que congregam interesses de várias entidades, como ANIMEC, ANCOR, ANBID, ANDIMA, IBRACON, ABRASCA, CNBV e outros.

A ação "Orientação e Defesa do Investidor" - PRODIN - constitui um mecanismo permanente para apresentação de sugestões e denúncias, bem como para pedido de orientações e esclarecimentos, fornecendo, assim, subsídios para atuação do órgão.

COMENTÁRIOS ADICIONAIS: Os mecanismos de participação social, que no caso da CVM, conforme acima exposto, são amplamente utilizados, conferem maior transparência e legitimidade às atividades desempenhada pela Autarquia.

CONTRIBUIÇÕES DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA OS RESULTADOS DO PROGRAMA: A participação social possibilitou, dentre outros resultados, o aprimoramento dos atos normativos publicados pela autarquia, a adoção de ações de fiscalização decorrentes de denúncias efetuadas pelo público em geral, com a instauração, em várias oportunidades, de processos administrativos sancionadores e consequente aplicação de penalidades.

Relatório Anual de Avaliação

Desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional

GERENTE DO PROGRAMA

Anthero de Moraes Meirelles

OBJETIVO

Assegurar a solidez e a eficiência do Sistema Financeiro Nacional

PÚBLICO-ALVO

Governo Federal, instituições financeiras e demais instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil, bem como usuários de informações sobre o sistema financeiro nacional

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$1.333.306.832,0	Empenhado Liquidado: R\$1.293.259.987,00
	Pago Estatais: -
	Total: R\$1.293.259.987,00
Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - 2004 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	29.674,00	29.232,00	0,99	76.218.454,00	65.306.079,00	0,86
Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados - 2010 (criança atendida/UNIDADE)	800,00	675,00	0,84	672.248,00	538.328,00	0,80
Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - 2012 (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	5.126,00	4.927,00	0,96	8.919.362,00	8.637.098,00	0,97
Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados - 2011 (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	332,00	122,00	0,37	498.682,00	284.684,00	0,57
Construção de Edifício para o Meio Circulante no Rio de Janeiro - RJ - 7686 (OBRA EXECUTADA/% de execução física)	18,00	1,03	0,06	1.250.000,00	308.289,00	0,25

Construção do Edifício Sede do Banco Central do Brasil em Porto Alegre-RS - 10GQ (OBRA EXECUTADA/% de execução física)	8,00	0,03	0,00	500.000,00	10.993,00	0,02
Construção do Edifício Sede do Banco Central do Brasil em Salvador - BA - 1186 (OBRA EXECUTADA/% de execução física)	12,00	0,02	0,00	600.000,00	5.720,00	0,01
Contribuição à Previdência Privada - 0110 (-/-)	0,00	0,00	-	25.447.257,00	6.309.435,00	0,25
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - 09HB (-/-)	0,00	0,00	-	174.359.829,00	174.359.829,00	1,00
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	957.406.836,00	954.919.384,00	1,00
Organização do Sistema Financeiro Nacional - 2091 (Decisão processual adotada/UNIDADE)	3.800,00	4.222,00	1,11	450.000,00	225.544,00	0,50
Regulamentação do Sistema Financeiro Nacional - 2099 (Norma publicada/UNIDADE)	90,00	281,00	3,12	400.000,00	135.095,00	0,34
Sistema de Informações Banco Central do Brasil - SISBACEN - 2089 (sistema mantido/UNIDADE)	1,00	0,00	0,00	80.734.164,00	77.609.704,00	0,96
Supervisão do Sistema Financeiro Nacional - 2832 (Supervisão realizada/UNIDADE)	2.600,00	2.592,00	1,00	5.850.000,00	4.609.805,00	0,79
Índice médio geral de realização			0,77			0,59

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Esse programa não possui ações RAP						

INDICADOR(ES)

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2008		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Nível de Enquadramento às Exigências de Capitalização por Parte das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - %	99,960	31/12/2006	99,920	11/2008	100,000	Alta

Fonte: Demonstrações financeiras recebidas pelo Banco Central.

Medidas corretivas necessárias:

CONTEXTUALIZAÇÃO

A solidez e a maior eficiência do sistema financeiro conferem segurança aos aplicadores em geral quanto à preservação dos valores poupados e favorece a expansão das operações de crédito e financiamento indispensáveis à expansão dos investimentos, condições impulsionadoras do crescimento e do desenvolvimento econômico do País. Não existindo um sistema financeiro sólido, não há como assegurar a estabilidade econômica.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2008

PRINCIPAIS RESULTADOS HIERARQUIZADOS:

1 - Ação Organização do SFN (2091)

Examinados e decididos 4223 processos relativos aos diversos assuntos que compõem a Ação de Organização do Sistema Financeiro, assim elencados (tipo de ocorrência e quantidade de processos):

Transferência de controle: 47;
Modificação na composição societária: 35;
Autorização para funcionamento: 133;
Cisão, fusão e incorporação: 46;
Cancelamento de autorização: 98;
Eleição: 1888;
Reforma estatutária e alteração contratual: 1174;
Instalação de agência no país: 61;
Instalação de dependência no exterior: 19;
Correspondente no país: 108;
Transformação de cooperativa: 50;
Outros: 564.
Total geral: 4223.

2 - Ação Regulamentação do SFN (2099)

Editadas 281 normas. O número de normas editadas deve-se principalmente: à edição da Lei nº 11.775, de 2008, que dispõe sobre medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário; aos ajustes que vêm sendo realizados nas normas contábeis aplicáveis às instituições financeiras em decorrência da alteração trazida pela lei nº 11.638, de 2007, que altera e revoga dispositivos da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras; e principalmente à crise financeira mundial, com maior ênfase no último semestre do ano.

Destaque, em 2008, para a priorização das regras prudenciais, buscando dar cumprimento às determinações da Diretoria Colegiada do Banco Central, divulgadas nos seguintes temas, objeto de comunicados do BCB:

I - Implementação de Basiléia II no Brasil;

II - Convergência das normas de contabilidade e auditoria aplicáveis às instituições financeiras com as normas internacionais promulgadas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pela International Federation of Accountants (IFAC);

III - Adequação das normas de contabilidade e auditoria em decorrência das novas diretrizes contábeis definidas por lei editada no final de 2007, que alterou e revogou diversos dispositivos contidos na Lei das Sociedades por Ações.

3 - Ação Supervisão do SFN (2832)

Realizadas 2.592 ações de supervisão.

Supervisão de bancos e de conglomerados bancários: 787 ações de fiscalização direta. Foco na supervisão sob a ótica de riscos incorridos, a verificação do cumprimento tempestivo das normas e o aperfeiçoamento do atendimento prestado pelas instituições a clientes e usuários de produtos e serviços bancários.

Supervisão de cooperativas e de instituições não-bancárias: 588 ações com o objetivo de analisar estratégias, políticas de gerenciamento de riscos, situação econômico-financeira e cumprimento da regulamentação vigente.

Gestão da informação e monitoramento do Sistema Financeiro Nacional: 201 ações de supervisão. A partir de setembro de 2008, foram intensificadas as atividades de monitoramento das instituições financeiras, de modo a permitir ações eficazes e tempestivas da supervisão, no combate aos efeitos da crise que afetou o sistema financeiro internacional.

Controle e análise de processos administrativos punitivos: 16 ações. No âmbito da referida área foram decididos 1.714 processos, que resultaram na aplicação de 1.751 penalidades e em 312 arquivamentos. Como resultado dos esforços empreendidos, o estoque de processos pendentes de julgamento foi reduzido de 1.732 em 31/12/2007 para 356 em 31 de dezembro de 2008.

Atendimento de denúncias e reclamações do cidadão e ao atendimento de demandas de outros órgãos do Estado: 99 ações de supervisão. Houve 86.892 atendimentos, sendo 76.178 denúncias e 10.714 reclamações contra instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central. Do total de 86.892 atendimentos, 25.086 foram registrados por telefone, 48.365 por internet, 7.572 pessoalmente e 5.869 por correspondência.

Processos de planejamento, de gestão administrativa e de projetos, de assessoria técnica ao diretor da área de Fiscalização, de liquidações extrajudiciais, de desestatização de bancos e de regulação e controle das aplicações em crédito rural e do Proagro: 257 ações de supervisão.

Atuação de servidores e membros da alta administração do BC em assuntos envolvendo a supervisão: 226 ações.

Combate a ilícitos financeiros: O Banco Central enviou aos órgãos competentes, em 2008, 117 relatos de indícios de crimes detectados durante os trabalhos de supervisão do sistema financeiro. O BCB também comunicou 23 irregularidades de natureza tributária à Secretaria da Receita Federal e 82 indícios de crimes contra o Sistema Financeiro Nacional ao Ministério Público. Doze relatos de operações suspeitas de lavagem de dinheiro ou de financiamento do terrorismo foram encaminhados ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), além das comunicações feitas diretamente pelas instituições àquele Conselho.

BacenJud :O Banco Central atendeu a mais de 3,67 milhões de pedidos provenientes do Poder Judiciário. Desse total, o sistema BacenJud registrou 3,61 milhões de pedidos, que representam aumento de 30,2% em relação a 2007. O número de ofícios em papel (59.907) representou uma redução de 21% em relação ao ano anterior.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Dentro do esperado

JUSTIFICATIVA: O Programa 0776 (Desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional) tem por objetivo assegurar a solidez e a eficiência do Sistema Financeiro Nacional. O indicador elegido para o Programa é o "Nível de Enquadramento às Exigências de Capitalização por parte das Instituições do Sistema Financeiro Nacional". A meta pretendida para 2008 foi 100%, o resultado obtido no mês de dezembro/2008 foi 99,83%. O não atingimento da meta se deve ao desenquadramento de algumas instituições financeiras de pequeno porte. A diferença de 0,17% não representa risco significativo para a solidez e a eficiência do Sistema Financeiro Nacional. Importante registrar que, em razão do prazo que as instituições financeiras têm para enviar as informações contábeis, o indicador é calculado com uma defasagem de dois meses em

relação ao SIGPLAN. Dessa forma, o índice de 99,92 capturado pelo sistema refere-se ao mês de novembro/2008 que, em termos de obtenção de resultados, também situa-se dentro da faixa elegida (B- Alcance de 80% a 100% do previsto para 2008).

2. GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL

Objetivo Setorial Vinculado ao Programa: Contribuir para o ajuste estrutural das contas externas

GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL: Acima do esperado

JUSTIFICATIVA: O grau de solidez do sistema financeiro nacional, que consiste no objetivo do Programa, possibilita um ambiente favorável para os agentes financeiros internacionais em termos de investimentos e fluxo de comércio. Ressalte-se que a política de acúmulo de reservas internacionais consolidou o ajuste às contas externas, reduzindo a vulnerabilidade do País, e possibilitando-o a atingir o grau de investimento, na avaliação das agências de classificação de risco.

Ainda sim, entende-se que o ideal seria alterar o objetivo setorial ao qual o Programa estaria vinculado. A proposta é que seja criado o objetivo setorial "Manter a solidez e eficiência do sistema financeiro nacional". A manutenção de um sistema financeiro nacional sólido e eficiente é demanda permanente e relevante do governo e da sociedade. Um sistema financeiro nacional sólido deve ser entendido como um sistema financeiro formado por instituições financeiras que apresentam nível de capitalização, liquidez e solvência que assegurem reduzido risco de crédito potencial, e que disponha de estruturas de proteção aos depositantes e de instrumentos de prevenção, controle e punição de operações ilícitas e irregulares de qualquer natureza. Nessas circunstâncias, o sistema financeiro estará resguardado da ocorrência de situações que possam acarretar fragilidades sistêmicas ou prejuízos a seus clientes e correntistas e à economia nacional de maneira geral. Um sistema financeiro nacional eficiente deve viabilizar a oferta de crédito e de serviços financeiros no volume demandado pela economia nacional e pelos diferentes setores e regiões do País, com qualidade e custos condizentes e competitivos, e de forma ágil e segura, propiciando assim condições favoráveis ao desenvolvimento harmônico da economia nacional. A solidez e a maior eficiência do sistema financeiro conferem segurança aos aplicadores em geral quanto à preservação dos valores poupados e favorecem a expansão das operações de crédito e financiamento indispensáveis à expansão dos investimentos, condições impulsionadoras do crescimento e do desenvolvimento econômico do País. Não existindo um sistema financeiro sólido, não há como assegurar a estabilidade econômica.

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Dentro do esperado

JUSTIFICATIVA: O principal objetivo do Programa é assegurar a solidez e a eficiência do Sistema Financeiro Nacional. Inicialmente o público-alvo direto do Programa, em 2007, eram as "Instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central". Entretanto, como o Programa visa também ao atendimento das demandas do governo, seu público alvo passou a ser o "Governo Federal, instituições financeiras e demais instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil, bem como usuários de informações sobre o sistema financeiro nacional". A cada ano, tem-se buscado uma definição mais clara e abrangente do Programa bem como ampliar suas

fronteiras de cobertura por meio das Ações de Organização, Regulamentação e Supervisão do sistema financeiro nacional e de seu relacionamento com outras instituições e com os diversos segmentos da sociedade. Assim sendo, entende-se que a cobertura do público alvo já identificado situa-se entre 80 e 100% (B- Alcance de 80% a 100% do previsto para 2008).

Adicionalmente, em virtude da demanda dos usuários de informações sobre o sistema financeiro nacional, merece registro o suporte oferecido pelo Sisbacen, cuja manutenção é de vital importância para o regular funcionamento do sistema financeiro. As soluções tecnológicas do Sisbacen procuram facilitar o acesso a informações de maneira a atender às necessidades das instituições sujeitas à Ação reguladora/fiscalizadora do Banco Central. Tais informações podem ser acessadas, também, por associações de classe e Bolsa de Valores, entidades vinculadas aos Poderes da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal; órgãos da administração direta dos governos federal, estadual, municipal e do Distrito Federal e dos demais Poderes da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal; pessoas físicas ou jurídicas que necessitam realizar consultas sobre normativos do Banco Central, taxas diversas, cotações de moedas, indicadores econômico-financeiros, resultados de leilões de câmbio, entre outras informações disponíveis.

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Não

DIFICULDADES PARA AVALIAR A SATISFAÇÃO DO BENEFICIÁRIO: Embora ainda não existam instrumentos formais para avaliação da efetividade do Programa, podemos considerar que o grau de satisfação do público-alvo é positivo. A execução adequada das atividades de organização, regulamentação, e de supervisão, principalmente no que se refere à simplificação de regras objetivando atender às demandas dos diversos segmentos, em especial à população de baixa renda e microempreendedores, à inclusão bancária e digital, aos consórcios, às cooperativas de crédito, ao atendimento ao público (ouvidoria), às audiências públicas e aos seminários de microfinanças gera impactos positivos junto ao público-alvo.

5. DESENHO DO PROGRAMA QUANTO AOS TEMAS TRANSVERSAIS (RAÇA, GÊNERO, PESSOA COM DEFICIÊNCIA E/OU CRIANÇA E JUVENTUDE)

OS TEMAS TRANSVERSAIS ESTÃO CONTEMPLADOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA? Sim

FORMA DE ABORDAGEM DOS TEMAS TRANSVERSAIS:

Pessoa com Deficiência: O Banco Central, juntamente com o Conselho Monetário Nacional, determina que as instituições financeiras deem tratamento adequado ao portador de necessidades especiais, por meio da Circular BCB 3369, que dispõe acerca da comprovação do cumprimento dos requisitos de acessibilidade previstos no Decreto nº 5.296, de 2004, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Criança e Juventude: O Banco Central apóia o desenvolvimento de jovens aprendizes, que desenvolvem atividades profissionalizantes. Dos 135 adolescentes participantes do Programa, 44 formaram-se como "Auxiliar de Serviços Administrativos". Por meio de convênios, 290 estudantes de nível superior e 25 de nível médio participam de estágios profissionais.

6. MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sim

Ouvidoria: O atendimento ao público consiste na prestação de informações sobre as atividades do BC, no funcionamento do Sistema Financeiro Nacional e seus agentes e na recepção de denúncias e reclamações contra instituições fiscalizadas pelo Banco Central. Em sequência ao processo de reformulação do atendimento ao público iniciado no ano de 2005, foram concluídas as providências para a centralização no Decic (Departamento de Prevenção a Ilícitos Financeiros e de Atendimento de Demandas de Informações do Sistema Financeiro do Banco Central) de todas as etapas do processo de atendimento de denúncias e reclamações contra instituições fiscalizadas pelo BC. O atendimento aos pedidos de informação permanece como atribuição da Secretaria de Relações Institucionais (Secre/Surel). Em 2008, o Banco Central prestou 233.734 pedidos de informação. Especificamente, a Ouvidoria do Banco Central, que tem por finalidade receber elogios, sugestões e reclamações com relação à atuação da Autarquia, participou de ações voltadas para a melhoria do relacionamento com o cidadão. Dentre elas, destacam-se: o aprimoramento do Sistema de Registro de Denúncias e Reclamações (RDR) e a instalação de totens da Ouvidoria nas representações regionais do Banco Central. Parte das ações destinou-se a divulgar e consolidar esses serviços junto à sociedade, particularmente aos órgãos de defesa do consumidor. Esse trabalho acarretou aumento das demandas encaminhadas à Ouvidoria, que passaram de 2.695 em 2007 para 3.892 em 2008. Do total de demandas recebidas em 2008, 10% foram elogios.

Audiência Pública: Audiência pública nº 30, realizada em 19/09/2008, relativa à minuta de resolução a ser submetida ao Conselho Monetário Nacional, dispendo sobre a implementação de estrutura de gerenciamento do risco de crédito por parte das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pela Autarquia.

Seminário Banco Central sobre Microfinanças: anualmente, o Departamento de Organização do Sistema Financeiro do Banco Central (Deorf) organiza o evento denominado Seminário Banco Central sobre Microfinanças. No mês de setembro de 2008, em Belo Horizonte, foi realizado o 7º Seminário de Microfinanças, com presença superior a mil participantes, que visou, dentre outros objetivos: a apresentar panorama da indústria microfinanceira no País, fazendo uma abordagem conceitual e técnico-operacional a seu respeito; a divulgar o resultado das ações já empreendidas nesse campo em nível nacional; a apresentar a viabilidade da atividade microfinanceira como opção de investimento a agentes provedores de capital; e a mostrar o potencial do segmento no auxílio à inclusão social e ao desenvolvimento do Brasil, ao permitir o acesso da população de baixa renda a serviços financeiros com formato apropriado à sua realidade e ao proporcionar opção de crédito de maneira facilitada a empreendedores populares.

CONTRIBUIÇÕES DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA OS RESULTADOS DO PROGRAMA: A participação social facilita o processo de feedback entre a sociedade e o Banco Central. Essa participação acontece por meio do atendimento ao público (prestação de informações e registro de denúncias e reclamações), da Ouvidoria, das audiências públicas e dos eventos de Microfinanças realizados pelo Banco Central, de modo que propiciam oportunidade para a apresentação de sugestões, denúncias e reclamações por parte dos cidadãos. Dessa forma, a sociedade contribui para a busca da eficácia e efetividade da Autarquia no desenvolvimento das Ações de Organização, Regulamentação e Supervisão do SFN, especialmente no que se refere à forma como se organiza o SFN, à edição de normas e à supervisão das instituições financeiras. Quanto maior a participação social, maior a contribuição recebida pelo Banco Central para o aperfeiçoamento das Ações do Programa.

Desenvolvimento dos Mercados de Seguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização

GERENTE DO PROGRAMA

Armando Vergilio dos Santos Júnior

OBJETIVO

Estimular a expansão e garantir o adequado funcionamento dos mercados de seguros, previdência complementar aberta e capitalização, protegendo os direitos dos consumidores e os interesses da sociedade em geral

PÚBLICO-ALVO

Consumidores e agentes dos mercados de seguros, previdência complementar aberta e capitalização

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$76.988.157,00	Empenhado Liquidado: R\$70.292.903,00 Pago Estatais: - Total: R\$70.292.903,00
Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Aquisição de Imóvel no Rio Grande do Sul para a Susep - 118L (Imóvel adquirido/UNIDADE)	1,00	0,00	0,00	350.000,00	350.000,00	1,00
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - 2004 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	1.488,00	1.159,92	0,78	749.952,00	700.302,00	0,93
Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados - 2010 (criança atendida/UNIDADE)	48,00	55,75	1,16	52.322,00	45.466,00	0,87
Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - 2012 (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	348,00	339,75	0,98	600.543,00	582.714,00	0,97
Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados - 2011 (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	136,00	111,08	0,82	173.854,00	137.110,00	0,79

Relatório Anual de Avaliação

Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - 4572 (SERVIDOR CAPACITADO/UNIDADE)	650,00	292,00	0,45	550.000,00	168.582,00	0,31
Concessão de Empréstimos para Liquidação de Sociedades Seguradoras, de Capitalização e Entidades de Previdência Complementar Aberta (Lei nº 10.190, de 2001 - Art. 3) - 0461 (Empréstimo efetuado/UNIDADE)	9,00	0,00	0,00	1.488.907,00	1.484.432,00	1,00
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - 09HB (-/-)	0,00	0,00	-	9.018.405,00	8.779.256,00	0,97
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	59.056.207,00	55.256.571,00	0,94
Publicidade de Utilidade Pública - 4641 (-/-)	0,00	0,00	-	150.000,00	1.220,00	0,01
Regulamentação dos Mercados de Seguros, Capitalização e Previdência Complementar Aberta - 2215 (Norma divulgada/UNIDADE)	1.341,00	1.623,00	1,21	564.000,00	432.891,00	0,77
Sistema Informatizado da Superintendência de Seguros Privados - 2216 (sistema mantido/UNIDADE)	9,00	9,00	1,00	2.983.967,00	1.870.113,00	0,63
Supervisão e Fiscalização dos Mercados de Seguros, Capitalização e Previdência Complementar Aberta - 2214 (Ação fiscal realizada/UNIDADE)	3.760,00	6.084,00	1,62	1.250.000,00	484.246,00	0,39
Índice médio geral de realização			0,80			0,74

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2007) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - 2004 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	-	-	-	109.956,00	24.822,00	0,23

(RAP 2007) Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados - 2010 (criança de 0 a 6 anos atendida/UNIDADE)	-	-	-	33.806,00	0,00	0,00
(RAP 2007) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - 2012 (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	-	-	-	31.905,00	0,00	0,00
(RAP 2007) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados - 2011 (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	-	-	-	26.169,00	0,00	0,00
(RAP 2007) Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - 4572 (SERVIDOR CAPACITADO/UNIDADE)	-	-	-	23.418,00	13.160,00	0,56
(RAP 2007) Fiscalização dos Mercados de Seguros, Capitalização e Previdência Complementar Aberta - 2214 (ENTIDADE FISCALIZADA/UNIDADE)	-	-	-	22.000,00	21.428,00	0,97
(RAP 2007) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	5.634.653,00	5.190.602,00	0,92
(RAP 2007) Sistema Informatizado da Superintendência de Seguros Privados - 2216 (sistema mantido/UNIDADE)	-	-	-	93.000,00	56.707,00	0,61
Índice médio geral de realização	-	-	-			0,41

INDICADOR(ES)

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2008		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Empresas dos Mercados de Seguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização Alinhadas Com as Regras de Capital Baseado em Risco de Subscrição - PERCENTAGEM	1,850	31/03/2003	86,200	12/2008	0,000	Alta
Fonte: SUSEP						

Medidas corretivas necessárias: Este indicador passou a ser utilizado como parâmetro para avaliação do programa a partir de janeiro/2008, e sua estimativa inicial de 13% de adequação foi baseada na Resolução CNSP N° 158 de 26/12/2006. Além disso, consideramos a adequação em todos os segmentos supervisionados pela SUSEP: seguros, previdência e capitalização.

Ocorre que em dezembro de 2007, através da Circular SUSEP N° 355, foi realizada a reavaliação dos parâmetros de adequação. Nessa oportunidade, foi realizada nova medição, incluindo somente as operadoras de seguros, onde obteve-se o índice de 69%. Assim, para efeito de cálculo do indicador estamos considerando todas as empresas previstas na Resolução CNSP N° 178/2007.

Nesse contexto, o percentual de empresas adequadas subiu de forma marcante, pois saltou de 69% em 12/2007 para 86,2% em 12/2008. A principal causa deste salto provavelmente se deve à solicitação dos planos de Recuperação e Corretivos às sociedades seguradoras com capital inadequado, conforme previsão nas Resoluções CNSP N°s 156 e 157/2006. Tal ação regulatória forçou as companhias a desenhar planos para fins de adequação da insuficiência com prazos e metas definidos.

Tendo em vista a crise financeira deflagrada no último trimestre de 2008, o índice poderia ter sido ainda melhor em 12/2008. Uma das conseqüências da crise foi a queda do mercado acionário. As empresas com parte da carteira investida nesta classe de ativos provavelmente foram atingidas, diminuindo sua capacidade financeira, influenciando, por fim, o índice. Tendo em vista a característica conjuntural inerente a crises, espera-se que esta situação não perdure nos próximos anos.

Taxa de Participação das Reservas dos Mercados de Seguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização no Produto Interno Bruto(PIB) - PERCENTAGEM	0,420	31/03/2003	6,340	12/2008	0,000	Média
--	-------	------------	-------	---------	-------	-------

Fonte: SUSEP

Medidas corretivas necessárias: A taxa referente às reservas dos mercados supervisionados manteve-se em conformidade com o previsto pela SUSEP para 2008. Foi detectado apenas o acréscimo de 0,56%, em relação à projeção inicial.

Taxa de Participação da População Nacional nas Receitas dos Mercados de Seguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização - R\$ per capita	0,550	31/03/2003	446,370	12/2008	0,000	Média
---	-------	------------	---------	---------	-------	-------

Fonte: SUSEP

Medidas corretivas necessárias: Em 2008, o total das receitas dos mercados de seguros, previdência complementar e capitalização superou a estimativa inicial em aproximadamente 7%. Tal acréscimo tem como origem, principalmente, as diferenças de projeções de receitas oriundas do DPVAT e VGBL.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Reduzir os obstáculos à expansão adequada dos mercados de seguros, previdência complementar aberta e capitalização.

a) Diagnóstico da situação: desequilíbrio nas relações entre os agentes e os consumidores dos mercados de seguros, previdência complementar aberta e capitalização; carência de informação adequada nos canais de comercialização; necessidade de maior transparência; necessidade de monitorar os efeitos da concentração de mercado; estagnação dos mercados na criação de novos produtos; necessidade de contínua atualização e consolidação de normas; necessidade de normas para supervisão das operações de resseguro; e concentração de renda no país.

b) Conseqüências da não implementação do programa: acesso restrito ao consumo devido à falta de novos produtos pela estagnação dos mercados; maiores riscos de insolvência; abuso econômico decorrente da concentração do mercado; retração da demanda, devido a desconhecimento e desconfiança nos mercados de seguros, previdência complementar aberta e capitalização; impacto negativo na formação de poupança nacional com reflexos no resultado econômico do país.

c) Condicionantes favoráveis e desfavoráveis à implementação do programa:

Favoráveis: interesses convergentes do público alvo do programa, representado pela demanda por produtos adequados às necessidades dos consumidores e pela expectativa de expansão dos mercados e realização de lucros dos seus agentes; incentivo governamental à formação de poupança; conjuntura política em função da reforma previdenciária; estabilidade econômica e perspectiva de crescimento econômico, com o PAC e outras políticas governamentais; perspectiva de redução da taxa de juros de longo prazo; abertura do mercado ao resseguro; avanço no alinhamento com as práticas internacionais de supervisão; e processo de implantação do planejamento estratégico na SUSEP.

Desfavoráveis: falta de conscientização do público consumidor quanto a seus direitos e obrigações, e desconhecimento do papel da SUSEP; troca de informações deficientes com órgãos governamentais cujas atividades estejam vinculadas aos mercados fiscalizados; descompasso da estrutura da SUSEP em relação a outros supervisores internacionais de seguros com os quais a SUSEP busca alinhamento; instalações inadequadas do órgão fiscalizador em relação à estrutura necessária às suas atribuições, que vêm crescendo; carência de investimento em informática e telecomunicações; carência de estrutura organizacional e de funcionários; e falta de proteção legal para os servidores.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2008

PRINCIPAIS RESULTADOS HIERARQUIZADOS:

1 - Supervisão Baseada em Riscos

O modelo de supervisão baseado em riscos e controles internos foi adotado a partir da edição da Circular SUSEP Nº 249, de 20 de fevereiro de 2004. A metodologia vem se mostrando eficaz, estimulando as próprias empresas a identificar seus riscos e pontos críticos de controle. Dessa forma, o próprio mercado busca soluções de melhoria em seus processos e controles internos para mitigar, prudencialmente, os riscos mapeados. No novo modelo de supervisão, a SUSEP deixou de atuar apenas no apontamento de descumprimento de regras e conseqüente aplicação de penalidades, passando também a buscar, proativamente, o compromisso das empresas no sentido de correção dos problemas e deficiências identificadas. Trata-se, portanto, de uma valorização das melhores práticas da governança corporativa do mercado segurador brasileiro.

Em paralelo à supervisão baseada em riscos e controles, destacam-se as novas regras de solvência, que passaram a vigorar a partir de janeiro de 2008, pelas quais a exigência de capital deverá retratar mais adequadamente os impactos financeiros dos riscos assumidos pelas empresas. O novo modelo proposto pela SUSEP foi colocado em vigor pelas Resoluções CNSP N.ºs 155 a 158/2006 e 178/2007, e segue os padrões que estão sendo implementados na Europa e Estados Unidos, ou seja, prevê uma regulação amparada em princípios de gerenciamento de risco. O projeto relativo ao capital baseado nos riscos de subscrição foi orientado pelo arcabouço proposto pela International Actuaries Association – IAA para as bases quantitativas de capital das seguradoras.

A SUSEP, por meio de seu Departamento Técnico Atuarial – DETEC, implementou rotina denominada Acompanhamento da Solvência do Mercado Segurador que, atualizada mensalmente, permite acompanhar a evolução da situação de solvência das companhias seguradoras. Assim, a cada mês é possível verificar os percentuais de companhias em situação de conformidade, seja com base percentual em relação ao quantitativo de seguradoras, seja em relação ao montante de PLA, ou em relação ao montante de prêmio. Como os gráficos gerados permitem a visualização da série histórica desde 2005, tem-se a evolução do comportamento do mercado de forma geral.

Esse trabalho é evolução de um projeto anterior denominado Avaliação do Impacto das Normas de Capital, que acompanhava a evolução mensal da situação de solvência do mercado desde 2005, já sob a perspectiva das normas que entrariam em vigor em 2008, provendo informações sobre a movimentação do mercado para se adequar às novas exigências de capital que estavam por vir. Agora, atualizado com os dados de 2008, permite verificar a distribuição real de empresas em relação a diferentes situações de solvência previstas, ensejando diferentes níveis de ação por parte da SUSEP.

Além da evolução geral do mercado segurador, esse trabalho ainda realiza o acompanhamento individualizado por companhia, permitindo uma avaliação mais detalhada da movimentação das empresas entre as situações de solvência. O acompanhamento individualizado ainda tem a importante função de permitir a conferência, a partir de janeiro de 2008, dos valores relativos à exigência de capital calculados pelo sistema FIPSUSEP quando as empresas realizam o procedimento de validação do preenchimento do FIP para envio à SUSEP, dando suporte à identificação dos motivos para o desvio no cálculo de tais valores.

Outro importante passo dado foi a finalização do modelo de Análise de Risco de Subscrição Agregado de Companhias Seguradoras. Nesse trabalho, os analistas do DETEC utilizaram as mais modernas técnicas estatísticas e atuariais, como uso de cópulas para agregação de riscos, além de reamostragem para captura da incerteza na estimação dos parâmetros, modelos ARIMA com tendência e sazonalidade, GLM, com funções de verossimilhança Gamma, Log-Normal e Poisson.

O modelo permite a análise diagnóstica dos ajustes estatísticos efetuados, além de gerar gráficos com projeções das principais variáveis com intervalos de confiança, além do cálculo de medidas de risco (VaR e TVaR). O modelo é alimentado com dados dos quadros estatísticos, quadros do FIP, taxas de juros e inflação de mercado e dados

macro econômicos.

Com o uso desse modelo, relatórios de companhias seguradoras poderão ser gerados de forma individual. Aliás, na análise de Planos de Recuperação, o modelo desenvolvido está sendo empregado para análise de carteiras e do perfil do risco de subscrição.

A partir da metade do ano, o Departamento passou a se dedicar ao desenvolvimento de modelos de avaliação do risco de subscrição em operações de seguros de vida individual e previdência. Como resultado colateral dessa atuação, foi possível aperfeiçoar o quadro estatístico utilizado para construção de triângulos de run-off de pagamentos.

Dentro do novo modelo de supervisão baseada em riscos, o DETEC trabalhou também na elaboração de normativo pioneiro que estabelece regras para estruturação e envio da nota técnica atuarial da carteira para ramos específicos. Esse trabalho começou pelo ramo de automóveis e teve sua conclusão com a publicação da Circular SUSEP N° 368/2008.

No que se refere às ações de fiscalização externa, foram disciplinadas a fiscalização e a supervisão contínua, no âmbito do Departamento de Fiscalização – DEFIS, com a padronização de procedimentos a serem observados pelos inspetores e coordenadores das gerências de fiscalização. Também foram divulgados os procedimentos para elaboração, apresentação, aprovação e controle dos manuais do DEFIS.

Assim, em todos os trabalhos de fiscalização inicialmente programados para o exercício de 2008, foram utilizados questionários padronizados sobre governança corporativa e controles internos, subscrição e prevenção à lavagem de dinheiro, cuja elaboração considerou os conceitos do modelo de supervisão baseada em riscos, sem prejuízo da avaliação de solvência. Deve-se ressaltar que todos os inspetores do DEFIS foram treinados previamente à utilização dos questionários.

Por outro lado, deve ser ressaltado que para viabilizar a continuidade da implementação do novo modelo de supervisão, sem que fiquem prejudicadas as demais atividades dos departamentos técnicos da autarquia, será fundamental a realização de concurso público, de modo a prover a SUSEP de estrutura suficiente para a execução de todas essas atividades, salientando que a deficiência existente é ainda agravada pelo advento da abertura do mercado de resseguros, o que implica na necessidade de novos procedimentos de supervisão em um mercado que está em franca evolução.

Por essa razão, se faz também necessária a reestruturação das áreas por meio da criação de novas unidades, de modo a distribuir melhor as atividades de competência do órgão, o que somente será possível com a criação de novos cargos comissionados para a Autarquia.

2 - Resseguro

No que se refere à abertura do mercado de resseguros, a Lei Complementar N.º 126, sancionada em 15 de janeiro de 2007, introduziu um novo marco regulatório para o setor, transferindo as funções de regulamentação e fiscalização do mercado de resseguros do IRB-Brasil Re para a SUSEP. Essa lei instituiu três tipos de resseguradores - locais, admitidos e eventuais - além da oferta preferencial de resseguro para os resseguradores locais. Os principais benefícios esperados com o processo de abertura do mercado ressegurador são a redução de custo para o consumidor final, maior capacidade de subscrição, disponibilidade de produtos mais abrangentes e incremento da competição entre as seguradoras.

Em que pese o cenário de crise internacional, a procura pelo resseguro deverá ser incrementada pela necessidade de garantia dos grandes projetos de investimento contidos no Plano de Aceleração do Crescimento – PAC. Nesse sentido, estima-se um crescimento da demanda por novas coberturas ou segmentos, tais como seguro-garantia, de crédito, de crédito à exportação, de responsabilidade civil ambiental e o seguro rural.

Em janeiro de 2008, a SUSEP editou a Circular SUSEP N.º 359/2008, estabelecendo os procedimentos para o cadastramento de resseguradores admitidos no País e para obtenção de autorização prévia da SUSEP para instalação de escritório de representação. Esse normativo deu início efetivo ao processo de homologação dos pedidos de autorização para funcionamento como ressegurador local e de cadastramento como resseguradores admitidos ou eventuais.

Até o final do ano de 2008, 48 resseguradores foram cadastrados ou autorizados a funcionar no país, dos quais 5 resseguradores locais, 18 resseguradores admitidos, 25 resseguradores eventuais, além de 31 corretoras de resseguro. Adicionalmente há ainda 12 solicitações que estão em análise e outras 4 solicitações que foram indeferidas.

Nesse mesmo período, foram ministradas palestras apresentando o marco regulatório do mercado brasileiro de resseguros a empresas estrangeiras, em alguns dos principais centros resseguradores internacionais: Londres, Miami, Paris, Seul e Tóquio.

No que se refere ao arcabouço normativo infralegal, ao longo de 2008 foram propostas normas complementando a regulamentação da matéria, em especial no que se refere a aspectos operacionais do processo de abertura do mercado de resseguros. Destacam-se as Resoluções CNSP N.ºs 197 e 194, que regulamentaram a contratação de seguro em moeda estrangeira, a contratação do seguro no exterior e o cadastramento de ressegurador eventual especializado em riscos nucleares.

Por outro lado, encontra-se concluída a elaboração do projeto de lei instituindo a taxa de fiscalização para o mercado de resseguros, já encaminhado para análise do Ministério da Fazenda.

Por fim, é importante registrar a participação da SUSEP nas discussões com o Ministério da Fazenda, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, mercado segurador e ressegurador, acerca da criação de um fundo para garantir a cobertura de eventos catastróficos de riscos rurais, em substituição ao atual Fundo de Estabilidade do Seguro Rural - FESR. Terminados os trabalhos, elaborou-se projeto que foi encaminhado pelo Poder Executivo à Câmara dos Deputados (PLP-374/2008) e encontra-se em análise pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

3 - Microseguros

Atendendo às diretrizes governamentais para incentivar a criação de produtos e serviços financeiros adaptados à realidade da população de baixa renda e dos micro-empresendedores formais e informais, a SUSEP, desde o final de 2003 tem implementado ações para incentivar a comercialização de seguros simplificados e de baixo custo voltados para estes segmentos.

Deve ser ressaltado que a preocupação com a situação das populações menos favorecidas é uma tendência mundial, não apenas pelas questões humanitárias envolvidas, mas pelas conseqüências sociais, econômicas, políticas e, até mesmo, ecológicas geradas pela desigualdade e pela miséria, sendo o tema recorrente nos mais importantes fóruns de discussão internacionais, mobilizando especialistas de todas as áreas na busca de soluções que promovam a diminuição da pobreza e a inclusão social e financeira.

De acordo com recentes pesquisas realizadas por conceituadas instituições internacionais, enquanto nos países desenvolvidos a maior parte da população está coberta por algum tipo de seguro, nos 100 países mais pobres do mundo pouco menos de 3% da população possui algum tipo de cobertura. No entanto, são as famílias pobres que estão especialmente vulneráveis aos riscos, tanto aqueles causados pela natureza, tanto quanto os causados por ocorrências do cotidiano.

No Brasil não é diferente, pois as classes menos favorecidas estão mais expostas a estes riscos em função da natureza de suas atividades e do ambiente em que vivem. Estas ocorrências, além dos impactos sociais e econômicos causados aos mais carentes, geram a cada período uma série de gastos extraordinários para o Governo, cujos recursos poderiam ser mais bem empregados caso houvesse algum tipo de mecanismo que oferecesse uma proteção adequada para os segmentos mais pobres da população.

Nesse contexto, o Microseguro – o seguro voltado para as necessidades da população de baixa renda – surge como alternativa para beneficiar o crescimento econômico e o desenvolvimento humano, desempenhando papel fundamental, já que se encontra na fronteira entre os serviços financeiros e a proteção social, constituindo-se em importante e poderosa ferramenta de inclusão social.

A SUSEP, em consonância com esta tendência mundial e em atendimento às diretrizes governamentais, vem implementando ações para incentivar a comercialização de seguros voltados para a realidade da população de baixa renda e dos micro-empresendedores formais e informais e, em 2008, o estímulo aos microseguros tornou-se uma de suas prioridades. Por esta razão, em 15/04/2008, o CNSP criou a Comissão Consultiva de Microseguros (Ato CNSP N° 10/2008), presidida pelo Superintendente da SUSEP e composta por representantes dos setores público (Ministério da Fazenda, SUSEP, Banco Central e Ministério da Previdência Social) e privado (Federação Nacional de Empresas de Seguros Privados e Capitalização – FENASEG, Federação Nacional dos Corretores de Seguros Privados e de Resseguros, de Capitalização, de Previdência Privada, e das Empresas Corretoras de Seguros e de Resseguros – FENACOR e Escola Nacional de Seguros – FUNENSEG), com o objetivo de promover estudos sobre microseguros e assessorar ao CNSP no que se refere aos seus aspectos técnicos e operacionais.

Por sua composição, a criação da Comissão é um passo fundamental para a formação de uma estrutura regulatória adequada para o desenvolvimento do microseguro no país. A participação de outros Órgãos Governamentais, além da SUSEP, possibilita o aumento da consciência das autoridades responsáveis pela definição das políticas do setor - recomendação básica para a obtenção do alinhamento de práticas de regulação e supervisão voltadas para as características particulares dos microseguros, além de facilitar o diálogo, especialmente sobre as questões fiscais e sociais. Por outro lado, a iniciativa privada contribui com sua experiência e conhecimento mercadológico, ajudando a estabelecer critérios mais consistentes para a elaboração de pesquisas específicas sobre o potencial mercado consumidor, suas características e demandas.

Com a finalidade de apresentar estudos técnicos, assessorar e secretariar à Comissão

Consultiva de Microseguros, em 12 de junho de 2008, a SUSEP instituiu (Portaria SUSEP Nº 2.960) o Grupo de Trabalho de Microseguros (GT SUSEP), constituído por técnicos dos diversos setores da Autarquia. Cumprindo um cronograma de trabalho pré-estabelecido, o GT SUSEP elaborou em 2008 dois relatórios versando sobre os seguintes temas: “Definição do conceito de “microseguro”, “Identificação do público-alvo específico” e “Identificação de Barreiras Regulatórias para o microseguro no Brasil”, cujos conteúdos serviram de base para importantes tomadas de decisão da Comissão Consultiva do CNSP. De forma a dar transparência e divulgar as decisões e ações da Comissão Consultiva, assim como de suas próprias atividades, o GT SUSEP criou uma seção sobre “microseguro” na página WEB da Autarquia.

No cenário internacional, a SUSEP continua sua ativa participação em fóruns de discussão sobre o assunto, presidindo o “IAIS-CGAP Joint Working Group on Microinsurance (JWG-MI)”, o mais conceituado Grupo de Trabalho internacional sobre o tema, formado por membros da IAIS e do CGAP (Consultative Group to Assist the Poor) . Entre as contribuições mais relevantes da SUSEP, destacam-se o apoio para a realização de eventos de capacitação para supervisores e a tradução para o português, em parceria com a FUNENSEG, do documento “Issues in Regulation and Supervision of Microinsurance” (ou “Questões de Regulação e Supervisão de Microseguros”) e que hoje é utilizado por todos os supervisores de seguros de expressão lusófona.

A SUSEP preside também o recém-criado Grupo de Trabalho de Microseguros da ASSAL (Associação de Supervisores de Seguros da América Latina), sendo responsável pela elaboração de seu programa de trabalho e pela coordenação das atividades, iniciada com pesquisa sobre as atividades de microseguros existentes nos países da América Latina.

Foram muitos os eventos, nacionais e internacionais, nos quais os representantes da Autarquia participaram como palestrantes em 2008. Entre estes, destacam-se: i) o discurso de abertura da Conferência sobre Integração do Microseguro ao Sistema Financeiro (Basiléia, Suíça), organizado pelo Financial Stability Institute/Bank for International Settlement com apoio da IAIS e CGAP; ii) palestra na IV Conferência Internacional de Microseguros, organizado pelo CGAP e a Munich Re Foundation (Cartagena, Colômbia); iii) palestra na Reunião Anual da ASEL - Associação de Supervisores de Expressão Lusófona (Macau); iv) palestra no Seminário de Capacitação da ASSAL (San Salvador, El Salvador); v) palestra no Seminário “Microseguros no Brasil” (São Paulo), organizado pela FGV/SP; e vi) pronunciamento do Superintendente da SUSEP durante a Assembléia Anual da ASSAL (Madrid, Espanha) e que resultou na criação de grupo de trabalho específico daquela associação.

As ações da SUSEP e a divulgação do trabalho vêm a cada dia mais despertando o interesse de agências de desenvolvimento e instituições conceituadas, nacionais e internacionais, interessadas em estabelecer parcerias com a Autarquia e fornecer recursos para pesquisas que auxiliem no desenvolvimento do mercado de microseguros no país. Entre estas, destacam-se: o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Banco Mundial, o CGAP, a Fundação Getúlio Vargas/SP e a FIPECAF/USP.

Destas parcerias e como resultado direto da atuação da Comissão Consultiva do CNSP, destaca-se, em novembro último, a aprovação pela Diretoria da Escola Nacional de Seguros da criação de um fundo específico no valor de R\$1.500.000,00 (hum milhão e meio de reais) para apoio ao desenvolvimento e estudo sobre o potencial dos microseguros no país.

4 - Ações de Proteção ao Consumidor

- Blindagem dos Recursos Investidos em Planos do tipo VGBL e PGBL

No que se refere às ações de proteção ao consumidor, a SUSEP vem adotando diversas iniciativas. A primeira que destacamos é a conclusão das atividades do Grupo de Trabalho conjunto SUSEP/CVM que propôs regulamentação da Lei Nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, que permite que cotas representativas de fundos de acumulação previdenciária passem a pertencer aos próprios consumidores, e não mais às entidades de previdência e sociedades seguradoras. Para o ano de 2009, a perspectiva é de que sejam publicadas todas as regras necessárias a essa operação.

Os planos de acumulação previdenciária caracterizam-se como contratos de longa duração. Assim, a confiança dos consumidores nesses produtos está diretamente relacionada à certeza de solvência da empresa contratada ao longo do curso do contrato.

No entanto, as provisões constituídas atualmente pelas entidades de previdência não possuem qualquer tipo de blindagem para os respectivos ativos em caso de problemas de solvência da operadora. Diante desse contexto, os participantes dos planos de acumulação previdenciária não possuem quaisquer privilégios em relação aos respectivos créditos, fato agravado pela prioridade de alguns credores (particularmente, os trabalhistas e fiscais). Assim, na eventualidade de falência ou liquidação extrajudicial da entidade, os recursos acumulados acabam ficando vinculados à massa falida, e os participantes sujeitos ao concurso de outros credores e em uma situação de baixa prioridade.

Nesse sentido, a poupança previdenciária acumulada durante toda a vida poderia ficar inacessível e dependente da situação financeira particular da massa falida, com reflexos extremamente negativos para o mercado de previdência complementar como um todo. Ademais, o atual desenho, na forma descrita, apresenta reflexo negativo no que se refere à concorrência do mercado. A escolha da entidade em que será feita a poupança previdenciária implica na necessidade de avaliação não só da sua eficiência, mas também de sua solidez e capacidade econômica, sendo que tais aspectos são muitas vezes associados equivocadamente pelos consumidores com o porte da empresa ou do respectivo conglomerado financeiro. Em consequência, o mercado consumidor acaba favorecendo entidades pertencentes à grandes conglomerados financeiros, o que contribui para uma maior concentração do mercado de previdência e diminui a concorrência.

Com o objetivo de proporcionar maior segurança aos participantes dos planos de acumulação previdenciária, foi editada, em 2005, a Medida Provisória N.º 252, que posteriormente perdeu a validade e cujo conteúdo foi integrado à Medida Provisória N.º 255, também de 2005, a qual, por sua vez, foi convertida na Lei N.º 11.196/2005, que possibilita a comercialização de planos “blindados” pelas Entidades Abertas de Previdência Complementar (EAPC's). Nesses novos planos, a titularidade das cotas dos fundos de investimento pertence aos segurados e participantes e, no caso de recursos não liberados em razão das cláusulas de vesting, às pessoas jurídicas instituidoras.

A SUSEP, buscando dar efetividade à legislação, constituiu grupo de trabalho multidepartamental com o objetivo de elaborar proposta de regulamentação complementar para a implementação da Lei Nº 11.196/2005. Os trabalhos encontram-se em fase adiantada e envolvem uma inovação: os critérios complementares para a regulamentação destes fundos serão dispostos conjuntamente pela CVM e pela SUSEP, no âmbito de suas respectivas atribuições. Nesse sentido, foi reforçado o convênio técnico já existente com a CVM, para que os setores técnicos das duas Autarquias realizem o trabalho de regulamentação.

Desta forma, foram elaborados os seguintes normativos, faltando, tão-somente, aprimoramento dos mesmos que se dará, ao longo do exercício de 2009, através de palestras proferidas pela SUSEP e audiência pública:

• Minuta de Circular SUSEP que tratará de registro, custódia e movimentação de títulos e valores mobiliários garantidores das provisões;

Proposta de Minuta de Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) que conterà as normas disciplinadoras da aplicação de títulos e valores mobiliários garantidores das provisões;

Minuta de Circular SUSEP que disporá sobre o respectivo Formulário de Informações Periódicas (FIP); e

Minuta de Circular SUSEP que tratará dos procedimentos para a constituição de fundos de investimentos vinculados a planos de previdência complementar.

Vale salientar que o resultado positivo obtido deve ser creditado ao espírito de cooperação e entendimento presente em todos os órgãos governamentais envolvidos no processo de criação da norma, nomeadamente: a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, a Superintendência de Seguros Privados e a Secretaria da Receita Federal.

- Fundos de Proteção ao Consumidor – FPC

Outra ação importante foi o encaminhamento pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Fazenda do Projeto de Lei Nº 3498/2008 com a proposta de autorizar a constituição de um Fundo de Proteção ao Consumidor - FPC, no âmbito do SNSPC, com o objetivo de introduzir medidas para o fortalecimento do Sistema Nacional de Seguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização, em especial por meio de garantias adicionais que salvaguardem os consumidores quanto a problemas de insolvência das sociedades seguradoras, entidades de previdência complementar aberta e de capitalização, reduzindo ou eliminando dessa forma, o impacto financeiro para o consumidor, em caso de liquidação e falência dessas empresas.

- Código de Ética do Corretor

Considerando o papel do corretor como intermediário entre seguradora e consumidor de seguros, foi reconhecido pelo CNSP, como válido e aplicável, o Código de Ética dos Corretores de Seguros, Resseguros, Capitalização e Previdência Complementar. A adesão voluntária do corretor de seguros a esse código conferirá ao profissional uma espécie de selo de qualidade, transmitindo, assim, maior confiança e credibilidade ao consumidor na relação de consumo.

- Participação na elaboração da Estratégia Nacional de Educação Financeira, no âmbito do Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização - COREMEC

Dando continuidade à elaboração de uma Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), o Grupo de Trabalho criado pelo COREMEC intensificou suas atividades, devendo ser destacadas as seguintes ações desempenhadas no ano de 2008:

- Redação dos capítulos de planejamento financeiro, economia, serviços financeiros, crédito, previdência, seguros, capitalização e proteção ao consumidor. Esses capítulos comporão o documento principal da ENEF a ser entregue ao COREMEC em maio de 2009.

- Acompanhamento de pesquisa nacional para medir o grau de educação financeira da população e lançamento de um inventário de ações que visou identificar as ações já implementadas no país no campo da educação financeira.

- Formulação, juntamente com o Grupo de Apoio Pedagógico – GAP, de orientações metodológicas que deverão ser observadas na implantação da educação financeira nas escolas. Para constituir o GAP o GT/COREMEC promoveu discussões com o MEC e demais instituições que compõem os sistemas de ensino no país, como a UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, o CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação e instituições federais de ensino.

- Discussões e estudos relacionados à escolha do melhor modelo de governança para a ENEF, a ser proposto em capítulo específico no documento principal da estratégia.

A educação financeira tem importante papel para o consumidor, contribuindo para o aumento de seu nível de compreensão, não somente a respeito dos produtos

financeiros, mas também a respeito de seus direitos e obrigações. Além disso, constitui elemento de boa prática regulatória, reduzindo a assimetria de informações entre as entidades e o consumidor.

- Ouvidoria

Em 2008 a SUSEP continuou trabalhando na melhoria dos parâmetros de atendimento ao cliente. O mercado fiscalizado, praticamente em sua totalidade, constituiu ouvidorias devidamente fiscalizadas, cuja atuação vem possibilitando significativa agilização da solução das demandas que chegam à SUSEP.

- Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo

Com relação à prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, a SUSEP, durante o ano de 2008, intensificou os trabalhos de normatização e fiscalização, incluindo no escopo da supervisão baseada em riscos o módulo “lavagem de dinheiro” e reformulando as Circulares SUSEP N°s 327 e 341, com edição da Circular N° 380, que resultou em aperfeiçoamento dos critérios e exigências de controles internos das sociedades supervisionadas. Na referida Circular, foram incluídas as empresas de resseguro e corretores de resseguros no rol dos abrangidos pela norma anterior e foram alteradas algumas tipologias de comunicação obrigatória ao COAF, que não representavam necessariamente a ocorrência de operações atípicas ou suspeitas, distorcendo a real participação dos mercados supervisionados pela SUSEP em operações que possam se constituir em indícios dos crimes previstos na Lei N° 9.613.

Foram realizados diversos trabalhos de campo com esse enfoque, além da participação nas reuniões do GAFI/FATF na França, Inglaterra e Brasil, do GAFISUD no México e na Argentina, e na execução das metas de 2008 e planejamento de 2009 da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - ENCCLA.

5 - G-20

Após a declaração do G-20, divulgada no dia 15 de novembro de 2008, foi delineado um plano de ação apontando iniciativas e reformas que devem ser adotadas para conter a crise financeira e evitar novas ocorrências. Nesse contexto, a SUSEP passou a fazer parte das entidades governamentais que atuam junto ao Governo nos grupos 01 (identificação de prioridades e diferenças entre jurisdições) e 02 (cooperação internacional e integridade dos mercados financeiros) do G-20, subsidiando-o sempre que demandada.

Com relação às deliberações emitidas na reunião do G20, a SUSEP tem como perspectiva para 2009 o estreitamento na relação com alguns órgãos reguladores nacionais e internacionais, além de buscar adequar-se aos padrões internacionais de contabilidade.

6 - DPVAT

A SUSEP propôs, em 2008, uma solução ampla e definitiva para os problemas enfrentados pelo seguro DPVAT, que culminou na edição da Medida Provisória Nº 451/2008, com dispositivos legais capazes de equilibrar atuarialmente o seguro e mitigar riscos de sua utilização fraudulenta.

Até o ano de 2008, a tentativa de se restabelecer o equilíbrio técnico-atuarial do Seguro DPVAT vinha sendo realizada exclusivamente por meio de reajustes nos prêmios, normalmente acima dos índices inflacionários. Certamente, esses aumentos provocaram impactos indesejáveis para a toda a Sociedade, sem, no entanto, resolver definitivamente a questão do déficit das reservas técnicas. Além do crescimento esperado do número de indenizações pagas, esse seguro, que protege, indistintamente, cerca de 190 milhões de brasileiros, vinha sendo alvo de crescimento expressivo de fraudes e de ações judiciais.

Desse modo, as alterações inseridas por força da Medida Provisória Nº 451, de 2008, que alterou parcialmente a Lei Nº 6.194/74 (Lei do DPVAT), visam mitigar o risco de pagamento de indenizações indevidas e auxiliar no combate ao grande número de fraudes, tendo como objetivo a perenidade do Seguro DPVAT.

A primeira modificação introduzida diz respeito à possibilidade de estabelecimento, anual, do custo de emissão e cobrança da apólice ou bilhete, de forma análoga às demais linhas de seguros existentes. Essa medida, na prática, segrega do valor do prêmio do seguro DPVAT, os custos com confecção de bilhetes, emissão, expedição e processamento de dados.

Por força da Lei Nº 8.212/91, anualmente, 45% (quarenta e cinco por cento) do valor dos prêmios arrecadados são recolhidos diretamente ao Fundo Nacional de Saúde – SUS, para custeio da assistência médico-hospitalar dos segurados vitimados em acidentes de trânsito. Essa regra gera grande distorção na operacionalização do seguro, na medida que os valores repassados ao SUS são bastante superiores ao total de indenizações pagas por morte, invalidez permanente, e também para o reembolso de despesas com assistência médica e suplementares. Por outro lado, o não repasse do valor do custo de apólice ao SUS, além de justificável, por tratar-se de despesas de cunho administrativo, proporciona sobra de recursos para pagamento das indenizações às vítimas, sem qualquer prejuízo ao Fundo Nacional de Saúde.

O seguro aperfeiçoamento realizado refere-se à indenização por invalidez permanente. Foi inserida, no próprio texto da Lei do Seguro DPVAT, a tabela para graduação da invalidez permanente. Anteriormente, o dispositivo vigente apontava para a tabela do seguro de acidentes pessoais, suplementada pela tabela de acidentes do trabalho e pela classificação internacional das doenças, que definitivamente não são específicas para o seguro DPVAT e, por esse motivo, acarretavam sérios problemas de aplicação e interpretação, particularmente na esfera judicial. É importante esclarecer que essa medida não criou qualquer restrição ou dificuldade à quantificação da invalidez, mas, ao contrário, simplificou seus procedimentos, trazendo maior segurança e transparência ao sistema. Assim, ao graduar as lesões sofridas pelas vítimas dos acidentes, em respeito ao princípio da proporcionalidade, a tabela atende ao ideal de Justiça, por permitir que se atribua benefícios maiores àqueles que mais danos sofreram.

Finalmente, o terceiro aspecto importante abordado pela Medida Provisória Nº 451, de 2008, diz respeito ao ressarcimento às clínicas e hospitais privados conveniados ao SUS. O volume de indenizações, pagas pelo seguro, correspondentes a despesas com tratamento médico-hospitalar vem crescendo progressivamente nos últimos anos, sendo que 85% (oitenta e cinco por cento) dos pedidos de indenização são feitos por hospitais e clínicas conveniados, e não pelo próprio beneficiário do seguro. Esses estabelecimentos vinham obtendo a cessão dos direitos da vítima do acidente de trânsito, e independentemente dos valores anualmente repassados ao SUS, buscavam a indenização junto ao Seguro DPVAT. Assim, a vedação expressa instituída visa tão somente deixar claro que os hospitais e clínicas conveniados não podem mais cobrar pelo atendimento, do seguro DPVAT, pois o SUS já vem recebendo para tanto, desde a

edição da Lei Nº 8.212/91. Ademais, é conveniente salientar que não há quaisquer prejuízos aos hospitais e clínicas referidos, pois em caso de atendimento às vítimas de acidente de trânsito, continuarão sendo reembolsadas regularmente pelo SUS.

Desse modo, conforme se verifica, as vítimas de acidentes de trânsito continuam tendo as mesmas opções de atendimento que contavam anteriormente, em hospitais públicos, hospitais e clínicas particulares (despesas reembolsáveis pelo DPVAT limitadas a R\$ 2.700,00), ou hospitais e clínicas conveniados ao SUS.

Nesse sentido, tendo por base as alterações inseridas pelo diploma legal publicado pelo Governo Federal, o CNSP publicou em 2008 as Resoluções 192 e 196. A primeira disciplinou as condições tarifárias do seguro DPVAT, enquanto a segunda teve por objetivo regular a forma de pagamento da indenização da cobertura de despesas de assistência médica e suplementares.

7 - Reestruturação da Autarquia

Uma das principais metas da Autarquia tem sido obter o atendimento das mínimas da SUSEP, em função das novas obrigações legais, da observância ao princípio da segregação de funções e da implantação de novas metodologias de controle e supervisão no desempenho de suas atividades institucionais. Foram encaminhadas ao Ministério da Fazenda e ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, propostas de criação de cargos de DAS e de alteração da fixação de cargos desta Autarquia e a conseqüente realização de concurso público, resultando em dois projetos de Lei que se encontram no Congresso Nacional, para apreciação.

8 - Mudança da Sede

Em 2008, foi finalizado o processo de mudança de sede da SUSEP. As novas instalações, mais confortáveis e espaçosas, melhoraram sensivelmente as condições de trabalho e a qualidade de vida de todos os servidores e prestadores de serviço da Autarquia.

A nova sede está localizada na Avenida Presidente Vargas, 730. No espaço cedido por 10 anos pelo Banco Central do Brasil, a SUSEP ocupa o 8º andar, o 9º andar, o 10º andar e o 13º andar, além de metade do subsolo e do 7º andar. Embora o espaço não seja suficiente para realocar todas as áreas da SUSEP na nova sede, a precariedade da situação anterior justifica plenamente a mudança, visto que o antigo imóvel estava superlotado. Por isto, no planejamento inicial, não havia a intenção de realocar todas as áreas da SUSEP na nova sede. No entanto, após reavaliação desse assunto pela atual administração, a SUSEP solicitou mais espaço ao Banco Central que, após readaptação em suas instalações nesta praça, deverá ceder a outra metade do 7º andar. Como a SUSEP está pleiteando concurso público para o ingresso de novos servidores nos próximos anos, está sendo negociado também o 14º andar do Edifício.

9 - Outras Realizações Importantes

- Alterações no regime repressivo

Por força do novo comando legal estabelecido pelas Leis Complementares N^os 126 e 109, o regime repressivo e de aplicação de penalidades às infrações à legislação de seguros, resseguros, previdência complementar aberta e capitalização deverá sofrer profundas alterações, com as sanções passando a recair sobre os agentes responsáveis, e não mais sobre as sociedades supervisionadas. As alterações na regulamentação, de grande envergadura e complexidade, vêm sendo preparadas ao longo de todo o ano de 2008 por grupo de trabalho constituído especificamente para a finalidade, esperando-se que as minutas de Resoluções sejam submetidas ao CNSP até meados de 2009.

- Taxa de fiscalização

A Lei N^o 7.944, de 20 de dezembro de 1989, instituiu a taxa de fiscalização dos mercados de seguro, de capitalização e de previdência privada aberta, cujo fato gerador decorre do poder de polícia legalmente atribuído à SUSEP. Para efeito de cálculo do valor devido por empresa, tal Lei definiu a margem de solvência como base de cálculo, além do número de unidades da federação e ramos em que a empresa opera como critérios de apuração. A tabela de incidência prevista na Lei não sofre, contudo, nenhuma espécie de atualização desde 1996, em virtude do término da correção monetária.

Este fato, por si só, contribuiu substancialmente para o descasamento entre despesas e receitas, na medida em que limitou significativamente o seu crescimento. De 1996 a 2007, a arrecadação da taxa de fiscalização do órgão aumentou 72%, enquanto suas despesas aumentaram 184%. Vale ressaltar que, no mesmo período, a taxa de inflação, medida pelo IPCA, acumulou variação de 112% e o crescimento nominal dos prêmios de seguros foi da ordem de 286%. Em 2007, a receita total da SUSEP com a taxa de fiscalização representou apenas 48% do total de despesas (R\$ 44,3 milhões contra despesas de R\$ 92,1 milhões), o que evidencia a grande defasagem do atual critério de cálculo, assim como a urgência de se corrigir tal deficiência de forma a que os contribuintes não sejam chamados a complementar os recursos necessários para a fiscalização das empresas do setor.

Esse cenário tende a se agravar pela necessidade do órgão de aperfeiçoar sua fiscalização, considerando a crescente importância do mercado de seguros na economia do País, e pelo aumento expressivo das atribuições da SUSEP com a publicação da Lei Complementar N^o 126, de 15 de janeiro de 2007.

A transição para esse novo modelo regulatório vem sendo buscada há alguns anos, através do aperfeiçoamento do modelo regulatório das seguradoras, por meio da implementação da supervisão baseada em riscos e controles.

Como decorrência de sua implementação, novos processos de trabalho estão gradativamente sendo incorporados às rotinas dos departamentos técnicos da Autarquia, entre os quais merece destaque o desenvolvimento de exigências de capital com base no risco da operação de cada empresa, a análise de seus planos de negócios e, nos casos de empresas menos capitalizadas, o acompanhamento de planos corretivos ou de recuperação de solvência. Ressalta-se que a revisão das regras de capital ocorre no momento em que os riscos transferidos através de resseguro deixam de ser exclusividade do IRB-Brasil Re (ressegurador controlado pelo Governo Federal), para ser uma opção das seguradoras. Nesse novo cenário, o risco de crédito das seguradoras cresce significativamente, criando a demanda indireta pelos serviços da SUSEP.

Todos estes fatores apontam para a necessidade de se adequar a estrutura do órgão. Nesse contexto, faz-se necessária, portanto, uma urgente revisão dos critérios de

cálculo da Taxa de Fiscalização, de forma a se garantir o equilíbrio orçamentário da Autarquia, ao corrigir a defasagem supracitada, além de ampliar a sua cobrança para o mercado de resseguros, por força da Lei Complementar Nº 126, de 15 de janeiro de 2007. Dessa forma, a SUSEP fez proposição de Lei, sugerindo que a Taxa de Fiscalização passe a incidir também sobre as sociedades resseguradoras. A proposta inclui ainda, revisão dos valores da taxa cobrados atualmente pela SUSEP, conforme Lei nº 7.944 de 1989, de forma a contemplar o crescimento do mercado e a necessidade de aprimoramento nos controles e fiscalização dos mercados regulados pela SUSEP.

- IFRS

A Contabilidade está passando por uma grande transformação, o International Accounting Standards Board (IASB), órgão responsável pela emissão das normas internacionais de Contabilidade, com sede em Londres, tornou-se referência mundial.

A SUSEP, por meio do Departamento de Controle Econômico, vem buscando, junto ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estudar as normas internacionais, discutindo-as com o mercado e adotá-las, na medida do possível.

Em 2008, foram efetuados diversos movimentos, quais sejam:

• Participação efetiva em reuniões do Comitê de Pronunciamentos Contábeis resultando em aprovação pela SUSEP de 11 normas emitidas por aquele Comitê.

• Participação ativa no grupo de trabalho para tratar dos impactos referente a aplicação do IFRS 4 (Contratos de Seguros) no Brasil, resultando em um documento divulgado ao mercado supervisionado sobre as principais mudanças que haverá nas normas para 2010, quando ocorrerá a convergência.

• Adequação das normas contábeis para a evidenciação das operações de resseguro considerando o mercado aberto e alinhadas as normas internacionais.

- Capitalização

Com relação ao aprimoramento do marco legal, e com o objetivo de dar maior transparência ao segmento de capitalização e disciplinar as operações realizadas pelas empresas em sintonia com as novas tendências dos títulos ofertados, foi publicada a Circular SUSEP Nº 365/2008 que estabelece novas normas para a elaboração, a operação e a comercialização de títulos de capitalização. Essa Circular teve seu texto aprimorado com a publicação da Circular SUSEP Nº 378/2008

Ainda dentro do segmento de capitalização foi publicada a Circular SUSEP Nº 376/2008 com o objetivo de regular a operacionalização, a emissão de autorizações e a fiscalização das operações de distribuição gratuita de prêmios, mediante sorteio, vinculadas à doação de títulos de capitalização ou à cessão de direitos sobre os sorteios inerentes aos títulos de capitalização. Esse normativo foi necessário em virtude do seu caráter regulamentador do Decreto Nº 6388/2008.

- Provisões Técnicas

No que tange às provisões técnicas, a autarquia ao longo de 2008 implementou alguns procedimentos com vistas a aperfeiçoar o monitoramento dos números informados à SUSEP. Foi introduzido mecanismo de acompanhamento das provisões matemáticas de benefícios a conceder dos produtos PGBL e VGBL, com a implantação dos quadros de portabilidades no Formulário de Informação Periódicas - FIP. É importante registrar que o montante acumulado por esses produtos é da ordem de R\$ 110 bilhões, o que representa aproximadamente 80% do total das provisões do setor de previdência e vida individual.

Assim, desde setembro de 2008 as empresas recebem relatórios detalhados, por plano, com o cálculo da provisão matemática de benefícios a conceder, onde se destaca aqueles planos que apresentaram as maiores diferenças entre os valores calculados e informados. Como consequência, foi constatada uma importante melhoria no percentual de adequação das empresas, que passou de 13 empresas com divergências superiores

a 1% para apenas 2 empresas em dezembro de 2008.

Já para as provisões matemáticas de benefícios a conceder dos planos tradicionais, o que se observa é o volume da ordem de R\$ 18 bilhões, volume este que permaneceu praticamente inalterado ao longo de 2008. Para essas provisões, A SUSEP iniciou em 2008 o projeto que visa a incorporar ao sistema de acompanhamento das provisões - SIMPREV um módulo de cálculo para a provisão matemática de benefícios a conceder, o que envolverá a criação de um novo quadro estatístico para o FIP/SUSEP. Esse trabalho deverá ser concluído no primeiro semestre de 2009.

A SUSEP também desenvolveu novo módulo de acompanhamento da base de dados encaminhada pelas sociedades seguradoras (quadros estatísticos de sinistros, sinistros a liquidar e prêmios), com vistas a possibilitar maior consistência da base de dados. Assim, espera-se que esse trabalho venha refletir diretamente na melhoria dos valores das provisões constituídas e informadas pelas empresas supervisionadas.

Com a abertura do mercado de resseguros foi necessária a criação de campo específico nos quadros do FIP/SUSEP, além da atualização do respectivo manual de orientação, de forma a permitir o acompanhamento das provisões de resseguro. Foi necessária, também, a elaboração de Minuta de Resolução e de Circular que dispõem sobre a contratação de seguros em moeda estrangeira e de seguros no exterior. Este trabalho foi parcialmente concluído com a publicação da Resolução CNSP N° 197/2008.

A quebra do monopólio do resseguro e a discussão no novo modelo de contabilização – IFRS tornou necessária a alteração da Resolução CNSP N° 162/2006 que trata das provisões técnicas, de forma a tornar as provisões brutas de resseguro. Esse trabalho foi concluído com a publicação da Resolução CNSP N° 195/08. No entanto, para que a SUSEP pudesse fazer o acompanhamento das provisões técnicas brutas de resseguro, a partir de janeiro/09, foi necessário algumas alterações nos relatórios gerenciais de determinadas provisões e no manual de orientações, além de alterações nos quadros do FIP/SUSEP, seus manuais de orientação e suas respectivas críticas.

10 - - Ações no Âmbito Internacional

No âmbito das relações internacionais, a SUSEP realizou as seguintes atividades durante o exercício de 2008.

Participação em Organismos Internacionais

•International Association of Insurance Supervisors

A IAIS constitui-se como o principal fórum internacional para os assuntos ligados à supervisão de seguros, tendo como membros efetivos mais de 190 supervisores de seguros e reguladores de mais de 140 países, além dos observadores, constituídos por grandes grupos seguradores, consultorias e outras entidades internacionais afins. A IAIS elabora princípios globais de seguros (insurance core principles), critérios (standards) e textos de orientação (guidance papers), disponibiliza treinamento e apoio em assuntos relacionados à supervisão de seguros e organiza reuniões e seminários.

A Autarquia participa, desde 2004, como membro do Sub-Comitê de Solvência e Atuária da IAIS, um dos mais importantes e atuantes grupos de trabalho daquela Associação e, desde 2006, no Grupo de Trabalho conjunto IAIS-CGAP (International Association of Insurance Supervisors / Consultative Group for Assisting the Poor) sobre Microseguros, assumindo sua presidência em outubro de 2007.

Desde 2007, a SUSEP integra o Sub-Comitê de Resseguros da IAIS. A SUSEP também, sempre que demandada, responde aos diversos questionários remetidos pela IAIS.

A SUSEP participou dos seguintes eventos da IAIS: Reuniões do Sub-comitê de Solvência e Atuária: Malásia, Estados Unidos e Alemanha; Reuniões do Grupo de Trabalho Conjunto IAIS-CGPAP: China, Colômbia, Suíça; Reuniões do Sub-comitê de Resseguros: Estados Unidos; Reuniões Triangulares: Suíça, Coreia e Conferência Anual da IAIS: Budapeste.

Em 2009, será sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, a 16ª Conferência Anual da IAIS, maior evento do mundo no gênero, reunindo mais de 600 participantes, tendo esta Autarquia como anfitriã e responsável por sua organização.

Como parte dos preparativos para a Conferência, iniciados em 2005, foi firmado, em abril de 2008, convênio com a FUNENSEG - Fundação Escola Nacional de Seguros, por meio do qual esta se comprometeu a contratar e custear as despesas incorridas por conta da realização do evento, sendo os valores respectivos reembolsados a seu caixa através de verbas oriundas das inscrições dos participantes, bem como das verbas disponibilizadas pelos patrocinadores. Nesse contexto, cabe à SUSEP prestar à Fundação, toda colaboração técnica necessária, com vistas a subsidiar os trabalhos finalísticos a serem desenvolvidos.

Destaca-se a participação da SUSEP na 15ª Conferência Anual da IAIS, realizada em 2008, em Budapeste, Hungria, quando foi oficializado convite a todos os participantes do evento supracitado, para a 16ª Conferência Anual da IAIS, tendo sido realizadas reuniões com a secretaria da associação, nas quais os representantes da SUSEP mantiveram contato com os organizadores do evento de 2008, e puderam esclarecer detalhes e aspectos relevantes para a adequada realização da conferência no Brasil em 2009.

•ASSAL - Associação de Superintendentes de Seguros da América Latina

A ASSAL (Associação de Supervisores de Seguros da América Latina) é um organismo internacional que agrupa as autoridades supervisoras da atividade seguradora da América Latina. É composta por 21 (vinte e um) países e, ainda, Espanha e Portugal como membros convidados.

Durante sua Assembléia Anual, a ASSAL decidiu criar um grupo de trabalho de Microseguros, a ser presidido pelo Brasil, o que efetivamente ocorreu em novembro de 2008, durante assembléia realizada em San Salvador, El Salvador. O resultado do trabalho realizado pela SUSEP em 2008 no âmbito deste grupo é apresentado com

mais detalhes no item 2.2.3 deste relatório.

A SUSEP participou, ainda, como palestrante do Seminário de Capacitação em Seguros da ASSAL, realizado no período de 10 a 14 de novembro de 2008 em San Salvador, El Salvador no Chile, com o tema Microseguros.

•ASEL - Associação de Supervisores de Seguros Lusófonos

A ASEL é uma Associação composta por 8 (oito) membros supervisores de jurisdições cujo idioma é o português: Brasil, Portugal, Macau, Angola, São Tomé e Príncipe, Moçambique, Cabo Verde e Timor-Leste. A sua maior importância está nos aspectos culturais comuns que ligam estes países, estando o Brasil, nesse grupo, na posição de um dos mais desenvolvidos, tanto no que se refere ao tamanho da economia como especificamente em relação à supervisão e ao mercado de seguros.

Na "XII Conferencia e V Assembléia Geral da Associação de Supervisores de Seguros Lusófonos (ASEL)", realizada no período de 18 a 22 de novembro de 2008 em Macau, a SUSEP ministrou palestra sobre Microseguros, evolução do mercado de seguros brasileiro e sobre seu Sistema de Informações Periódicas – FIP.

Participação em Negociações Internacionais

•Mercosul – Mercado Comum do Sul

Entre as negociações internacionais das quais a SUSEP participa, destacamos aquelas no âmbito do MERCOSUL, já que a SUSEP é a representante do Governo Brasileiro na Comissão de Seguros e nas Subcomissões de Margem de Solvência e de Resseguros do MERCOSUL, vinculadas ao Sub Grupo de Trabalho nº 4 – Assuntos Financeiros (SGT-4). Durante o exercício de 2008, a SUSEP desempenhou a função de coordenador da Comissão de Seguros, onde foi avaliada a implementação dos princípios básicos da IAIS no âmbito do Mercosul.

A SUSEP também participou com representante na Reunião do Subgrupo de Trabalho n.º 05 (SGT-05), subgrupo coordenado pela ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres/Ministério dos Transportes, realizada na Argentina, para assessoramento em temas relacionados a seguros de transporte. Promoveu também um encontro bilateral entre Brasil e Argentina com o objetivo de dar apoio à ANTT nas tratativas de implementação e harmonização de normas sobre o trânsito terrestre entre os dois países, especificamente no que concerne à área de seguros.

• Outras Negociações Internacionais

Ao longo de 2008, foram desenvolvidos trabalhos de suporte às equipes de negociadores do Governo Brasileiro do Setor de Serviços, sob a Coordenação da CAMEX em negociações da OMC e do MRE – Ministério das Relações Internacionais, também na OMC.

Além disso, houve participação na Reunião da Comissão Brasil - Guiana do Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Carga, em Georgetown/Guiana, na promoção de um acordo bilateral entre ambos os países.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Abaixo do esperado

JUSTIFICATIVA: O cenário que se apresenta, com a modernização e a abertura do mercado de resseguro faz necessário a readequação do quadro de pessoal para fazer face as novas atribuições. Nesse sentido, foi enviada proposta de autorização de concurso público para preenchimento de vagas nesta Autarquia, além de criação de cargos comissionados, de forma a adequar a estrutura do Órgão às novas atribuições.

2. GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL

Objetivo Setorial Vinculado ao Programa: Assegurar a gestão equilibrada das contas públicas

GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL: Abaixo do esperado

JUSTIFICATIVA: Os resultados alcançados no programa não afetaram diretamente à gestão das contas públicas. Nesse sentido, a melhor contribuição foi a utilização de recursos orçamentários com a parcimônia exigida pelo atual momento internacional.

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Abaixo do esperado

JUSTIFICATIVA: No que diz respeito à cobertura do público-alvo, a SUSEP busca atingir os consumidores e os agentes dos mercados supervisionados das seguintes formas: (a) os consumidores, através de ações que visam estimular a confiança em relação aos produtos oferecidos, a celeridade cada vez maior nas análises de reclamações, o acesso às informações sobre o mercado; (b) as empresas, através da adoção de mecanismos modernos de supervisão, adotados nos mercados mais desenvolvidos, fazendo revisão e consolidação nos normativos existentes, com estímulo a criação de novos produtos.

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Não

DIFICULDADES PARA AVALIAR A SATISFAÇÃO DO BENEFICIÁRIO: A deficiência de estrutura da Autarquia vem se estendendo há vários anos e se agravou a partir da publicação da Lei Complementar No 126/2007, marco regulatório da abertura do mercado de resseguro brasileiro e que trouxe novas atribuições para a Autarquia, sem a necessária contrapartida de aumento em seu quadro funcional. Contudo, com o objetivo de atender às necessidades mínimas da SUSEP, em função das novas obrigações legais, da observância ao princípio da segregação de funções e da implantação de novas metodologias de controle e supervisão no desempenho de suas atividades institucionais, foi encaminhada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, propostas de criação de cargos de DAS e de alteração da fixação de cargos desta Autarquia e a conseqüente realização de concurso público, resultando em dois projetos de Lei que se encontram no Congresso Nacional, para apreciação.

De outra parte, para avaliação mais precisa da satisfação dos beneficiários do programa, seriam necessárias campanhas de divulgação da atuação da SUSEP, necessitando conseqüentemente de maior aporte de recursos não previstos em nossa dotação orçamentária.

Além disso, os indicadores definidos para o nosso Programa não conseguem refletir a satisfação dos beneficiários.

5. DESENHO DO PROGRAMA QUANTO AOS TEMAS TRANSVERSAIS (RAÇA, GÊNERO, PESSOA COM DEFICIÊNCIA E/OU CRIANÇA E JUVENTUDE)

OS TEMAS TRANSVERSAIS ESTÃO CONTEMPLADOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA? Não

6. MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sim

Audiência Pública: A SUSEP utiliza o processo de audiência pública para obter sugestões em relação às normas que pretende editar, principalmente aquelas que possam causar maiores consequências para sociedade.

Reunião com grupos de interesse: A fim de obter sugestões em relação às normas que pretende editar, principalmente aquelas que possam causar maiores consequências para sociedade.

CONTRIBUIÇÕES DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA OS RESULTADOS DO PROGRAMA: Revisão e proposta de normativos.

Educação Fiscal

GERENTE DO PROGRAMA

Mauro Sérgio Bogéa Soares

OBJETIVO

Promover o exercício da cidadania mediante a sensibilização da população para a função sócio-econômica do tributo e o incentivo ao controle social da aplicação dos recursos públicos

PÚBLICO-ALVO

Professores e alunos da educação básica e superior das escolas públicas e privadas, funcionários de órgãos governamentais, de empresas públicas, privadas e de sociedades de economia mista, integrantes e pessoas atendidas por fundações públicas e privadas, entidades sociais e organizações não-governamentais

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$581.000,00	Empenhado Liquidado: R\$368.906,00
	Pago Estatais: -
	Total: R\$368.906,00
Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Formação de Disseminadores da Educação Fiscal - 6268 (PESSOA CAPACITADA/UNIDADE)	20.000,00	13.617,00	0,68	250.000,00	250.000,00	1,00
Produção de Material para Disseminação da Educação Fiscal - 6267 (Material distribuído /UNIDADE)	20.000,00	15.000,00	0,75	250.000,00	118.906,00	0,48
Sistema de Monitoramento e Avaliação da Implantação da Educação Fiscal nas Escolas Públicas - SMA - 10F0 (Avaliação realizada/% de execução física)	27,00	0,00	0,00	81.000,00	0,00	0,00
Índice médio geral de realização			0,48			0,49

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização

Relatório Anual de Avaliação

(RAP 2007) Formação de Disseminadores da Educação Fiscal - 6268 (PESSOA CAPACITADA/UNIDADE)	-	-	-	160.755,00	81.649,00	0,51
(RAP 2007) Produção de Material para Disseminação da Educação Fiscal - 6267 (Material distribuído /UNIDADE)	-	-	-	200.365,00	158.546,00	0,79
Índice médio geral de realização			-			0,65

INDICADOR(ES)

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2008		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Taxa de Capacitação de Professores da Rede Pública com Educação Fiscal - PERCENTAGEM	5,570	12/12/2004	10,000	04/2009	25,000	Média

Fonte: Esaf

Medidas corretivas necessárias: É oportuno registrar que as metas físicas inicialmente previstas nas ações do Programa 8010 - Educação Fiscal, registradas no PPA, não foram revisadas para o exercício de 2008, resultando em realizações distorcidas. As previsões feitas e monitoradas pela Escola, no entanto, são as registradas nos demonstrativos do relatório de gestão 2008, um total de 5.000 capacitações.

Taxa de Atendimento com Educação Fiscal a Alunos do Ensino Médio da Rede Pública - PERCENTAGEM	6,530	30/04/2003	15,000	04/2009	30,000	Média
--	-------	------------	--------	---------	--------	-------

Fonte: ESAF

Medidas corretivas necessárias: É oportuno registrar que as metas físicas inicialmente previstas nas ações do Programa 8010 - Educação Fiscal, registradas no PPA, não foram revisadas para o exercício de 2008, resultando em realizações distorcidas. As previsões feitas e monitoradas pela Escola, no entanto, são as registradas nos demonstrativos do relatório de gestão 2008, um total de 5.000 capacitações.

Taxa de Atendimento com Educação Fiscal a Alunos do Ensino Fundamental da Rede Pública - PERCENTAGEM	7,000	30/04/2003	10,000	04/2009	25,000	Média
--	-------	------------	--------	---------	--------	-------

Fonte: ESAF

Medidas corretivas necessárias: É oportuno registrar que as metas físicas inicialmente previstas nas ações do Programa 8010 - Educação Fiscal, registradas no PPA, não foram revisadas para o exercício de 2008, resultando em realizações distorcidas. As previsões feitas e monitoradas pela Escola, no entanto, são as registradas nos demonstrativos do relatório de gestão 2008, um total de 5.000 capacitações.

Taxa de Abrangência Municipal - PERCENTAGEM	30,000	30/04/2003	49,000	04/2009	80,000	Média
---	--------	------------	--------	---------	--------	-------

Fonte: ESAF

Medidas corretivas necessárias: É oportuno registrar que as metas físicas inicialmente previstas nas ações do Programa 8010 - Educação Fiscal, registradas no PPA, não foram revisadas para o exercício de 2008, resultando em realizações distorcidas. As previsões feitas e monitoradas pela Escola, no entanto, são as registradas nos demonstrativos do relatório de gestão 2008.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Constituição Federal de 1988 sacramentou a instituição da democracia participativa no Brasil e ampliou os direitos dos cidadãos quanto à sua condição de fiscal das ações dos governantes, dentro do Estado de Direito. O financiamento dos gastos públicos se dá pela arrecadação de tributos; portanto torna-se necessária a conscientização do cidadão brasileiro do porquê o imposto é cobrado e de como são planejadas e definidas as prioridades dos gastos nos vários serviços oferecidos pelo Estado na saúde, na educação, nos transportes, na assistência e previdência social, no policiamento etc, bem como na manutenção da estrutura governamental para a estabilidade sócio-econômica do país. A Constituição Federal definiu, dentro da participação democrática, as regras para que o cidadão tenha condições de acompanhar o uso do dinheiro público e de interferir no gasto público que não se coadune com os princípios da Administração Pública. Dessa forma o art. 5º, XXXIII, declara o direito de todos a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse, ou do interesse coletivo ou geral, obrigando o governo a prestar estas informações dentro dos prazos legais, sob pena de crime de responsabilidade. No mesmo artigo, o inciso LXXIII caracteriza o Princípio da Moralidade, o qual define que qualquer cidadão pode propor ação popular para anular atos lesivos ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio público histórico e cultural. O art. 74, § 2º declara a possibilidade de qualquer cidadão ou associação, partido político ou sindicato, dentro da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante os órgãos de controle externo da Administração Pública. Dentro desse contexto de deveres e direitos do cidadão, tornam-se imprescindíveis ações que possam levar ao cidadão o conhecimento sobre a necessidade do tributo para a manutenção da sociedade, bem como apresentem a ele o esclarecimento quanto ao seu papel de fiscal do bom uso do dinheiro público e de monitoramento dos atos do governo, além de levá-lo a conhecer as vias legais para colaborar no combate à imoralidade e à corrupção administrativa.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2008

PRINCIPAIS RESULTADOS HIERARQUIZADOS:

1 - Ampliação da rede de disseminadores - foram capacitados 13.617 disseminadores do PNEF em 2008.
Produção de 15.000 kits para o curso de disseminadores de educação fiscal.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Acima do esperado

JUSTIFICATIVA: A ampla superação da meta da Ação 6268, Capacitação de Disseminadores de Educação Fiscal, foi devida ao trabalho desempenhado pelos Grupos de Educação Fiscal dos Estados – GEFES. A expectativa de manutenção da previsão feita no início do Planejamento Estratégico (1.000 para cada ano) foi subestimada e sua revisão, em 2006, (cinco mil vagas para o exercício de 2008) foi amplamente superada. É oportuno registrar que as metas físicas inicialmente previstas nas ações do Programa 8010 - Educação Fiscal, registradas no PPA (20.000, em cada

uma das ações), não foram revisadas para o exercício de 2008, resultando em realizações distorcidas. As previsões feitas e monitoradas pela Escola, no entanto, são as registradas no relatório de gestão que é de 5.000 capacitações.

2. GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL

Objetivo Setorial Vinculado ao Programa: Garantir a transparência e controle dos gastos públicos

GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL: Acima do esperado

JUSTIFICATIVA: A ampla superação da meta da Ação 6268, Capacitação de Disseminadores de Educação Fiscal, foi devida ao trabalho desempenhado pelos Grupos de Educação Fiscal dos Estados – GEFES.

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Acima do esperado

JUSTIFICATIVA: Na larga margem de atendimento a alunos do ensino médio, estão considerados alunos do ensino fundamental. A rigor, a meta de atendimento a alunos do ensino fundamental pode ser aceita como atingida considerando que mais de 4 milhões de crianças, em mais de dois mil municípios brasileiros foram atendidas. Ainda em 2008, destacou-se a formação, pela ESAF, de mais 12 mil novos disseminadores de educação fiscal por meio do ensino a distância, valendo-se da Escola Virtual da ESAF.

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Não

DIFICULDADES PARA AVALIAR A SATISFAÇÃO DO BENEFICIÁRIO: ausência de sistema de monitoramento e avaliação.

5. DESENHO DO PROGRAMA QUANTO AOS TEMAS TRANSVERSAIS (RAÇA, GÊNERO, PESSOA COM DEFICIÊNCIA E/OU CRIANÇA E JUVENTUDE)

OS TEMAS TRANSVERSAIS ESTÃO CONTEMPLADOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA? Sim

FORMA DE ABORDAGEM DOS TEMAS TRANSVERSAIS:

Raça: No PNEF não há distinção de raça.

Pessoa com Deficiência: Trabalhos exercidos pela Biblioteca de Braille do Ensino Médio de Taguatinga e outros desenvolvidos pelos Estados participantes do programa.

Gênero: O programa abrange todos os gêneros.

Criança e Juventude: Revistas que contam histórias de tributos na linguagem adaptada ao público infanto-juvenil. Ex: Sofinha, O menino quero saber, etc.

6. MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sim

Reunião com grupos de interesse: três reuniões anuais com o grupo de trabalho de educação fiscal nos Estados.
elaboração do planejamento estratégico 2008-2011
sensibilização dos grupos estaduais e municipais de educação fiscal para a sociedade como um todo.

Discussão em Conselho Setorial: Gerência de Educação Fiscal na ESAF

CONTRIBUIÇÕES DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA OS RESULTADOS DO PROGRAMA: Instituto SER Sociedade Eticamente Responsável de Maringá - PR

Relatório Anual de Avaliação

Fortalecimento da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios - PNAFM

GERENTE DO PROGRAMA

OBJETIVO

Aumentar a eficiência administrativa e fiscal dos municípios, assegurando o melhor aproveitamento do potencial arrecadatório, a ampliação da transparência e do controle social na gestão dos recursos públicos e a melhoria da qualidade do atendimento ao cidadão

PÚBLICO-ALVO

Municípios

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$78.404.988,00	Empenhado Liquidado: R\$67.617.802,00 Pago Estatais: - Total: R\$67.617.802,00
Previsto não orçamentário R\$15.000.000,00	Realizado não orçamentário R\$43.443.597,00

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Assistência Técnica para Gestão dos Projetos de Modernização da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios - 1151 (CONTRATO GERIDO/UNIDADE)	1.765,00	80,33	0,05	11.875.697,00	1.088.512,00	0,09
Capacitação de Gestores Públicos e Agentes Políticos Municipais nas Áreas de Finanças e Tributação - 7J90 (Gestor público capacitado/UNIDADE)	2.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Financiamento para Modernização da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios - 0021 (Município beneficiado/UNIDADE)	265,00	86,00	0,32	66.529.291,00	66.529.290,00	1,00
Fomento à modernização da gestão municipal - 90EV (município financiado/UNIDADE)	20,00	84,00	4,20	15.000.000,00	43.443.597,00	2,90
Índice médio geral de realização			1,14			1,33

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2007) Assistência Técnica para Gestão dos Projetos de Modernização da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios - 1151 (CONTRATO GERIDO/UNIDADE)	-	-	-	137.903,00	78.403,00	0,57
(RAP 2007) Financiamento para Modernização da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios - 0021 (Município beneficiado/UNIDADE)	-	-	-	19.882.211,00	11.692.379,00	0,59
Índice médio geral de realização			-			0,58

INDICADOR(ES)

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2008		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Índice de Autonomia Financeira IAF - número índice	100,000	31/12/2003	0,000		0,000	Média

Fonte: Balanço Orçamentário, LRF, Art. 52 Anexo 1.

Medidas corretivas necessárias: O Índice de Autonomia Financeira IAF - não é aderente a execução do PNAFM, considerando que aplicabilidade se dará junto aos Municípios beneficiários da Operação de Crédito e não a Unidade de Coordenação de Programas - UCP. Assim ficou prejudicado a apuração do índice em questão. Torna-se necessário a reavaliação desse índice nas próximas revisões do PPA ou quando da elaboração de um novo PPA.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A implementação do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros - PNAFM - faz parte da estratégia do Governo Federal para a consolidação e o aperfeiçoamento do pacto federativo constitucional, buscando o fortalecimento institucional dos órgãos responsáveis pela gestão administrativa e fiscal dos municípios brasileiros.

O órgão executor do Programa é a Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda, por intermédio da Unidade de Coordenação de Programas - UCP, a quem compete gerenciar sua implementação, de forma descentralizada, com apoio da Caixa Econômica Federal, agente financeiro e co-executor do Programa.

O Programa se realiza mediante financiamento de projetos específicos voltados para a criação de condições para que as administrações municipais possam alcançar maior autonomia no financiamento dos gastos públicos por meio de receitas próprias e melhorar o desempenho na execução de suas funções sociais, especialmente no atendimento ao cidadão e ao contribuinte.

Para isso, os municípios foram classificados em duas categorias de projeto, de acordo com sua população: Projetos Simplificados, que abrangerão municípios de até 50.000 habitantes, e Projetos Ampliados, para municípios com mais de 50.000 habitantes. Para municípios com população entre 50.000 e 150.000 habitantes, facultou-se a implementação do projeto simplificado, conforme as necessidades específicas do município. A primeira fase do Programa encontra-se em andamento e conta com financiamento do BID, por intermédio do Contrato de Empréstimo no 1194/OC-BR, no valor de US\$ 300 milhões.

Os projetos ampliados objetivam o desenvolvimento de propostas específicas de modernização administrativa e fiscal a municípios com mais de 50 mil habitantes. São submetidos à aprovação da UCP, condicionada ao preenchimento das condições de elegibilidade, assim como à observância dos seguintes procedimentos:

- _ Apresentação de questionário e projeto pela Unidade de Execução Municipal - UEM, utilizando o Programa de Elaboração de Projetos - PEP, com análise e aprovação da UCP, de acordo com o previsto no Regulamento Operativo do Programa - ROP;
- _ Aprovação do BID e
- _ Autorização da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, para contratação da operação de crédito, segundo orientação expedida pelo Senado Federal.

Os projetos simplificados consistem basicamente em aquisição de sistemas integrados e aplicativos pré-qualificados, acompanhados da aquisição de outros bens e serviços relacionados com a modernização da gestão.

Os recursos do programa destinam-se à aquisição de tecnologia, de equipamentos de informática, de apoio e de comunicação; em construções e reformas que resultem na melhoria do atendimento ao contribuinte e na melhoria da arrecadação do município; na integração de sistemas tributários com aplicativos e ferramentas de controle espacial e com sistemas de administração, contabilidade e planejamento; em capacitação, consultoria e ajuste de quadro, objetivando tornar a administração municipal comprometida com resultados que contribuam para melhorar os serviços oferecidos à população. Esse universo abrange 24 componentes, classificados em cinco grupos:

- _ modernização administrativa;
- _ modernização fiscal;
- _ tecnologia da informação;
- _ coordenação do projeto;
- _ administração integrada ao controle espacial.

Em consonância com o estabelecido no Contrato de Empréstimo BID 1194/OC-BR e no Regulamento Operativo do Programa PNAFM, a aplicação dos recursos é classificada nas seguintes categorias de investimento:

- _ Consultoria - contratação de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, para apoiar ou desenvolver as atividades do Projeto, inclusive desenvolvimento de sistemas informatizados;
- _ Capacitação - contratação de cursos, seminários ou outras formas de treinamento e realização de visitas técnicas, nacionais e internacionais;
- _ Tecnologia da Informação - aquisição e instalação de hardware, redes de computação, software básico e sistemas aplicativos;
- _ Equipamentos de Apoio e Comunicação - aquisição de equipamentos, instrumentos de comunicação e outros bens móveis;
- _ Infra-estrutura - construção, reforma e adequação de ambientes físicos; e
- _ Ajuste do Quadro - implantação de Programas de Ajuste do Efetivo de Pessoal.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2008

PRINCIPAIS RESULTADOS HIERARQUIZADOS:

1 - No âmbito do Programa de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros - PNAFM, a UCP/DIGES/SE/MF é responsável por duas Ações:

* 1151 => Assistência Técnica para Gestão dos Projetos de Modernização da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios.

* 0021 => Financiamento para Modernização da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios.

Com relação a Ação 1151 => informo que no exercício de 2008, a execução orçamentária da ação atingiu um patamar de 17,35%, incluído os gastos com Restos a Pagar.

O baixo desempenho ocorreu em face da impossibilidade de contratação de prestação de serviços com pessoas físicas e jurídicas uma vez que as atividades inerentes a esses serviços estavam vinculadas à necessidade de contratação da 2ª etapa do Programa PNAFM.

Em 2008, os destaques da atuação da UCP na assistência técnica aos municípios foram:

- a) Apoio técnico à elaboração de projetos com o objetivo de concluir o comprometimento dos US\$ 300,0 destinados à 1ª fase PNAFM até 10 de junho de 2008;
- b) Apoio técnico à revisão dos projetos de modernização em andamento, visando ajustá-los às necessidades de cada município;
- c) Capacitação dos Técnicos da UEM para a gestão da implementação e do monitoramento dos projetos; e
- d) Capacitação dos Técnicos das UEM para a gestão da execução financeiras dos projetos;

Adicionalmente à assistência técnica aos municípios, a estrutura da UCP também respondeu pela realização das seguintes atividades:

- a) Elaboração de Relatório de Avaliação da 1ª Fase do PNAFM;
- b) Elaboração da Carta Consulta para contratação da 2ª Fase do PNAFM;
- c) Análise de 110 pedidos de desembolso, resultando na liberação de R\$ 66 milhões aos municípios, de consolidação;
- d) Análise e consolidação das Demonstrações Financeiras do PNAFM de 2008;
- e) Análise e consolidação das Justificativas de Gastos dos Municípios, com a elaboração de pedidos de reembolso ao BID;
- f) Acompanhamento das Recomendações da Auditoria do Programa, referentes ao 2º semestre de 2007 e 1º semestre de 2008; e
- g) Análise e consolidação dos Relatórios de Acompanhamento dos projetos referentes ao 1º e 2º semestre de 2008.

Em relação às medidas para melhoria da gestão relacionada com essa ação, merece destacar que o GT UCP/CAIXA, encarregado de analisar o processo de liberação de recursos aos municípios, referendou a proposta da Secretaria Executiva do MF de transferir para a CAIXA a execução das atividades de execução financeira do PNAFM, concluiu que o mais sensato seria estabelecer negociações com a CAIXA no sentido de ampliar as funcionalidades do SIAPM, para que este sistema, que já realiza o acompanhamento da execução financeira do PNAFM, passe a atender todas as necessidades do programa, da elaboração dos projetos até monitoramento da sua execução e impactos para o município.

No que tange às medidas necessárias ao restabelecimento do processo de contratação de pessoas físicas e jurídicas, importante também registrar que, após rodadas de negociação com o PNUD, a PGFN emitiu parecer favorável ao aditamento do Acordo de Cooperação com o PNUD, o que após a formalização de aditivo ao acordo, permitirá que possivelmente a partir do segundo trimestre de 2009, a UCP volte a contar com consultores contratados por produto para realizar as tradicionais missões de acompanhamento e de avaliação da execução do projeto, bem como missões de

assistência técnica destinadas ao arranque e/ou aceleração da execução do projeto, apoio à condução de processos de aquisição (licitação), bem como capacitação para a execução física e financeira dos projetos.

Com relação a Ação 0021 => A execução desta Ação atingiu um percentual de 80,25% de execução em relação ao orçamento aprovado. é relevante destacar que a implementação da ação de financiamento da modernização da gestão administrativa e fiscal dos Municípios se dá por meio de empréstimo do BID para o financiamento de projetos no PNAFM e envolve do ponto de vista da ação da UCP basicamente três momentos com características distintas, a saber:

- a) Contratação de Subempréstimos junto aos municípios ou comprometimento dos recursos;
- b) Desembolso ou liberação de parcelas dos Subempréstimos;
- c) Monitoramento da execução dos projetos;

As fases de comprometimento dos recursos e de monitoramento da execução dos projetos têm seus recursos orçamentários e financeiros vinculados à ação 0021 – Assistência Técnica para Gestão dos Projetos de Modernização da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios.

Apenas a fase de desembolso consome recursos orçamentários e financeiros desta ação, sendo que 100% destes recursos são de fonte externa (0148) originários do contrato de empréstimo nº 1194-OC-BR, contraído pela União junto ao BID, sendo que, no exercício de 2008.

Em que pese o fato de que nos últimos anos tem se observado a aceleração dos desembolsos aos municípios, a análise mais detalhada do processo demonstra que o tempo que decorre entre a entrada do pedido de desembolso nas unidades regionais da CAIXA e o crédito da liberação na conta do projeto era ainda muito elevado, em média de 75 dias no primeiro semestre de 2008.

Assim, tendo em vista que a excessiva demora na liberação dos pedidos de desembolso tem sido apontada com muita insistência pelos municípios, como um dos principais fatores determinantes de atrasos na execução dos projetos e considerando que elevação do número de analistas da equipe técnica da UCP, para fazer face às demandas dos municípios participantes da 1ª fase do PNAFM até 2012, concomitantemente com as dos municípios participantes da 2ª fase do PNAFM a partir de 2009 não é considerada oportuna pela Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda, um Grupo de Trabalho composto de representantes do Ministério da Fazenda e da CAIXA analisou todo o processo e apresentou cerca de 62 propostas de melhoria do processo e de transferência para execução pela CAIXA das atividades operacionais execução financeira do PNAFM.

A aprovação das propostas do Grupo de Trabalho UCP/CAIXA resultou na elaboração de um Plano de Ação composto de 13 passos, que culminará na transferência para a CAIXA, até o final do exercício de 2009, das atividades de execução financeira do PNAFM.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Dentro do esperado

JUSTIFICATIVA: Considerando a principal Ação do Programa => 0021 temos um patamar de 80,25% de execução do orçamento previsto, deve-se levar em consideração que as contratações no exercício de 2008 foram encerradas em 10.06.2008, em conformidade com o prazo estabelecido para o comprometimento de recursos da 1ª Etapa do PNAFM. Quanto à aplicação das disponibilidades do exercício, deve ser ressaltado o planejamento estratégico da UCP, no sentido de se manter a trajetória ascendente do volume de liberação de recursos do empréstimo do BID aos municípios, o que resultou na liberação de um montante superior em 54% em relação ao executado em 2007.

Para isso acontecer, a UCP buscou ampliar a capacitação aos Municípios, não somente no que tange à gestão e execução dos projetos, mas também em relação à

gestão financeira, inclusive quanto ao estímulo para adoção do SIGFIN como instrumento de gestão financeira, ferramenta essa que passou a ser requerida com dados atualizados a cada pedido de desembolso.

O volume de liberações no exercício poderia ser ainda maior, não fossem os reflexos que naturalmente surgem decorrentes do processo eleitoral municipal.

2. GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL

Objetivo Setorial Vinculado ao Programa: Assegurar a gestão equilibrada das contas públicas

GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL: Acima do esperado

JUSTIFICATIVA: Resultados do Programa, merecem destaques os seguintes fatos percebidos pelos municípios, todos aderentes ao objetivo setorial de assegurar a gestão equilibrada das contas públicas.

(a) Cooperação e assistência técnica: (i) presença do Governo Federal/MF, como cooperação técnica, visando aperfeiçoar a gestão administrativa e financeira dos municípios; (ii) cumprimento do dispositivo da LRF (art64) que prevê a assistência técnica da União para os municípios.

(b) Parcerias: (i) disponibilização de ferramentas para os municípios em conjunto com Associações de Municípios, Federações, etc; (ii) contribuição da CGU na orientação sobre assuntos financeiros e de aquisições, inclusive em situações não vinculadas ao Programa.

(c) Mecanismos de execução do Programa: (i) reestruturação interna da UCP, com alocação de pessoal e equipamentos; (ii) flexibilização do ROP, inclusive quanto ao financiamento do Plano Diretor para atender ao Estatuto da Cidade e ao desmembramento do kit-solução; (iii) maior proatividade na comunicação com os municípios (iv) maior participação e integração com os municípios; (v) implantação do Manual de Gestão Técnica e Financeira dos Projetos; (vi) formação de grupo de trabalho da CAIXA/MF para revisão de processos e trabalho conjunto.

(d) Quanto à eficiência

(d.1) Gestão pública municipal: (i) gestão pública com ferramentas e com conhecimento e conscientização da necessidade de organização administrativa e fiscal; (ii) desenvolvimento de ações com recursos próprios, tendo como base a metodologia utilizada no projeto; (iii) geração de conhecimento único nas regionais; (iv) evolução, incorporação e disponibilização de técnicas e ferramentas de planejamento, inclusive para outras áreas; (v) implantação de nova cultura nos municípios, de modernização da gestão; (vi) melhoria da gestão operacional, quanto aos controles e aos procedimentos; (vii) proatividade na captação de recursos; (viii) integração de áreas e acompanhamento de resultados; (ix) melhoria da imagem do governo municipal como gestor público.

(d.2) Administração tributária e financeira: (i) melhoria da gestão tributária, financeira, patrimonial e previdenciária dos municípios; (ii) conscientização dos municípios para a definição de projetos com metas e prestação de contas; (iii) crescimento da receita e controle do gasto, em alguns municípios as receitas passaram de 17/19 milhões em 2000 para 193 milhões em 2003/2004, apenas com controle de ISS; (iv) redução de 30% da folha de pagamento por meio da gestão de pessoas; (v) atualização dos cadastros por meio de sistemas corporativos e geoprocessamento com aumento de 30% da receita sem elevação de impostos.

(e) Quanto ao atendimento ao cidadão e à transparência

(e.1) Atendimento ao cidadão: (i) implantação e padronização de procedimentos nas centrais de atendimento, evitando deslocamentos do cidadão; (ii) disponibilização de serviços de banda larga e melhoria do atendimento ao contribuinte; (iii) melhoria da qualidade dos serviços prestados, com servidores melhor capacitados, utilizando

sistemas interligados e com maior número de equipamentos; (iv) descentralização com a criação de unidades regionais; (v) aumento do número de atendimentos.

(e.2) Participação e controle social: (i) maior controle social; (ii) aplicação da LRF; (iii) participação da sociedade civil na montagem do projeto; (iv) parceria e maior proximidade com a sociedade civil; (v) maior capacidade crítica da sociedade civil.

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Muito abaixo do esperado

JUSTIFICATIVA: Do total de municípios beneficiários diretamente pelo PNAFM esta estimado em 265, para o conjunto das 3 etapas. Ao final da 1ª etapa atingiu-se o índice de 32,4%. Mantida essa média no decorrer das 3 etapas, vislumbra-se o alcance de aproximadamente 90% do quantitativo previsto no âmbito de todo o Programa. Assim, hoje se comparado ao quantitativo estimado de Municípios a serem alcançados, os resultados apresentam-se abaixo de 40%, mas podemos comparar o volume de recursos aprovados junto ao BID versus o volume contratado pelos municípios na 1ª etapa teremos um percentual de comprometimento em US\$ de 75%.

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Sim

GRAU DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO: Satisfeito

JUSTIFICATIVA: Considerando que a avaliação realizada junto a uma amostra de 34 Municípios Brasileiros mostrou-se efetiva sem críticas aos métodos utilizados, e com uma abrangência aos principais pontos cobertos pelos projetos municipais, onde as percepções serão de grande valia para a manutenções e/ou ajustes nos projetos em desenvolvimento, assim, destaca-se os seguintes pontos:

(a) Quanto à eficiência

= Gestão pública municipal: (i) gestão pública com ferramentas e com conhecimento e conscientização da necessidade de organização administrativa e fiscal; (ii) desenvolvimento de ações com recursos próprios, tendo como base a metodologia utilizada no projeto; (iii) geração de conhecimento único nas regionais; (iv) evolução, incorporação e disponibilização de técnicas e ferramentas de planejamento, inclusive para outras áreas; (v) implantação de nova cultura nos municípios, de modernização da gestão; (vi) melhoria da gestão operacional, quanto aos controles e aos procedimentos; (vii) proatividade na captação de recursos; (viii) integração de áreas e acompanhamento de resultados; (ix) melhoria da imagem do governo municipal como gestor público.

= Administração tributária e financeira: (i) melhoria da gestão tributária, financeira, patrimonial e previdenciária dos municípios; (ii) conscientização dos municípios para a definição de projetos com metas e prestação de contas; (iii) crescimento da receita e controle do gasto, em alguns municípios as receitas passaram de 17/19 milhões em 2000 para 193 milhões em 2003/2004, apenas com controle de ISS; (iv) redução de 30% da folha de pagamento por meio da gestão de pessoas; (v) atualização dos cadastros por meio de sistemas corporativos e geoprocessamento com aumento de 30% da receita sem elevação de impostos.

= Gestão de recursos humanos: (i) valorização do servidor, com o desenvolvimento de programa contínuo de capacitação, com recursos próprios; (ii) capacitação dos gestores das UEMs, com visitas da UCP e do BID; (iii) a partir da elaboração do projeto, formação de equipe permanente composta basicamente por funcionários de carreira do

município, com capacidade técnica para formulação e coordenação de projetos; (iv) melhoria da capacidade de gerenciamento, com maior confiabilidade na tomada de decisões; (v) criação de célula de gestão de projetos e programas nos municípios; (vi) capacitação dos municípios em aquisição, licitação, prestação de contas.

(b) Quanto ao atendimento ao cidadão e à transparência

= Atendimento ao cidadão: (i) implantação e padronização de procedimentos nas centrais de atendimento, evitando deslocamentos do cidadão; (ii) disponibilização de serviços de banda larga e melhoria do atendimento ao contribuinte; (iii) melhoria da qualidade dos serviços prestados, com servidores melhor capacitados, utilizando sistemas interligados e com maior número de equipamentos; (iv) descentralização com a criação de unidades regionais; (v) aumento do número de atendimentos.

= Participação e controle social: (i) maior controle social; (ii) aplicação da LRF; (iii) participação da sociedade civil na montagem do projeto; (iv) parceria e maior proximidade com a sociedade civil; (v) maior capacidade crítica da sociedade civil.

MECANISMOS UTILIZADOS E CONSEQÜÊNCIAS PARA O APERFEIÇOAMENTO DO PROGRAMA: - Avaliações Periódicas -

Para a realização das Missões de Acompanhamento e Avaliação, a UCP prepara um cronograma de realização das Missões, que levam em conta a análise e avaliação dos seguintes parâmetros para cada contrato em execução:

- a. Tempo decorrido de execução dos projetos
- b. Indicadores de Impacto e Execução
- c. Percentuais de Execução Física e Financeira

Após a elaboração do cronograma, cada uma das Unidades de Execução Municipal – UEM é previamente contatada, onde é ratificada a agenda prevista para a realização das Missões, sendo solicitado ainda a cada uma das UEM que prepare previamente a documentação a ser avaliada pelos Missionários.

Os Relatórios de Missão estão dimensionados para espelharem com objetividade os parâmetros que a UCP define como prioritários para análise, sendo ainda dimensionados por tópicos, agrupando os assuntos afins em segmentos específicos.

Para o melhor aproveitamento possível do período de deslocamento em campo do Missionário, existe toda uma preparação das atividades, com a consolidação prévia das informações disponíveis na UCP, como forma de qualificar a pesquisa de campo que é realizada. Nessa preparação são utilizadas as seguintes informações:

- a. Sistema SIGFIN – Movimento Financeiro
- b. Relatório do SIAPM – Adiantamento de Fundos
- c. Relatório do SIAPM – Justificativa de Gastos/Demonstrativo por Componente
- d. Último Relatório de Missão
- e. Último Relatório de Progresso
- f. Projeto PNAFM Atualizado
- g. Ofício que encaminhou as recomendações da última Auditoria realizada no município.

Essa análise prévia é de grande valia, pois os Missionários já iniciam suas atividades com um retrato fiel da situação existente no Projeto, permitindo ainda que as atividades já sejam previamente hierarquizadas de acordo com o grau de importância de cada avaliação a ser realizada.

- Avaliação Específica -

Foi finalizado o Relatório de Avaliação da Primeira Fase do PNAFM, onde todos os aspectos ocorridos no PNAFM desde sua implementação até o encerramento das contratações foram relatados, com expressivos resultados alcançados tanto nos indicadores de eficiência quanto de transparência, habilitando o Programa ao início das tratativas visando a implementação da Segunda Fase.

Dentre os registros descritos no referido Relatório de Avaliação, vale a pena destacar os seguintes:

- a. Metodologia da Avaliação, envolvendo a Estrutura da avaliação e público pesquisado,

- a técnica que foi seguida para a Coleta e Análise de Dados, e a inclusão de dois Estudos de caso que levaram em consideração projetos com prazo de contratação elevado;
- b. O Histórico da Preparação do PNAFM, desde o início das tratativas ocorridas em 1998 e 1999, oportunidade em que foram estabelecidos o macro-diagnóstico da gestão fiscal dos municípios, a amostra representativa dos municípios que foram utilizados como base para o desenvolvimento do Programa e os tipos de projetos que seriam respectivamente aplicados, e a situação existente à época com relação ao processo de modernização da gestão fiscal no Brasil;
- c. A etapa de apresentação e de aprovação inicial do PNAFM, com o detalhamento de seus objetivos e componentes, projetos e respectivos custos, o Arranjo Institucional e respectivos mecanismos de execução, os riscos e propostas de mitigação, e a formalização do Programa no âmbito do governo brasileiro;
- d. Os avanços na execução do PNAFM, destacando os principais marcos de execução anteriormente estabelecidos no Marco Lógico do Programa, a etapa de atualização do Regulamento Operativo – ROP, a descrição de todos os municípios, projetos e contratos que têm ou tiveram algum tipo de relação com o PNAFM, e toda a evolução da execução orçamentária e financeira do Programa;
- e. O resultado da aplicação da Pesquisa Quantitativa junto aos Municípios com Projetos Ampliados, destacando ainda o alcance dos objetivos previamente estabelecidos para o Programa, além do cumprimento dos critérios para aprovação da Segunda Fase do PNAFM;
- f. O resultado da aplicação da Pesquisa de Percepção dos Atores envolvidos com o PNAFM, no que se refere aos problemas e avanços na execução do PNAFM e respectivas propostas de soluções, abordando os principais problemas, os avanços alcançados, e as alternativas de solução; e
- g. As conclusões, lições aprendidas e recomendações que serão consideradas para a estruturação da Segunda Fase do PNAFM.

Para essa avaliação dos resultados da Primeira Fase do Programa foi constituída uma amostra representada pelos 34 (trinta e quatro) projetos ampliados que se encontram em execução. Estes municípios responderam a um questionário baseado nas metas e indicadores do Programa.

Em aditamento aos dados coletados pelos questionários foram analisados os Relatórios de Progresso enviados à UCP/MF pelos municípios, para mapeamento e consolidação de informações de receitas e despesas públicas.

Destacam-se os seguintes pontos:

A. Indicadores de Eficiência

- a. Implantação de cadastro informatizado do IPTU: este resultado foi verificado por meio do levantamento junto aos municípios que estão executando projetos ampliados. Dos 34 municípios da amostra, 94% (32) responderam que já implantaram cadastro informatizado do IPTU; 3% (1) que estão em processo de implantação e, apenas 3% (1) que ainda não implantaram este cadastro.
- b. Implantação de cadastro informatizado do ISS: este resultado foi verificado por meio do levantamento junto aos municípios que estão executando projetos ampliados. Dos 34 municípios da amostra, 94% (32) responderam que já implantaram cadastro informatizado do ISS e 6% (2) que estão em processo de implantação.
- c. Implantação do sistema tributário: este resultado foi verificado por meio do levantamento junto aos municípios que estão executando projetos ampliados. Dos 34 municípios da amostra, 88% (30) responderam que já implantaram sistema informatizado para a administração tributária municipal; 9% (3) que estão em processo de implantação e, apenas 3% (1) que ainda não implantaram este sistema.
- d. Implantação do sistema financeiro: este resultado foi verificado por meio do levantamento junto aos municípios que estão executando projetos ampliados. Dos 34 municípios da amostra, 91% (31) responderam que já implantaram sistema informatizado para a administração das finanças municipais; 6% (2) que estão em

processo de implantação e, apenas 3% (1) que ainda não implantaram este sistema.

e. Implantação de controle interno e de auditoria: este resultado foi verificado por meio do levantamento junto aos municípios que estão executando projetos ampliados. Dos 34 municípios da amostra, 79% (27) responderam que implantaram unidades específicas e executam atividades de controle interno e auditoria; 9% (3) que estão em processo de implantação e, apenas 12% (4) que ainda não implantaram esta atividade.

f. Implantação de serviços de atendimento ao cidadão: este resultado foi verificado por meio do levantamento junto aos municípios que estão executando projetos ampliados. Dos 32 municípios da amostra, 76% (26) responderam que já implantaram serviços de atendimento ao cidadão; 12% (4) que estão em processo de implantação e, apenas 6% (2) que ainda não implantaram estes serviços.

g. Implantação de metodologia de avaliação da gestão municipal. Este resultado foi verificado por meio do levantamento junto aos municípios que estão executando projetos ampliados. Dos 34 municípios da amostra, 50% (17) responderam que já utilizam ferramentas de gestão por resultados, tais como: planejamento estratégico, indicadores de avaliação de programas e projetos, avaliação de desempenho; 15% (5) que estão em processo de implantação e, 35% (12) que ainda não implantaram qualquer tecnologia ou ferramenta de gestão.

h. Limitação dos custos administrativos dos municípios, de acordo com o que estabelece as legislações federais e municipais: este resultado foi verificado por meio do levantamento junto aos municípios que estão executando projetos ampliados, de dois limites estabelecidos pela LRF:

a. Limite das Despesas com Pessoal: Os 34 municípios da amostra responderam que a despesa com pessoal do município está enquadrada nos limites fixados no artigo 19 da Lei Complementar no 101/2000 (LRF).

b. Limite de Endividamento Municipal: Os 34 municípios da amostra responderam que a dívida pública do município está enquadrada nos limites fixados no artigo 30 da Lei Complementar no 101/2000 (LRF) c/c o artigo 3o da Resolução do Senado Federal no 40/2001.

i. Aumento da receita própria: este resultado foi verificado por meio da relação entre a Receita Tributária e a Receita Corrente Realizada, no período de 2004 a 2006, em 16 municípios que estão executando projeto ampliado. Evolução da Receita Tributária

B. Indicadores de Transparência

a. Mecanismos de participação social na elaboração do planejamento e orçamento municipal: este resultado foi verificado por meio do levantamento junto aos municípios que estão executando projetos ampliados. Dos 34 municípios da amostra, 76% (26) responderam que já implantaram mecanismos de participação social na elaboração do planejamento e orçamento municipal; 3% (1) que estão em processo de implantação e, 21% (7) que ainda não implantaram estes mecanismos.

b. Informação periódica à comunidade sobre a execução orçamentária municipal: este resultado foi verificado por meio do levantamento junto aos municípios que estão executando projetos ampliados. Dos 34 municípios da amostra, 94% (32) divulgam informações sobre a execução orçamentária e, apenas 6% (2) que ainda não implantaram este procedimento.

c. Informação periódica aos contribuintes sobre os gastos administrativos e investimentos municipais: este resultado foi verificado por meio do levantamento junto aos municípios que estão executando projetos ampliados. Dos 34 municípios da amostra, 94% (32) divulgam informações sobre os gastos administrativos e de investimentos e, apenas 6% (2) que ainda não implantaram este procedime

5. DESENHO DO PROGRAMA QUANTO AOS TEMAS TRANSVERSAIS (RAÇA, GÊNERO, PESSOA COM DEFICIÊNCIA E/OU CRIANÇA E JUVENTUDE)

OS TEMAS TRANSVERSAIS ESTÃO CONTEMPLADOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA? Não

6. MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Não

DIFICULDADES PARA IMPLEMENTAÇÃO DE MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL: O escopo do PNAFM é destinado ao ente municipal, via operação de crédito, para melhoria fiscal e administrativa do Município. Não obstante de forma indireta, a sociedade pode acompanhar onde estão sendo aplicados os recursos do PNAFM, inclusive aqueles destinados à melhoria no atendimento ao cidadão municipal.

Relatório Anual de Avaliação

Gestão da Política de Administração Financeira e Contábil da União

GERENTE DO PROGRAMA

Arno Hugo Augustin Filho

OBJETIVO

Contribuir para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da União, mediante administração da execução financeira dos orçamentos fiscal e da seguridade social, do endividamento público nacional e da administração dos haveres financeiros e mobiliários da União geridos pelo Tesouro, de modo a propiciar o alcance da meta de superávit primário estabelecida no Anexo das Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

PÚBLICO-ALVO

Governo Federal

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$361.903.476,00	Empenhado Liquidado: R\$264.754.672,00
	Pago Estatais: -
	Total: R\$264.754.672,00
Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Análise Econômico-Fiscal de Projetos de Investimento - 2C38 (metodologia desenvolvida/UNIDADE)	3,00	0,00	0,00	5.690.000,00	0,00	0,00
Aperfeiçoamento das Atividades e Mecanismos de Gerenciamento da Dívida Pública - 1579 (-/-)	0,00	0,00	-	5.870.000,00	4.949.857,00	0,84
Aperfeiçoamento e Modernização Institucional do Tesouro Nacional - PROMAT.TN - 1O64 (PROJETO DESENVOLVIDO/UNIDADE)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
Apoio Financeiro à Fundação Getúlio Vargas - 0556 (-/-)	0,00	0,00	-	33.076.000,00	30.000.001,00	0,91
Assistência Técnica ao Crescimento Equitativo e Sustentável - 1O60 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	1,00	1,00	1,00	2.091.020,00	1.672.457,00	0,80

Consolidação de Contas de Entes Públicos - 4820 (Relatório divulgado/UNIDADE)	354.046,00	0,00	0,00	1.425.000,00	1.425.000,00	1,00
Gestão da Dívida Pública - 2077 (CONTRATO GERIDO/UNIDADE)	78,00	73,00	0,94	7.808.439,00	2.633.772,00	0,34
Gestão de Haveres da União - 2076 (haver gerido/R\$ milhão)	39.126,00	49.026,75	1,25	2.507.661,00	661.095,00	0,26
Gestão de Obrigações da União - 2075 (LEILÃO REALIZADO/UNIDADE)	189,00	201,00	1,06	2.558.386,00	769.804,00	0,30
Gestão Financeira e Contábil da União - 2074 (Resultado mensal elaborado/UNIDADE)	12,00	0,00	0,00	3.893.069,00	3.420.031,00	0,88
Implantação do Novo SIAFI - 3599 (SISTEMA IMPLANTADO/% de execução física)	1,00	0,50	0,50	500.000,00	0,00	0,00
Integralização de Cotas ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD - 0403 (-/-)	0,00	0,00	-	40.800.000,00	0,00	0,00
Integralização de Cotas da Agência Multilateral de Garantia ao Investimento - MIGA - 0545 (-/-)	0,00	0,00	-	1.470.000,00	0,00	0,00
Integralização de Cotas da Associação Internacional de Desenvolvimento - AID - 0544 (-/-)	0,00	0,00	-	101.300.000,00	81.284.500,00	0,80
Remuneração de Agentes Financeiros pela Gestão de Haveres da União - 6490 (CONTRATO GERIDO/UNIDADE)	10,00	10,00	1,00	1.420.623,00	1.420.623,00	1,00
Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI - 2086 (sistema mantido/UNIDADE)	1,00	1,00	1,00	123.493.278,00	121.034.259,00	0,98
Sistemas Informatizados da Secretaria do Tesouro Nacional - 2081 (sistema mantido/UNIDADE)	4,00	4,00	1,00	28.000.000,00	15.483.273,00	0,55
Índice médio geral de realização			0,70			0,54

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2007) Aperfeiçoamento das Atividades e Mecanismos de Gerenciamento da Dívida Pública - 1579 (sistema desenvolvido/% de execução física)	-	-	-	1.213.654,00	0,00	0,00

Relatório Anual de Avaliação

(RAP 2007) Gestão da Dívida Pública - 2077 (CONTRATO GERIDO/UNIDADE)	-	-	-	81.939,00	0,00	0,00
(RAP 2007) Gestão de Haveres da União - 2076 (haver gerido/R\$ milhão)	-	-	-	149.908,00	148.925,00	0,99
(RAP 2007) Gestão de Obrigações da União - 2075 (LEILÃO REALIZADO/UNIDADE)	-	-	-	307.388,00	282.701,00	0,92
(RAP 2007) Gestão Financeira e Contábil da União - 2074 (Resultado Mensal Elaborado/UNIDADE)	-	-	-	607.133,00	551.665,00	0,91
(RAP 2007) Remuneração de Agentes Financeiros pela Gestão de Haveres da União - 6490 (CONTRATO GERIDO/UNIDADE)	-	-	-	1.254.339,00	0,00	0,00
(RAP 2007) Sistemas Informatizados da Secretaria do Tesouro Nacional - 2081 (sistema mantido/UNIDADE)	-	-	-	286.872,00	285.872,00	1,00
Índice médio geral de realização						0,55

INDICADOR(ES)

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2008		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Fonte:						
Medidas corretivas necessárias: não houve índice previsto para 2011						

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa visa assegurar o alcance e a manutenção do equilíbrio fiscal das contas públicas do Governo Federal, por meio da otimização da arrecadação das receitas correspondentes aos haveres financeiros e mobiliários da União sob a responsabilidade do Tesouro, bem como da administração eficiente da dívida pública federal, de modo a proporcionar a obtenção do superávit primário estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), com a finalidade de assegurar a solvência do setor público federal. Além disso, visa garantir a administração do fluxo de caixa do Governo para custear a execução das suas atividades; apoiar e acompanhar o processo de ajuste fiscal dos entes federativos, em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal; elaborar o Balanço Geral da União e realizar a consolidação das Contas Públicas das três esferas de Governo; aperfeiçoar a programação financeira do Tesouro Nacional, por meio do gerenciamento da conta única, da avaliação dos gastos governamentais e do estabelecimento de normas sobre a execução orçamentária, financeira e contábil da administração pública, entre outras finalidades.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2008

PRINCIPAIS RESULTADOS HIERARQUIZADOS:

- 1 - R1 - Arrecadação de R\$ 49.026.747.750,00 em receitas de haveres da União;
- R2-Gestão de 73 contratos da dívida pública da União;
- R3 - Realização de 201 leilões de títulos da dívida pública.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Acima do esperado

JUSTIFICATIVA: Arrecadou-se 125,30 % do previsto para arrecadação de receitas de haveres, realizou-se 106,35% dos leilões previstos e o número de contratos da dívida geridos foi correspondente a 95,59% do previsto. Pela média dos resultados alcançados houve um alcance acima de 100% do previsto para 2008.

2. GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL

Objetivo Setorial Vinculado ao Programa: Assegurar a gestão equilibrada das contas públicas

GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL: Acima do esperado

JUSTIFICATIVA: O agravamento da crise financeira internacional ao longo de 2008 trouxe volatilidade ao mercado financeiro doméstico. No entanto, as melhorias alcançadas nos últimos anos no perfil do endividamento público fizeram com que a dívida fosse fator de estabilização do mercado, ao contrário do que aconteceu em crises passadas. Além disso, os robustos superávits fiscais realizados pelo Governo Federal permitiram ao Tesouro Nacional maior flexibilidade na administração da dívida pública. Assim, mesmo em um ano de tamanha turbulência internacional, o Tesouro Nacional logrou aumentar o prazo médio da dívida, diminuir os vencimentos no curto-prazo (12 meses) e manter praticamente estável a participação conjunta de títulos prefixados e indexados a preços, diminuindo assim os riscos de mercado e de refinanciamento do Governo.

Na área de investimentos podemos citar a criação, em 2007, do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC que instituiu uma agenda de investimentos nos eixos logístico, energético, social e urbano. Desde então, o PAC é supervisionado pela STN e tem contribuído para ampliação do investimento em infra-estrutura e para a eficiência do gasto público, mediante melhoria dos procedimentos de seleção, implementação e monitoramento dos projetos.

Já a condução da política fiscal Governo Federal traduziu-se, em 2008, em um superávit primário do Governo Central voltado para o cumprimento da meta estabelecida na LDO 2008, além de contemplar uma poupança adicional de 0,50% do PIB, poupança esta que se apresenta como um importante instrumento de fomento ao caráter anticíclico da política fiscal. A programação financeira, a partir dos comandos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e LDO-2008, permitiu que o esforço primário do Governo Central contribuísse para a diminuição do déficit nominal do Setor Público em níveis expressivos. De fato, o resultado nominal do setor público saiu de um déficit de 2,23% do PIB, em 2007, para 1,53% em 2008. Destaque-se que este resultado nominal foi superavitário durante o primeiro semestre do ano. Observou-se, também, significativa redução da Dívida Líquida do Setor Público em 6 pontos percentuais do PIB, passando esta de 42,0% ao final de 2007 para 36,0% em 2008.

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Não aplicável

JUSTIFICATIVA:

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Não

DIFICULDADES PARA AVALIAR A SATISFAÇÃO DO BENEFICIÁRIO: Apesar de não avaliar a satisfação de seus beneficiários, existem vários mecanismos de transparência/governança para a apresentação dos resultados aos beneficiários, são eles: Controle da Conta Única pelo SIAFI, Relatório bimestral da execução financeira, Relatório de Gestão Fiscal, LOA, LDO e LRF, Relatório mensal da Dívida Pública Federal, Relatório de Gestão do Tesouro, Controle dos haveres, Decretos de Programação Financeira, Balanço Geral da União, Resultado do Tesouro, incluindo o Resultado Primário, Ouvidoria e outros.

5. DESENHO DO PROGRAMA QUANTO AOS TEMAS TRANSVERSAIS (RAÇA, GÊNERO, PESSOA COM DEFICIÊNCIA E/OU CRIANÇA E JUVENTUDE)

OS TEMAS TRANSVERSAIS ESTÃO CONTEMPLADOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA? Não

6. MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sim

Ouvidoria: Apesar de funcionar como Ouvidoria do Ministério da Fazenda a mesma colhe e registra sugestões, críticas e dúvidas específicas da STN e essas demandas são respondidas.

Leilões públicos (leilões de títulos públicos abertos ao público) e Tesouro Direto (negociação de títulos do Governo Federal por meio do sítio da STN na Internet).

CONTRIBUIÇÕES DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA OS RESULTADOS DO PROGRAMA: Houve maior captação de recursos por meio do Tesouro Direto e o incremento da venda de títulos da dívida pública.

Gestão da Política de Regulação de Mercados

GERENTE DO PROGRAMA

Antônio Henrique Pinheiro Silveira

OBJETIVO

Avaliar e/ou propor marcos regulatórios e instrumentos de políticas públicas setoriais, voltadas ao crédito, ao abastecimento, à comercialização, à formação de estoques, à produção e ao consumo

PÚBLICO-ALVO

Agentes econômicos e cidadãos

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$4.483.428,00	Empenhado Liquidado: R\$3.422.102,00
	Pago Estatais: -
	Total: R\$3.422.102,00
Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Análise dos Reajustes de Preços e Tarifas de Serviços Públicos - 2069 (Análise realizada/UNIDADE)	18,00	17,00	0,94	57.151,00	29.633,00	0,52
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	1.546.874,00	1.394.935,00	0,90
Homologação e Acompanhamento de Promoções e Sorteios com Fins Comerciais - 2387 (EVENTO ACOMPANHADO/UNIDADE)	260,00	407,00	1,57	304.909,00	139.680,00	0,46
Regulação de Atividades Econômicas em Moldes Concorrenciais - 2068 (Manifestação realizada/UNIDADE)	116,00	80,00	0,69	563.647,00	463.679,00	0,82
Sistema Informatizado da Secretaria de Acompanhamento Econômico - 2084 (sistema mantido/UNIDADE)	1,00	1,00	1,00	2.010.847,00	1.394.175,00	0,69
Índice médio geral de realização			1,05			0,68

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização

Relatório Anual de Avaliação

(RAP 2007) Análise dos Reajustes de Preços e Tarifas de Serviços Públicos - 2069 (Análise realizada/UNIDADE)	-	-	-	826,00	0,00	0,00
(RAP 2007) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	225.864,00	189.937,00	0,84
(RAP 2007) Regulação de Atividades Econômicas em Moldes Concorrenciais - 2068 (Manifestação realizada/UNIDADE)	-	-	-	95.315,00	9.352,00	0,10
(RAP 2007) Sistema Informatizado da Secretaria de Acompanhamento Econômico - 2084 (sistema mantido/UNIDADE)	-	-	-	64.606,00	42.196,00	0,65
Índice médio geral de realização			-			0,40

INDICADOR(ES)

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2008		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Fonte:						
Medidas corretivas necessárias: não houve índice previsto para 2011						

CONTEXTUALIZAÇÃO

Deficiência dos instrumentos de gestão e regulação voltados para diversos segmentos econômicos, marcos regulatórios e legais inadequados ao ambiente de mercado concorrencial e falhas de mercado relativas ao abastecimento, produção e comercialização dos produtos. Necessidade de consolidação da cultura da concorrência no Brasil.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2008

PRINCIPAIS RESULTADOS HIERARQUIZADOS:

1 - É importante destacar os excelentes resultados alcançados em 2008 pelo Programa gerenciado pela Seae, o qual viabilizou a redução, em última instância, das tarifas e preços públicos. Com relação aos preços não-administrados, o Programa também beneficia a redução de preços ao consumidor, pois uma política de defesa da concorrência efetiva aliada à existência de marcos regulatórios estáveis e consistentes contribui significativamente para o equilíbrio macroeconômico com a recuperação e sustentação do crescimento da renda, do trabalho e do emprego e para a criação de um ambiente econômico que favoreça os investimentos privados.

O Programa de Gestão da Política de Regulação de Mercados tem por objetivo a constante atualização dos instrumentos de gestão e regulação voltados para diversos segmentos econômicos e a avaliação sistemática de marcos regulatórios e legais que possam estar inadequados ao ambiente de mercado concorrencial ou que possam permitir a ocorrência de falhas de mercado relativas ao abastecimento, produção e comercialização dos produtos.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Dentro do esperado

JUSTIFICATIVA: Durante o ano de 2008, o Programa apresentou resultados satisfatórios e eficientes em praticamente todas as ações, com exceção da ação 2068 – Regulação de Atividades Econômicas em Moldes Concorrenciais que teve a meta cumprida em apenas 69%. Por outro lado, a ação 2387 – Homologação e Acompanhamento de Promoções e Sorteios com Fins Comerciais superou a meta em 57% e a meta 2069 – Análise dos Reajustes de Preços e Tarifas de Serviços Públicos atingiu 94% do previsto, além do menor dispêndio de recursos do que o inicialmente previsto para todas as ações.

A ação Análise dos Reajustes de Preços e Tarifas de Serviços Públicos que visa a estruturar regras adequadas para a fixação e o reajuste de tarifas, a SEAE atingiu 94% da meta física. Realizou 17 análises das 18 inicialmente previstas para a ação colocada como meta. Cabe esclarecer que a SEAE recebeu 17 pedidos de análise dos 18 pedidos inicialmente programados, dos quais todos foram analisados e expedidos aos beneficiários.

A ação de Regulação de Atividades Econômicas em Moldes Concorrenciais objetiva regular atividades de prestação de serviços públicos e de infra-estrutura, de comércio e serviços e do setor industrial, visando a aumentar a eficiência econômica, sem comprometer a concorrência. A SEAE trabalha no sentido de identificar falhas em estruturas regulatórias vigentes, com o propósito de remover entraves desnecessários e nocivos à concorrência. Em 2008, a SEAE atingiu 69% da meta física inicialmente prevista para a ação. Em 2007, o programa das zonas de processamento de exportações suscitou grande interesse do congresso e resultou na apresentação de 40 projetos de lei visando à criação desse tipo de zonas especiais de comércio nos municípios de interesse dos congressistas. Esse tema concentrava grande parte das manifestações nesta Secretaria. Com a troca do Dirigente Máximo nesta Secretaria, no início do segundo semestre, esse assunto foi transferido para as competências da SPE. Em virtude da retirada desse grande número de projetos sobre um único tema, a meta previamente estabelecida não foi atingida.

Com relação à ação 2387 - Homologação e Acompanhamento de Promoções e Sorteios Com Fins Comerciais, a SEAE superou em 57% a meta física inicialmente prevista. Isso se deve, em grande parte, à expressiva ampliação das autorizações de promoções coletivas, principalmente para os Shopping Centers, que por meio da entrada em vigor, em 19 de fevereiro de 2008, da Portaria nº 41, que regulamenta as promoções comerciais no país, teve mais bem desobstruída esta questão, dando ensejo a superação da meta.

2. GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL

Objetivo Setorial Vinculado ao Programa: Assegurar a estabilidade da política econômica

GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL: Acima do esperado

JUSTIFICATIVA: Os impactos sócio-econômicos das operações da SEAE se refletem na Diretriz Estratégica traçada pelo Presidente da República relativa à Consolidação da Estabilidade Econômica com Crescimento Sustentável, seguindo o Macroobjetivo da Criação de um Ambiente Macroeconômico Favorável ao Crescimento Sustentável, traduzido pelas baixas taxas de inflação no país, permitindo a manutenção do poder de compra da moeda, beneficiando consumidores e agentes econômicos.

Uma política de defesa da concorrência efetiva aliada à existência de marcos regulatórios estáveis e consistentes contribui significativamente para o equilíbrio macroeconômico com a recuperação e sustentação do crescimento da renda, do trabalho e do emprego e para a criação de um ambiente econômico que favoreça os investimentos privados e promova o desenvolvimento sustentável.

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Acima do esperado

JUSTIFICATIVA: A Seae considera de fundamental importância para a adequada execução de suas atividades a interface com a sociedade, seja para fins de prestação de contas ou para melhor esclarecê-la sobre dúvidas pontuais. Um canal de comunicação privilegiado nesse âmbito é a existência de um serviço de e-mail institucional pelo qual os cidadãos podem consultar a Secretaria sobre absolutamente qualquer assunto. O serviço de e-mail institucional existe na Secretaria desde 1999. A SEAE dispõe, no Gabinete, de um assessor institucional encarregado das relações da Secretaria com a imprensa e com a sociedade. Um índice de atendimento de 100% das demandas em 2008 implica um adequado tratamento às demandas da sociedade, tal qual a Secretaria planejou.

No ano de 2008 a Ouvidoria da SEAE recebeu 30 mensagens (Denúncias, reclamações, solicitações, dúvidas e elogios), todas foram solucionadas em tempo hábil. Para aprimorar o atendimento prestado pelos ouvidores do MF, a Ouvidoria-Geral implementou recentemente um novo sistema de recepção de mensagens. O trabalho do Ouvidor setorista é realizado em parceria com a Ouvidoria-Geral do Ministério da Fazenda, pois, envolve um compromisso institucional de todos os ouvidores, de se pautarem nos princípios de atendimento e na satisfação dos usuários. O ouvidor acompanha todos os processos, até a solução final, seja com o atendimento ou com os esclarecimentos necessários de cada demanda. Busca a credibilidade junto ao cidadão, por meio da eficiência no cumprimento do seu papel, seguindo os princípios do sigilo e reserva das informações, da agilidade, da transparência de suas ações e da isenção no trato das questões.

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Não

DIFICULDADES PARA AVALIAR A SATISFAÇÃO DO BENEFICIÁRIO: A satisfação do beneficiário é muito difícil de ser aferida dadas as características do Programa gerenciado pela Secretaria, cujas atividades trazem impactos sócio-econômicos de forma generalizada no âmbito da Sociedade.

5. DESENHO DO PROGRAMA QUANTO AOS TEMAS TRANSVERSAIS (RAÇA, GÊNERO, PESSOA COM DEFICIÊNCIA E/OU CRIANÇA E JUVENTUDE)

OS TEMAS TRANSVERSAIS ESTÃO CONTEMPLADOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA? Não

6. MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sim

Ouvidoria: No ano de 2008 a Ouvidoria da SEAE recebeu 30 mensagens (Denúncias, reclamações, solicitações, dúvidas e elogios), todas foram solucionadas em tempo hábil. Para aprimorar o atendimento prestado pelos ouvidores do MF, a Ouvidoria-Geral implementou recentemente um novo sistema de recepção de mensagens. O trabalho do Ouvidor setorista é realizado em parceria com a Ouvidoria-Geral do Ministério da Fazenda, pois, envolve um compromisso institucional de todos os ouvidores, de se pautarem nos princípios de atendimento e na satisfação dos usuários. O ouvidor acompanha todos os processos, até a solução final, seja com o atendimento ou com os esclarecimentos necessários de cada demanda. Busca a credibilidade junto ao cidadão, por meio da eficiência no cumprimento do seu papel, seguindo os princípios do sigilo e reserva das informações, da agilidade, da transparência de suas ações e da isenção no trato das questões.

O aludido canal possibilita a análise de críticas e sugestões a respeito dos assuntos abordados pela SEAE, constituindo um valioso instrumento para a solução de problemas e de conflitos organizacionais, tanto de caráter interno como de natureza externa, por outro lado, de forma efetiva para o processo de melhoria permanente do atendimento e das expectativas dos usuários internos e servidores.

Consulta Pública: A SEAE costuma colocar em consulta pública minutas de legislação a serem adotadas, previamente à sua adoção.

Reunião com grupos de interesse: A SEAE promove reuniões com variados grupos de interesse relacionados à atuação da Secretaria

Discussão em Conselho Setorial: A SEAE tem participação em vários Conselhos setoriais para a definição de políticas públicas

Um canal de comunicação privilegiado é a existência de um serviço de e-mail institucional pelo qual os cidadãos podem consultar a Secretaria sobre qualquer assunto, por meio do qual foram respondidos no ano de 2008 um total de 1.555 mensagens eletrônicas.

CONTRIBUIÇÕES DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA OS RESULTADOS DO PROGRAMA: A Seae vem dando atenção à evolução do grau de participação da sociedade no Programa. Nesse sentido, a Secretaria possui um e-mail institucional para recebimento de sugestões, questionamentos e denúncias por parte do cidadão/usuário, por meio do qual foram respondidos no ano de 2008 um total de 1.555 mensagens eletrônicas. Esse fator permite à Secretaria conhecer as expectativas da sociedade e, dessa forma, promover melhoria em suas atividades.

Relatório Anual de Avaliação

Gestão da Política Econômica

GERENTE DO PROGRAMA

Nelson Henrique Barbosa Filho

OBJETIVO

Formular, propor e monitorar medidas de política econômica nas áreas fiscal, monetária, industrial, agrícola, tarifária, do setor externo, do mercado de trabalho e do mercado de capitais

PÚBLICO-ALVO

Governo e sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$11.305.887,00	Empenhado Liquidado: R\$7.447.110,00 Pago Estatais: - Total: R\$7.447.110,00
Previsto não orçamentário R\$13.653.000.000,00	Realizado não orçamentário R\$13.110.272.080,00

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Assistência Técnica em Assuntos Internacionais - 4479 (negociação realizada/UNIDADE)	246,00	246,00	1,00	1.412.903,00	821.448,00	0,58
Crédito Facilitado para Trabalhadores - 9A90 (Empréstimo efetuado/R\$ milhão)	2.920.926,00	2.344.614,00	0,80	13.653.000.000,00	13.110.272.080,00	0,96
Exercício da Presidência do G-20 em 2008 - 8883 (EVENTO REALIZADO/UNIDADE)	3,00	3,00	1,00	6.060.720,00	4.428.813,00	0,73
Formulação e Coordenação de Políticas Econômicas - 2066 (Nota emitida/UNIDADE)	150,00	150,00	1,00	1.735.602,00	1.378.992,00	0,79
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	1.096.662,00	817.857,00	0,75
Produção e Disseminação de Informações, Estudos e Pesquisas - 8198 (Informação disseminada /UNIDADE)	1,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00
Índice médio geral de realização			0,76			0,64

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização

(RAP 2007) Assistência Técnica em Assuntos Internacionais - 4479 (negociação realizada/UNIDADE)	-	-	-	4.599,00	1.092,00	0,24
(RAP 2007) Formulação e Coordenação de Políticas Econômicas - 2066 (Notas emitidas/UNIDADE)	-	-	-	2.097.468,00	1.448.135,00	0,69
(RAP 2007) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	26.146,00	21.330,00	0,82
Índice médio geral de realização			-			0,58

INDICADOR(ES)

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2008		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Fonte:						
Medidas corretivas necessárias: não houve índice previsto para 2011						

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os desequilíbrios da economia brasileira nos últimos anos conduzem à necessidade de uma reorientação da política econômica com o objetivo de promover a retomada do desenvolvimento sustentado. Questões relativas à distribuição de renda, ao desemprego, à taxa de inflação, ao desequilíbrio fiscal e à vulnerabilidade externa, já apontados nas Orientações Estratégicas de Governo do Plano Plurianual 2004-2007 (PPA), demandam, para seu equacionamento, uma abordagem econômica que respeite as reais disponibilidades orçamentárias e a maximização dos recursos alocados. Para tal, é necessário um enfoque econômico com uma articulação harmônica de políticas, de médio e longo prazos, adequadas aos objetivos estabelecidos no PPA. A implementação e a coordenação de medidas adequadas são fundamentais para a superação desses desafios e imprescindíveis para uma correta alocação dos recursos - os quais são escassos - e, em última instância, para se atingir a efetividade das políticas públicas. A experiência acumulada pela SPE, sua competência legal e a sinergia com os demais órgãos de governo a habilitam para implementar este Programa. As ações da SPE voltadas para o suprimento de instrumentos econômicos adequados à verificação da efetividade das políticas públicas e à eventual correção de desvios identificados favorecerão resultados positivos, tanto no médio como no longo prazo.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2008

PRINCIPAIS RESULTADOS HIERARQUIZADOS:

1 - Flexibilização do uso da TR Lei 11.434/2006; Regulamentação do desconto em folha do financiamento imobiliário Decreto 5892/2006; Redução do IPI em produtos da construção civil Decretos 5697 e 5905/2006; Aperfeiçoamento do instrumento seguro rural; Aperfeiçoamento da PIS/CONFINS sobre título agrícola; Regulamentação de banco de dados de proteção ao crédito PL 5.870/2005; Redução da taxa dos Fundos Constitucionais Decreto 5.951/2006; Portabilidade do crédito (Isenção do IOF e CPMF) Portaria MF 301/2006 e MP 340/2007; Aperfeiçoamento da conta salário CMN 3.402/06 e 3.424/06, Incentivo ao investimento estrangeiro em título público Lei 11.312/2006; Redução do custo do investimento no setor imobiliário Decretos 5.697/2006 e 5.905/2006; Redução do risco ao mutuário MP 321/2006; Elevação da segurança do financiamento imobiliário Decreto 5.892/2006; Redução a zero a alíquota do IR sobre os rendimento auferido no resgate de cotas dos Fundos de Investimento por investidor estrangeiro Lei 11.312/2006; Lei Complementar regulamentando mercado de resseguros PLP 249/2006; Aperfeiçoamento do procedimento de execução por título extrajudicial Lei 11.382/2006; Lei Complementar 123/2006 - SIMPLES Nacional; Elaboração de projeção do resultado fiscal do governo; Consolidação dos subsídios explícitos no Orçamento da União; Cálculo dos subsídios implícitos; Elaboração de nota técnica sobre questões de ordem fiscal.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Dentro do esperado

JUSTIFICATIVA: Os resultados não foram hierarquizados, uma vez que não é possível estabelecer um critério de importância relativa das ações e de seus resultados.

No entanto, todos os resultados obtidos a partir das ações do Programa Gestão da Política Econômica durante o ano de 2008, embora não esgotem todos os aspectos dos temas escolhidos para serem reestruturados, concorreram para o adequado encaminhamento das soluções a que se propuseram.

No que diz respeito às atividades de assessoria econômica, os trabalhos efetuados contribuíram para que as autoridades do governo, em particular, do Ministério da Fazenda, se mantivessem informadas sobre o desempenho da economia e as alternativas de políticas passíveis de implementação no curto prazo.

2. GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL

Objetivo Setorial Vinculado ao Programa: Assegurar a gestão equilibrada das contas públicas

GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL: Dentro do esperado

JUSTIFICATIVA: A SPE elabora acompanhamento Sistemático dos indicadores fiscais e contribui para a definição de diretrizes da Política Fiscal.

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Não aplicável

JUSTIFICATIVA:

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Não

DIFICULDADES PARA AVALIAR A SATISFAÇÃO DO BENEFICIÁRIO: Não cabe avaliação uma vez que o beneficiário direto é o Minsitro da Fazenda.

5. DESENHO DO PROGRAMA QUANTO AOS TEMAS TRANSVERSAIS (RAÇA, GÊNERO, PESSOA COM DEFICIÊNCIA E/OU CRIANÇA E JUVENTUDE)

OS TEMAS TRANSVERSAIS ESTÃO CONTEMPLADOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA? Não

6. MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Não

DIFICULDADES PARA IMPLEMENTAÇÃO DE MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL: O Programa da SPE classifica-se, segundo a metodologia do PPA, como programa de Gestão de Políticas Públicas. Trata-se com efeito de um programa que congrega ações de natureza meio, i.e., atividades de formulação de políticas, elaboração de análises econômicas etc. Desse modo, a participação social atinente às atividades da SPE é realizada por meio dos questionamentos às diretrizes de política econômica, explicitados por intermédio da Ouvidoria do MF, que incluem sugestões para o aperfeiçoamento de algumas medidas e correção de rumos. Essas manifestações da sociedade são cuidadosamente avaliadas pela SPE.

Relatório Anual de Avaliação

Gestão das Políticas Monetária, Cambial e de Crédito

GERENTE DO PROGRAMA

Mário Magalhães Carvalho Mesquita

OBJETIVO

Assegurar o cumprimento das metas para a inflação definidas pelo Governo Federal

PÚBLICO-ALVO

Governo Federal e sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$10.916.382,00	Empenhado Liquidado: R\$8.880.086,00
	Pago Estatais: -
	Total: R\$8.880.086,00
Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - 4572 (SERVIDOR CAPACITADO/UNIDADE)	2.030,00	2.092,00	1,03	2.600.000,00	2.207.690,00	0,85
Formulação e Gerenciamento da Política Monetária, Cambial e de Crédito - 2098 (Relatório publicado/UNIDADE)	4,00	4,00	1,00	7.250.001,00	6.133.706,00	0,85
Publicidade de Utilidade Pública - 4641 (-/-)	0,00	0,00	-	1.066.381,00	538.690,00	0,51
Índice médio geral de realização			1,02			0,73

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2007) Formulação e Gerenciamento da Política Monetária, Cambial e de Crédito - 2098 (Norma publicada/UNIDADE)	-	-	-	5.419,00	0,00	0,00
Índice médio geral de realização			-			0,00

INDICADOR(ES)

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2008		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Varição do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA - PERCENTAGEM	9,300	31/12/2003	5,900	12/2008	0,000	Alta

Fonte: IBGE

Medidas corretivas necessárias:

CONTEXTUALIZAÇÃO

A estabilidade de preços preserva o poder de compra da moeda para todos os agentes da sociedade, tornando as oportunidades mais igualitárias. A redução da incerteza quando às flutuações de preço, que leva à perda do poder aquisitivo da moeda, favorece a realização de transações com maior segurança. A estabilidade viabiliza também os contratos e o planejamento de longo prazo, fundamentando o crescimento sustentável e a redução das taxas de juros de longo prazo.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2008

PRINCIPAIS RESULTADOS HIERARQUIZADOS:

1 - (1) A gestão da política monetária ao longo do ano permitiu a redução da inflação e a ancoragem das expectativas concomitante à flexibilização das taxas de juros. Assim, em 2008, deu-se continuidade ao ciclo de flexibilização das taxas de juros iniciado em exercícios anteriores. A taxa de juros básica, apesar da crise financeira internacional, situou-se em 13,75% a.a. ao final do exercício.

Apesar dos choques sofridos pela economia ao longo de 2008, a inflação acumulada ficou dentro do intervalo estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) pelo quinto ano consecutivo. Especificamente, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou variação de 5,90% no ano até dezembro, situando-se dentro do intervalo fixado pelo CMN, de 2,5% a 6,5%, com o centro da meta em 4,5%.

O volume total de crédito do sistema financeiro nacional atingiu R\$ 1.227,4 bilhões em dezembro de 2008, registrando expansão de 31,1% em doze meses. Tal volume foi equivalente a 41,3% do PIB, comparativamente à proporção de 34,2%, alcançada ao final de 2007.

No que diz respeito às taxas de juros praticadas, a incerteza originada nos mercados internacionais contribuiu para sua elevação. A taxa média nas principais modalidades de crédito com recursos livres apresentou elevação de 9,4 p.p., situando-se em 43,2% a.a. em dezembro. Nas operações com pessoas físicas, a taxa alcançou 58% a.a., enquanto que no segmento de pessoas jurídicas, 30,7% a.a. Por sua vez, o spread bancário atingiu 30,6% a.a., 8,3 p.p. acima do verificado em 2007.

Foram registrados ingressos líquidos de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) de US\$45,1 bilhões, nível recorde para a série histórica compilada desde 1947. Esse montante foi equivalente a 2,84% do PIB, distribuído de forma equilibrada entre diversos setores da atividade econômica.

O resultado do balanço de pagamentos no ano foi positivo em US\$3 bilhões, enquanto as transações correntes apresentaram déficit de US\$28,3 bilhões, equivalentes a 1,78% do PIB. O superávit comercial atingiu US\$24,7 bilhões em 2008, constituindo fonte relevante de financiamento do balanço de pagamentos.

A corrente de comércio registrou valor recorde de US\$371,1 bilhões, resultado de exportações de US\$197,9 bilhões e importações de US\$173,2 bilhões, representando crescimentos de 23,2% e de 43,6%, respectivamente, em relação a 2007.

No que se refere aos investimentos estrangeiros em Ações, ocorreram remessas líquidas de US\$7,6 bilhões no período analisado, com destaque para o expressivo volume negociado em bolsa no País, US\$436,4 bilhões, o que significou crescimento de 109,2% em relação a 2007. Por sua vez, os investimentos estrangeiros líquidos em títulos de renda fixa somaram US\$6,8 bilhões e contrabalançaram em grande parte a saída de investimentos em Ações. Ressalte-se, contudo, o volume significativo de amortizações líquidas de títulos de curto prazo no último trimestre do ano, resultado da retração de crédito externo.

Ao final do primeiro semestre, as reservas internacionais superaram o patamar recorde de US\$200 bilhões. Nesse período, o Banco Central comprou US\$15,2 bilhões no mercado interno, e a taxa de câmbio se apreciou 10,1% em relação ao dólar norte-americano. Durante o segundo semestre, devido à reversão do cenário econômico internacional e a consequente retração da liquidez internacional, o Banco Central passou a prover recursos ao mercado, tendo vendido, em termos líquidos, US\$7,6 bilhões, no mercado interno à vista.

A política de acumulação de reservas internacionais contribuiu não só para que o Brasil atingisse grau de investimento, na avaliação das agências de classificação de risco, mas também viabilizou acordo de swap recíproco de moedas com o banco central dos Estados Unidos da América (EUA), no valor de US\$30 bilhões, anunciado em outubro.

(2) Capacitação de Servidores Públicos Federais

A Unibacen ofereceu, em 2008, de 5.889 oportunidades de treinamento. Principais realizações:

Ação Capacitação de Servidores Públicos Federais:

O DGEEx, Programa de Formação e Desenvolvimento de Competências Gerenciais, ofereceu mais quatro turmas presenciais a executivos do nível tático. No nível estratégico, o DGEEx teve sua primeira Ação internacional, num evento ministrado pelo consultor especializado em governança e gestão de bancos centrais, John Mendzela.

Projeto Idiomas – Alinhamento concentrado de competências em domínio de Inglês e Espanhol. Total de 984 oportunidades de treinamento;

A UniBacen concluiu o MBA em Gestão Contemporânea II (parceria com a FGV – 36 alunos) e o MBA em Educação a Distância (parceria com o SENAC – 33 alunos);

35 servidores foram afastados, ao amparo do Programa de Pós-Graduação (PPG), para a realização de mestrados e doutorados, em áreas de interesse da instituição;

No Programa de Incentivo à Primeira Graduação foram ofertadas, em 2008, 164 oportunidades;

Curso de ambientação e formação para 94 novos servidores do Banco Central (Amfor 2008)

Realizadas 04 turmas para consolidação do módulo Gestão Financeira Pessoal, além de palestras internas e externas. Duas dessas turmas tiveram como público-alvo professores da UNESP e da rede pública do Distrito Federal. Ao todo foram 81 oportunidades de treinamento ofertadas;

Projeto Gestão por Competências no Banco Central, foi desenvolvido, em todas as regionais, o Curso de Desenvolvimento de Gestores para Inventário de Competências. Foram capacitados cerca de 950 gerentes das áreas da Fiscalização e de Administração;

Cooperação e Intercâmbio – em agosto de 2008, a UniBacen promoveu, em parceria com o Denor, a Secre e a Difis, o “Curso para Gestores e Dirigentes de Procon’s”, na Academia Nacional de Polícia, em Brasília ;

(3) Publicidade de Utilidade Pública:

Realizadas as seguintes campanhas:

Campanha de divulgação sobre a Declaração de Capitais Brasileiros no Exterior, que consiste em um levantamento estatístico que o Banco Central faz anualmente junto às pessoas físicas e jurídicas residentes, domiciliadas ou com sede no País que possuem recursos financeiros mantidos fora do território nacional.

Campanha sobre o novo sistema Bacen Jud 2.0., que teve por objetivo informar aos magistrados as novas funcionalidades, bem como aumentar o número de juízes que utilizam o sistema, evitando assim o trânsito de papéis, dando mais segurança e rapidez no cumprimento das ordens judiciais.

Campanha de divulgação de “Serviços ao Cidadão” da página da internet do Banco Central.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Dentro do esperado

JUSTIFICATIVA: O Programa 0771 (Gestão das Políticas Monetária, Cambial e de Crédito) tem por objetivo assegurar o cumprimento das metas para a inflação definidas pelo Conselho Monetário Nacional. O indicador do Programa é a “Variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA”, mensurado pela Fundação IBGE, no ano civil. A meta estabelecida para 2008, em junho de 2006, foi 4,5%, com intervalo de tolerância de 2 p.p. A variação acumulou 5,90% no ano. Como o indicador se encontra dentro da

meta estabelecida, entende-se que o alcance de resultados está entre 80 e 100%.

2. GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL

Objetivo Setorial Vinculado ao Programa: Assegurar a estabilidade da política econômica

GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL: Acima do esperado

JUSTIFICATIVA: O Programa 0771 (Gestão das Políticas Monetária, Cambial e de Crédito) tem por objetivo assegurar o cumprimento das metas para a inflação definidas pelo Conselho Monetário Nacional. O indicador do Programa é a “Variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA”, mensurado pela Fundação IBGE, no ano civil. A meta estabelecida para 2008, em junho de 2006, foi 4,5%, com intervalo de tolerância de 2 p.p. A variação acumulou 5,90% no ano. Assim sendo, como a estabilidade macroeconômica se reflete no índice de cumprimento das metas para inflação definidas pelo Conselho Monetário Nacional, entende-se que o Programa cumpriu plenamente com seu objetivo.

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Dentro do esperado

JUSTIFICATIVA: O indicador do Programa é a Variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), mensurado pela Fundação IBGE, no ano civil. A meta estabelecida para 2008, em junho de 2006, foi 4,5%, com intervalo de tolerância de + ou - 2 p.p. A variação acumulou 5,90% no ano. Como a manutenção da inflação próxima à meta fixada, por parte do Programa de Gestão das Políticas Monetária, Cambial e de Crédito, contribui para a consolidação de um ambiente macroeconômico favorável em horizontes mais longos, o que por sua vez beneficia o crescimento sustentável da economia e reduz as disparidades na distribuição da renda, cuja grande beneficiada é a sociedade brasileira, entende-se que, em função do resultado do IPCA obtido, o alcance em termos de público-alvo situa-se entre 80 e 100%.

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Sim

GRAU DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO: Muito Satisfeito

JUSTIFICATIVA: O Conselho Monetário Nacional, constituído pelos Ministros da Fazenda, do Planejamento e pelo Presidente do Banco Central, define uma meta para a inflação que considera, como representantes do governo eleito, a mais adequada para a sociedade no horizonte em questão. Nesse processo é escolhido um índice que seja de conhecimento geral e domínio público, e a meta é divulgada publicamente, de sorte que o cumprimento da meta de inflação pela autoridade monetária representa o alcance do grau de satisfação máximo da política.

MECANISMOS UTILIZADOS E CONSEQÜÊNCIAS PARA O APERFEIÇOAMENTO DO PROGRAMA: A avaliação é pública, dado que todas as informações são transparentes, tanto a meta estabelecida quanto a taxa de inflação alcançada. Trata-se de programa com maior facilidade de verificação de atendimento.

No caso de a economia sofrer um choque que resulte em que a busca pela meta para a inflação estabelecida pelo CMN, que representa o governo, que por sua vez é o representante legítimo da sociedade, implique em sacrifício considerado excessivo, comparativamente à estabilidade macroeconômica que proporciona, o CMN pode alterá-la. Considerando que isso não foi realizado, depende-se que o resultado da política foi bastante satisfatório. Há que se considerar também o cenário internacional em que a economia brasileira transitou neste ano.

5. DESENHO DO PROGRAMA QUANTO AOS TEMAS TRANSVERSAIS (RAÇA, GÊNERO, PESSOA COM DEFICIÊNCIA E/OU CRIANÇA E JUVENTUDE)

OS TEMAS TRANSVERSAIS ESTÃO CONTEMPLADOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA? Sim

FORMA DE ABORDAGEM DOS TEMAS TRANSVERSAIS:

Pessoa com Deficiência: Em obediência ao Decreto 5.296/2004, o sítio internet do Banco Central foi adaptado aos princípios de acessibilidade, o que permite aos usuários com deficiência visual acessar grande parte de suas páginas. Foram incluídas regras de acessibilidade no padrão de desenvolvimento de sistemas da instituição, de forma que todos os sistemas desenvolvidos no Banco Central passassem a atender aos referidos princípios. O Banco Central, juntamente com o Conselho Monetário Nacional determinou que as instituições financeiras dêem tratamento adequado ao portador de necessidades especiais. A Circular BCB 3369 dispõe acerca da comprovação do cumprimento dos requisitos de acessibilidade previstos no Decreto nº 5.296, de 2004, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Criança e Juventude: O Programa de Educação Financeira do Banco Central, conduzido pela parceria Depes/UniBacen e Secre/Surel, procura contribuir para o êxito da Estratégia Nacional de Educação Financeira, política governamental que vem sendo desenvolvida por grupo de trabalho instituído pelo Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiros, de Capitais, de Seguros, de Previdência Complementar e Capitalização (Coremec), do qual fazem parte o Banco Central, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Superintendência de Seguros Privados (Susep) e a Secretaria de Previdência Complementar (SPC). O Banco Central mantém o Programa de Educação Financeira (PEF), com a finalidade de promover a difusão de conhecimento relacionado a áreas de economia e de finanças. Como parte desse Programa, no projeto BC e Universidade, de acordo com o indicador de gestão denominado: Número de estudantes presentes nas palestras do BC e Universidade, foram promovidas 11 palestras para cerca de 9.718 universitários, em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo. As apresentações de Brasília foram transmitidas, via TV institucional, para os auditórios das regionais do Banco em Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife e Salvador, e abertas ao público. Outra iniciativa do PEF, o projeto Museu-Escola, de acordo com o indicador de gestão denominado 'Número de visitantes atendidos pelo projeto Museu-Escola levou 15.847 estudantes ao Museu de Valores, em Brasília. Nas visitas monitoradas, os alunos dos ensinos fundamental, médio e superior recebem noções de economia, de história do dinheiro e de conservação de cédulas e moedas.

6. MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sim

Ouvidoria: O atendimento ao público consiste na prestação de informações sobre as atividades do BC e o funcionamento do Sistema Financeiro Nacional e seus agentes e na recepção de denúncias e reclamações contra instituições fiscalizadas pelo Banco Central. Em seqüência ao processo de reformulação do atendimento ao público iniciado no ano de 2005, foram concluídas as providências para a centralização, no Departamento de prevenção a ilícitos financeiros e de atendimento de demandas de informações do sistema financeiro do Banco Central (Decic), de todas as etapas do processo de atendimento de denúncias e reclamações contra instituições fiscalizadas pelo BC. O atendimento aos pedidos de informação permanece como atribuição da Secretaria de Relações Institucionais (Secre/Surel). Em 2008, o Banco Central prestou 322.574 atendimentos ao público, dos quais 233.734 foram pedidos de informação, 76.486 denúncias e 12.354 reclamações contra instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional. Especificamente, a Ouvidoria do Banco Central, que tem por finalidade receber elogios, sugestões e reclamações com relação à atuação da Autarquia, participou de Ações voltadas para a melhoria do relacionamento com o cidadão. Dentre elas, destacam-se: o aprimoramento do Sistema de Registro de Denúncias e Reclamações (RDR) e a instalação de totens da Ouvidoria nas representações regionais do Banco Central. Parte das Ações destinou-se a divulgar e consolidar esses serviços junto à sociedade, particularmente aos órgãos de defesa do consumidor. Esse trabalho acarretou aumento das demandas encaminhadas à Ouvidoria, que passaram de 2.695 em 2007 para 3.892 em 2008. Do total de demandas recebidas em 2008, 10% foram elogios, o que representa aumento do grau de satisfação dos cidadãos com os serviços prestados pelo Banco Central.

Audiência Pública: O Presidente do Banco Central comparece a audiências públicas demandadas pelo Congresso Nacional, e especificamente pelas comissões temáticas pertinentes às questões econômicas, e apresenta avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, cambial e de crédito, e do respectivo impacto e custo fiscal e dos resultados demonstrados em seus balanços.

Principais feitos em 2008: Acompanhamento e assessoramento aos dirigentes do Bacen em 10 audiências públicas, sabatinas e outros eventos realizados no Poder Legislativo. Agendamento, recepção e acompanhamento a 91 audiências concedidas a parlamentares pela Diretoria Colegiada e Unidades do Banco Central. Atendimento a 135 consultas formuladas pelo Ministério da Fazenda. Atendimento a 45 solicitações da Diretoria Colegiada e Unidades do BC, acerca de publicações e temas tratados pelo Poder Legislativo

Reunião com grupos de interesse: O Banco Central mantém interação direta e constante, que envolve reuniões e organização de seminários, com inúmeros grupos de interesse da sociedade brasileira, em especial com os cidadãos, usuários do sistema financeiro nacional, comunidade acadêmica, representantes de instituições financeiras e investidores. Cabe assinalar também a interação com grupos de interesse de órgãos públicos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário das esferas Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal.

Principais feitos em 2008: Acompanhadas, no Poder Legislativo, 600 proposições em tramitação relacionadas à área de atuação do Bacen. Acompanhamento de 3.500 sessões plenárias e reuniões de comissões na Câmara, Senado e Congresso Nacional. Elaboração de 40 edições da "Posição BC", contendo a situação das matérias pautadas no Congresso Nacional e a posição do Bacen com relação a essas matérias.

Acervo cultural e numismático:

O Banco Central possui um acervo de obras de arte de grande relevância no patrimônio artístico nacional. A Galeria de Arte e o Museu de Valores do Banco Central tiveram o horário de funcionamento ampliado nos fins de semana e feriados, das 14h às 18h. Na galeria, continua a exposição "O Óleo e o Ácido", com 70 obras de pintura e gravuras, de importantes artistas brasileiros do século XX, como Alfredo Volpi, Di Cavalcanti e Tarsila do Amaral, que integram seu acervo. Em 2008, 2.846 pessoas visitaram a Galeria de Arte. Média de 237 visitantes por mês.

O Banco Central também concebe e realiza exposições do acervo do Museu de Valores, atendendo ainda a solicitações de outras instituições, como embaixadas, para a divulgação do patrimônio histórico-numismático de seus países. Em 2008, 24.332 pessoas visitaram o Museu de Valores. Média de 2.027 visitantes por mês. Destaque também para o projeto museu escola, que atendeu a 15.847 estudantes.

CONTRIBUIÇÕES DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA OS RESULTADOS DO PROGRAMA: Em 2008, foram realizados 111 eventos. Destaque para: III Seminário sobre Riscos, Estabilidade Financeira e Economia Bancária do Banco Central do Brasil (Maio/2008), Encontro Banco Central do Brasil e MOCOMILA (Agosto/2008), X Seminário Anual de Metas para Inflação do Banco Central do Brasil (Agosto/2008). Nas reuniões do FMI o BC participou das discussões sobre os temas da agenda do FMI que contemplou, entre outros assuntos, a reforma na governança do organismo e na representatividade dos países-membros, além das causas e possíveis consequências da atual crise financeira internacional. Reunião do G-20, o Brasil exerceu a presidência em 2008 e o BC ajudou na estruturação do encontro anual, que teve como objetivo discutir e encaminhar questões relacionadas à economia e a estabilidade financeira globais. A presidência brasileira se deu num contexto de afirmação de novas tendências, de um lado, a emergência de novos atores econômicos e de novos centros dinâmicos na economia internacional; de outro lado, o aprofundamento de uma crise financeira internacional tendo como epicentro as economias desenvolvidas. Reunião bimestral do Banco Internacional de Compensações (BIS) (novembro/2008), pela primeira vez em sua história, o BIS realizou uma de suas reuniões no Brasil, em São Paulo, tendo o Banco Central como instituição anfitriã e coorganizadora do evento. Esse encontro contou com a participação de presidentes de bancos centrais membros da instituição e representou uma importante oportunidade para esses dirigentes avaliarem os desdobramentos da crise financeira internacional e as medidas adotadas, até então, pelas diversas autoridades monetárias. Reuniões de Presidentes de bancos centrais do Mercosul, Bolívia, Chile, Peru e Venezuela. Merece destaque ainda o Projeto BC e Universidade que realizou 11 palestras, com a participação de 9.718 universitários, em Brasília, RJ e SP.

Relatório Anual de Avaliação

Produção de Moeda e Documentos de Segurança

GERENTE DO PROGRAMA

Luiz Felipe Denucci Martins

OBJETIVO

Garantir o atendimento pleno das necessidades dos órgãos governamentais por cédulas, moedas, selos fiscais, selos postais e outros documentos de segurança para o setor público

PÚBLICO-ALVO

Órgãos governamentais e empresas prestadoras de serviços públicos

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$52.000.000,00	Empenhado Liquidado: -
	Pago Estatais: R\$39.495.224,00
	Total: R\$39.495.224,00
Previsto não orçamentário R\$695.646.935,64	Realizado não orçamentário R\$654.781.225,02

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Adequação e Modernização do Parque Industrial - 3274 (linha de produção modernizada/% de execução física)	11,00	0,00	0,00	33.447.340,00	26.353.598,00	0,79
Manutenção e Adequação da Infra-Estrutura Operacional - 4105 (-/-)	0,00	0,00	-	18.552.660,00	13.141.626,00	0,71
Produção de Cédulas - 9438 (cédula produzida/milhão)	1.500,00	2.000,00	1,33	189.583.910,98	176.124.695,97	0,93
Produção de Documentos de Segurança Diversos - 9441 (DOCUMENTO PRODUZIDO/milhão)	2.378,48	409,23	0,17	82.532.774,77	191.743.728,77	2,32
Produção de Moedas - 9439 (moeda produzida/milhão)	1.280,00	1.300,45	1,02	228.103.722,41	224.388.348,85	0,98
Produção de Selos Fiscais - 9443 (selo fiscal produzido/milhão)	63,82	86,01	1,35	184.939.808,20	54.700.260,77	0,30
Produção de Selos Postais - 9440 (Selo postal produzido/milhão)	21,15	20,29	0,96	10.486.719,28	7.824.190,66	0,75
Índice médio geral de realização			0,80			0,97

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Esse programa não possui ações RAP						

INDICADOR(ES)

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2008		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Taxa Acumulada de Atendimento da Demanda Anual - PERCENTAGEM	99,200	31/12/2002	0,000		100,000	Média

Fonte: Casa da Moeda do Brasil

Medidas corretivas necessárias: Rever os processos licitatórios e os procedimentos burocráticos, que dificultam e impedem o alcance das metas estabelecidas no Programa e a concretização de contratações e aquisições relacionadas as ações orçamentárias "Manutenção e Adequação da Infra-estrutura operacional - 4105" e de "Modernização do Parque Industrial - 3274", constantes no "Programa 0758 - Produção de Moeda e Documentos de Segurança".

CONTEXTUALIZAÇÃO

Manter sob a gestão do Estado a garantia do abastecimento do Meio Circulante Nacional por Cédulas e Moedas e de instrumento que auxilie o combate à fraude e à sonegação fiscal.

Atender outras demandas por documentos de segurança que exigem características específicas, não encontradas em produtos gráficos comuns e que por esta razão só são produzidas por processos mais sofisticados onde poucas empresas estão capacitadas. Este mercado é hoje atendido por empresas estrangeiras ou por empresa nacionais com capital estrangeiro, exceto esta CMB.

O programa tem como contribuir com várias diretrizes estabelecidas no PPA 2004/2007, das quais se destacam: 1) Preservação e ampliação de postos de trabalho através do atendimento do mercado nacional por demandas hoje atendidas por empresas estrangeiras; 2) Aperfeiçoamento de instrumentos de combate à fraude e à sonegação fiscal; 3) Intensificação da política de substituições competitivas de importações; 4) Promoção do uso das tecnologias de informação; 5) Melhoria da qualidade do gasto público mediante o aperfeiçoamento e integração dos sistemas de planejamento, orçamento, finanças, controle e avaliação; 6) Criação e aperfeiçoamento de controles gerenciais voltados para resultados da ação governamental; 7) Garantia da publicidade e da facilidade de acesso às informações e atos da gestão pública; 8) Redução dos riscos ambientais decorrentes da geração de resíduos dos processos produtivos e os de acidentes ambientais; 9) Geração e disseminação de inovações tecnológicas adequadas a um padrão de produção ambientalmente sustentável; 10) Valorização e disseminação da educação ambiental; 11) Promoção da produção e da difusão de bens e serviços culturais em todo o país e no exterior; 12) Ampliação e diversificação das exportações brasileiras.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2008

PRINCIPAIS RESULTADOS HIERARQUIZADOS:

1 - Relativamente às ações orçamentárias de "Manutenção e Adequação da Infra-estrutura operacional - 4105" e de "Adequação e Modernização do Parque Industrial - 3274", de forma consolidada ocorreu índice de realização da ordem de 75,95% comparativamente ao estabelecido no Programa. Sobre as ações Não-orçamentárias, destacamos o atendimento das Demandas de Cédulas e Moedas que superaram as previsões iniciais, bem como o atendimento das demandas de Selos Fiscais e Selos Postais que cumpriram o estabelecido no Programa.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Dentro do esperado

JUSTIFICATIVA: A não realização integral da previsão de dispêndios com investimentos (ações orçamentárias), com índice de realização de 75,95%, decorreu de dois fatores: 1) atrasos nos processos licitatórios que impediram a concretização de contratações e aquisições no exercício de 2008 e; 2) economia de recursos decorrente de algumas aquisições realizadas com valores inferiores ao inicialmente previstos.

A realização de Demandas de Cédulas e Moedas acima da previsão inicial, contribuiu para um alcance de dispêndios superiores a 100% no conjunto de ações não-orçamentárias.

2. GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL

Objetivo Setorial Vinculado ao Programa:

GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL: Dentro do esperado

JUSTIFICATIVA: O grau de contribuição dos resultados do programa apurado ao final do exercício de 2008, reflete o substancial acréscimo de Demanda de Cédulas e de Demanda de Moedas solicitada por nosso principal cliente (Banco Central do Brasil), visando suprir a necessidade da sociedade brasileira por maior quantidade de Moeda no Meio Circulante Nacional e também em função da necessidade de saneamento da Moeda em circulação. Por via de conseqüência, o referido indicador também demonstra o desempenho positivo da CMB em cumprir o estabelecido em seu Programa "Produção de Moeda e Documentos de Segurança - 0758".

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Dentro do esperado

JUSTIFICATIVA: Sob o enfoque global, congregando as ações orçamentárias e não orçamentárias, o Programa atendeu seu objetivo, suprimindo as necessidades demandadas por seus clientes governamentais.

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Sim

GRAU DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO: Satisfeito

JUSTIFICATIVA: Resultado consolidado das visitas realizadas à clientes combinado com análises de questionários preenchidos pelos mesmos.

MECANISMOS UTILIZADOS E CONSEQÜÊNCIAS PARA O APERFEIÇOAMENTO DO PROGRAMA: A satisfação dos beneficiários é avaliada conforme resultado da Pesquisa de Satisfação de Clientes, elaborada conforme segue abaixo:

1- PRODUTO / SERVIÇO 1.1- Apresentação de novas tecnologias e itens de segurança; 1.2- Diversificação de produtos / serviços; 1.3- Qualidade / confiabilidade do produto / serviço; 1.4- Diversificação de produtos e serviços em relação a concorrência; 1.5- Qualidade dos produtos / serviços em relação a concorrência; 1.6- Preço em relação a concorrência. 2- LOGÍSTICA 2.1- Capacidade para entregar no prazo solicitado; 2.2- Reatividade para pedidos suplementares; 2.3- Embalagem - adequada / segura / limpeza / identificação; 2.4- Manuseio - facilidade pela forma e tamanho; 2.5- Entrega das quantidades solicitadas; 2.6- Padrão de embalagem e identificação da concorrência; 2.7- Padrão de entrega da concorrência, prazo e quantidade. 3- DOCUMENTAÇÃO 3.1- Orçamento; 3.2- Nota Fiscal Fatura; 3.3- Certificado de Análise; 3.4- Outros; 3.5- Documentação da concorrência. 4- ATENDIMENTO 4.1- Qualidade / rapidez atendimento telefônico; 4.2- Contato com a CMB - atendimento cordial e eficiente; 4.3- Prazo de resposta para qualquer tipo de solicitação; 4.4- Disponibilidade e competência da equipe CMB; 4.5- Orientação ao cliente sobre características dos produtos; 4.6- Atendimento às reclamações; 4.7- Qualidade dos serviços da concorrência. 5- PERCEPÇÃO De um modo geral, você está satisfeito com a Casa da Moeda do Brasil? O que podemos fazer para aumentar sua satisfação? Depois de recebida as informações dos beneficiários, é feita uma tabulação para que se tome conhecimento do grau de satisfação? Vale ressaltar, que os nossos beneficiários de relacionamento direto são os Clientes da Casa da Moeda do Brasil e não o usuário final de nossos produtos e serviços. Assim, competirá exclusivamente aos Clientes demandantes dos produtos e serviços CMB a execução de pesquisa de satisfação relacionada ao usuário final.

5. DESENHO DO PROGRAMA QUANTO AOS TEMAS TRANSVERSAIS (RAÇA, GÊNERO, PESSOA COM DEFICIÊNCIA E/OU CRIANÇA E JUVENTUDE)

OS TEMAS TRANSVERSAIS ESTÃO CONTEMPLADOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA? Não

6. MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Não

DIFICULDADES PARA IMPLEMENTAÇÃO DE MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL: Não se aplica. O programa tem por objetivo suprir o abastecimento do meio circulante nacional, aperfeiçoando instrumentos de combate à fraude e à sonegação fiscal, melhorando a qualidade do gasto público nos Estados e Municípios.

Relatório Anual de Avaliação

Recuperação de Créditos e Defesa da Fazenda Nacional

GERENTE DO PROGRAMA

Luis Inácio Lucena Adams

OBJETIVO

Aumentar a recuperação de créditos não pagos e reduzir as perdas judiciais da União em matéria fiscal

PÚBLICO-ALVO

União e contribuintes

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$358.694.578,00	Empenhado Liquidado: R\$341.722.429,00 Pago Estatais: - Total: R\$341.722.429,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Apuração, Inscrição e Execução da Dívida Ativa da União - 2244 (Crédito arrecadado/R\$ milhão)	3.592,00	4.026,87	1,12	4.536.880,00	2.295.515,00	0,51
Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - 4572 (SERVIDOR CAPACITADO/UNIDADE)	458,00	850,00	1,86	1.375.500,00	1.181.844,00	0,86
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - 09HB (-/-)	0,00	0,00	-	42.745.659,00	41.041.389,00	0,96
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	0,00	0,00	-	244.978.964,00	237.162.722,00	0,97
Manutenção de Novas Procuradorias Seccionais da Fazenda Nacional - 2D31 (Seccional mantida/UNIDADE)	22,00	15,00	0,68	3.111.100,00	2.737.536,00	0,88
Representação Judicial e Extrajudicial da Fazenda Nacional - 2245 (representação realizada/UNIDADE)	3.210.274,00	6.026.046,00	1,88	2.182.826,00	1.295.747,00	0,59

Sistema Informatizado da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - 2249 (sistema mantido/UNIDADE)	3,00	3,00	1,00	59.763.649,00	56.007.676,00	0,94
Índice médio geral de realização	1,31					0,81

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2007) Apuração, Inscrição e Execução da Dívida Ativa da União - 2244 (Crédito arrecadado/R\$ milhão)	-	-	-	500.481,00	377.217,00	0,75
(RAP 2007) Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - 09HB (-/-)	-	-	-	789.270,00	0,00	0,00
(RAP 2007) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	9.289.408,00	8.395.158,00	0,90
(RAP 2007) Manutenção de Novas Procuradorias Seccionais da Fazenda Nacional - 2D31 (Seccional mantida/UNIDADE)	-	-	-	1.131.423,00	1.126.785,00	1,00
(RAP 2007) Representação Judicial e Extrajudicial da Fazenda Nacional - 2245 (representação realizada/UNIDADE)	-	-	-	155.227,00	130.287,00	0,84
(RAP 2007) Sistema Informatizado da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - 2249 (sistema mantido/UNIDADE)	-	-	-	616.894,00	597.809,00	0,97
Índice médio geral de realização	-					0,74

INDICADOR(ES)

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2008		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Perdas de Recursos da União Evitadas - R\$	163.065.047,	31/12/2003	2.503.336.87	12/2008	252.393.786,	Média

Fonte: Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Relatório Anual de Avaliação

Medidas corretivas necessárias: Os indicadores vinculados ao Programa governamental foram elaborados com vínculo a Portaria nº 172, de 11/04/2002, com vista ao balizamento dos resultados alcançados no desempenho das atividades e reflexos na eficácia e eficiência.

No exercício de 2008, foi constituído o Grupo de Trabalho com a finalidade de atualizar os Indicadores de Desempenho, conforme Portaria PGFN Nº 346, de 09/05/2008.

Arrecadação Acumulada da Dívida Ativa da União - R\$ milhão	1.926.000.00	31/12/2003	4.026.861.57	12/2008	3.376.568.00	Alta
---	--------------	------------	--------------	---------	--------------	------

Fonte: Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - Relatório SERPRO

Medidas corretivas necessárias:

Arrecadação Acumulada da Defesa da Fazenda Nacional - R\$ milhão	4.898.747.92	31/12/2003	9.296.864.69	12/2008	10.500.901.2	Alta
--	--------------	------------	--------------	---------	--------------	------

Fonte: Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - Relatório SERPRO

Medidas corretivas necessárias:

CONTEXTUALIZAÇÃO

Há muito a sociedade se ressentida de uma política fiscal justa, que ao mesmo tempo reduza as desigualdades regionais, propicie a redistribuição da renda, desonere a produção e o consumo de bens e serviços essenciais, combata a fraude e a sonegação fiscal, reduza a carga tributária especialmente sobre os salários e cidadãos de baixa renda, e ainda permita recursos suficientes ao acesso e prestação de serviços públicos qualificados.

Não se pode ignorar a necessidade premente de aumentar a recuperação de créditos fiscais e de outras naturezas da União, líquidos e certos, para satisfação de serviços públicos essenciais; de alavancar outros créditos da União, como depósitos judiciais a serem convertidos em renda; enfocar a recuperação de débitos para com o Estado preferencialmente à criação de novas formas de obtenção de receitas, o que pode ser obviado com a cobrança ágil e eficiente dos débitos para com a Fazenda Nacional; conferir à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional os meios adequados à cobrança de dívida ativa da União e à eficaz defesa da Fazenda Nacional em juízo, esta última podendo resultar na conversão de depósitos judiciais em renda da União; existência de legislação de regência: Constituição Federal Artº 131, § 3º, Lei nº 7.711, 22.12.88, Dec. nº 98.135, de 12.09.89, Dec nº 1.847, 28.03.96, Portaria MF nº 175, de 17.06.96.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2008

PRINCIPAIS RESULTADOS HIERARQUIZADOS:

1 - Ação 2244-

I. aumentar constantemente a recuperação de receitas inadimplidas da União, indispensáveis ao suporte de serviços públicos essenciais sem aumento da carga tributária, por intermédio da cobrança da Dívida Ativa da União; Os índices demonstram uma crescente recuperação de valores devidos à Fazenda Nacional evidenciados no resultado superior a 9,25%, comparado ao índice apurado no exercício de 2007

Ação 2245 -

II. aperfeiçoar, com eficiência, a defesa da Fazenda Nacional em Juízo, nas causas de natureza fiscal;

III. garantir eficiência às atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, para prevenir eventuais demandas judiciais em desfavor União;

IV. exercer de forma eficiente a representação extrajudicial da União; e

Os índices demonstram uma crescente recuperação de valores devidos à Fazenda Nacional evidenciados no resultado superior a 9,25%, comparado ao índice apurado no exercício de 2007

Ação 2272

V. aperfeiçoar as atividades de planejamento, execução e controle das atribuições administrativas do Órgão. O apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos refletiu no gasto e compõe o resultado do exercício de 2008,

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Dentro do esperado

JUSTIFICATIVA: Em virtude da liberação do crédito suplementar no final do exercício, as despesas necessárias ao desenvolvimento das ações constantes no Plano, não foram executadas. Este resultado impactou o índice deficitário nas ações finalísticas do Programa.

2. GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL

Objetivo Setorial Vinculado ao Programa: Assegurar a gestão equilibrada das contas públicas

GRAU DE CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA PARA O ALCANCE DO OBJETIVO SETORIAL: Acima do esperado

JUSTIFICATIVA: Em virtude da criação da SRFB, a gestão da Dívida Ativa Previdenciária incorporou às atividades da PGFN. A sistematização das atividades visando a recuperação do crédito previdenciário impactou a arrecadação correspondente aos créditos previdenciários parcelados (REFIS, PAES, Órgão do Poder Público, Parcelamento Convencional, Lei 11.196/05, Clube de Futebol, MP 303/03 e Honorários).

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Dentro do esperado

JUSTIFICATIVA: O crescimento percentual na recuperação do créditos, seja na gestão da Dívida Ativa seja na representação judicial, é obtido por meio do atendimento ao público alvo e da defesa da Fazenda Nacional, resultado da eficácia e eficiência no

desenvolvimento das atividades da área finalística.

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Sim

GRAU DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO: Satisfeito

JUSTIFICATIVA: Atualmente, as reclamações registradas no sistema de ouvidoria do Ministério da Fazenda, referente ao atendimento ao contribuinte, não ultrapassam o percentual de 3% comparados ao número de atendimentos mensais.

MECANISMOS UTILIZADOS E CONSEQÜÊNCIAS PARA O APERFEIÇOAMENTO DO PROGRAMA: A PGFN utiliza como mecanismo de apuração o sistema de ouvidoria do Ministério da Fazenda. As críticas são estudadas em nível nacional, promovendo melhorias para o atendimento. Exemplo de resultado foi a publicação de Portaria do Procurador-Geral que normatiza o horário de atendimento ao contribuinte em todo território nacional.

5. DESENHO DO PROGRAMA QUANTO AOS TEMAS TRANSVERSAIS (RAÇA, GÊNERO, PESSOA COM DEFICIÊNCIA E/OU CRIANÇA E JUVENTUDE)

OS TEMAS TRANSVERSAIS ESTÃO CONTEMPLADOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA? Não

6. MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sim

Ouvidoria: A gestão da ação Apuração, Inscrição e Execução da Dívida Ativa da União (2244) disponibiliza o canal da ouvidoria no sítio www.pgfn.fazenda.gov.br, como também as unidades estaduais disponibilizam a caixa coletora de informações, contendo formulários próprios, e a GRA/MF dá suporte com o atendimento do ouvidor.

CONTRIBUIÇÕES DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA OS RESULTADOS DO PROGRAMA: Crescimento da arrecadação por meio da recuperação do crédito, sendo no atendimento ao contribuinte sendo no litígio judicial.